

A luta continua

A verdadeira decisão tomada em Amesterdão foi a de que o «Pacto de Estabilidade» é para cumprir, prossequindo os critérios de Maastricht, com as suas graves consequências económicas e sociais para os trabalhadores e os povos



■ Domingos Abrantes

Pág. 20

Pode o capitalismo parar e pensar?

O que aconteceu em França, mais do que noutros lugares por ter sido em França e por ter havido um acordo para mudanças reais que levou ministros comunistas ao actual governo, tinha mesmo de perturbar.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 21

Desemprego As verdades e as mentiras da propaganda oficial

Se fosse verdade aquilo que o Governo e os seus «boys» afirmam, os portugueses certamente já viveriam no melhor dos paraísos, onde a redução do desemprego seria um facto, o crescimento económico uma realidade e a justiça fiscal e social uma verdade inquestionável.

■ Eugénio Rosa Pág. 22

Fuga do Aljube foi há 40 anos

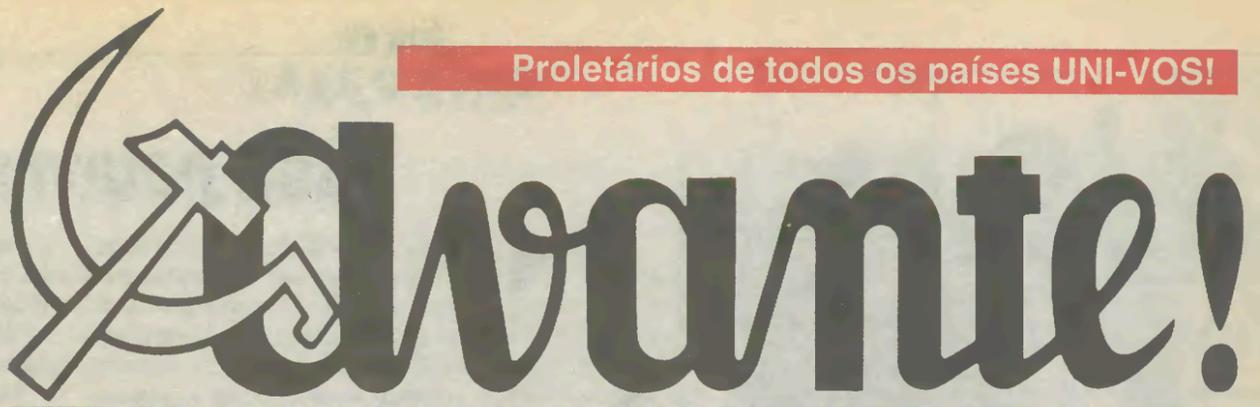
■ Carlos Brito Págs. 24 e 25

festa! / FESTA JUNIQUINTE
AMORA-BEIXAL
5, 6 e 7 SETEMBRO

Espaço de intervenção e liberdade

Jornadas de trabalho na Atalaja
Construir é preciso

10.ª Bial de Artes Plásticas



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Junho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1230 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas em Portalegre

O PCP FAZ FALTA NO GOVERNO

Na VI Assembleia da Organização Regional de Portalegre, o Secretário-geral do PCP afirmou que a alternativa política de que o País necessita passa pelo reforço do PCP e da CDU

Págs. 5 e 6



SOCIAL A palavra mágica ou o direito de não ser excluído



Encontro Nacional do PCP sobre Exclusão Social, Pobreza e Rendimento Mínimo Garantido reclama aumento intercalar de 3 mil escudos para todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional

Centrais

Com renovação e rejuvenescimento

PCP empenhado na Coligação «Mais Lisboa»

Pág. 7

EDITORIAL

Essa palavra futuro

Com as suas ressonâncias encorajadoras ou preocupantes, a palavra futuro tem presença obrigatória no discurso que se produz e nas realidades que se vivem no dia-a-dia, do nosso país e do mundo.

O futuro tem sido evocado a propósito da II Cimeira da Terra que está a decorrer nas Nações Unidas, neste caso porque se teme justificadamente pelo próprio futuro do planeta.

E a ameaça não provém de qualquer força cósmica ou sobrenatural. Estão identificados os principais culpados dos múltiplos atentados contra a vida na Terra. Com alguma perplexidade, o «nosso» «Diário de Notícias» reconhecia, na edição de terça-feira, a existência de «um inesperado cerco aos Estados Unidos da América». Não é, claro, o povo americano que está em causa, mas o poder imperialista que tem por sede o seu território e que crescentemente dita as leis para o resto do mundo.

A principal ameaça ecológica reside no próprio sistema capitalista que não olha nem a meios nem a consequências para a obtenção do lucro máximo e que, por isso mesmo, dificulta a aprovação de normas internacionais de salvaguarda ambiental ou as despreza com arrogância quando são aprovadas.

A II Cimeira da Terra é a imagem do fracasso das resoluções e recomendações da primeira efectuada no Rio de Janeiro, em 1992. Mais ainda do que então, é flagrante a hipocrisia do discurso oficial das grandes potências capitalista.

Como tem sido largamente demonstrado na tribuna da Cimeira, uma das grandes causas da crise ecológica do planeta reside na profunda crise social em que grande parte da humanidade está mergulhada.

O fosso entre os pobres e os ricos não tem cessado de se aprofundar.

Segundo o relatório do Desenvolvimento humano das Nações Unidas o rácio do rendimento dos 20 por cento mais ricos face aos 20 por cento mais pobres, passou de 30 para 1, em 1960, de 61 para 1, em 1991 e de 78 para 1, em 1994. Onde chegaremos se não se põe cobro a esta degradação?!

E, no entanto, como salientou Carlos Carvalhas ao discursar, no passado sábado, em Portalegre, «vivemos num mundo em que as conquistas da ciência e da técnica permitem melhorar significativamente a vida das populações, reduzir o tempo de trabalho sem diminuição dos salários e apagar as manchas de pobreza e superar os flagelos sociais que atingem milhões de seres humanos».

A palavra futuro confunde-se assim com a alternativa progressista que o assegure - alternativa ao capitalismo que agrava a degradação dos ecossistemas, reduz povos e nações à miséria mais estrita e mergulha grande parte da humanidade no medo pelo dia de amanhã.

Falou bem António Guterres quando, ao discursar na Cimeira, afirmou que «a responsabilidade é sobretudo dos países desenvolvidos». Mas borrou a pintura quando enalteceu em termos propagandísticos a acção do seu Governo neste domínio e escamoteou a realidade especialmente preocupante do nosso país.

Quanto a esta, atente-se na sugestiva caracterização feita na Resolução Política do XV Congresso do PCP. Aí se diz: «Portugal mantém (...) problemas típicos dos países mais desenvolvidos, como a poluição de certas indústrias e as carências de tratamento de resíduos industriais

e, simultaneamente, problemas típicos dos países menos desenvolvidos, como carências em matéria da qualidade da água para abastecimento público em algumas regiões, recolha e tratamento de esgotos (águas residuais) e recolha, reciclagem e tratamento de lixo domésticos.»

Não basta criar um Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentado, com que o primeiro-ministro enche a boca, para que esta realidade se modifique, é preciso definir e praticar uma verdadeira política de desenvolvimento sustentado.

Ora, o Governo do PS, nesta como noutras áreas, opta pela desresponsabilização do Estado, pela privatização e pela utilização da protecção do ambiente como mais um campo de negócio para o grande capital.

Além disso, continua a comportar-se com contumácia em relação a importantes normas comunitárias no domínio ecológico, incluindo as referentes às emissões de dióxido de carbono, ao mesmo tempo que negligencia a própria utilização de fundos estruturais nesta sensível área.

A degradação dos ecossistemas não é só um problema dos outros, como parece decorrer das palavras de Guterres. É um problema premente do nosso país, onde a insuficiência e a errada orientação da política governamental são particularmente chocantes.

Um outro processo que tem a maior importância para o futuro dos portugueses está especialmente em foco nesta altura: a reforma da segurança social.

A CGTP lançou, na passada terça-feira, um sério alerta sobre as manobras manipuladoras do presidente da Comissão do Livro Branco, Correia de Campos, e outros elementos da Comissão.

Diz a Central Sindical: «O que está em curso é a tentativa de imposição, pelo presidente da Comissão e de uma parte dos seus membros, de um modelo de reforma há muito delineado e que está subordinado aos interesses do capital financeiro.»

Esta denúncia é particularmente oportuna, pois, a apresentação do Livro Branco está prevista para a próxima segunda-feira e terá um curto período de discussão pública, a coincidir curiosamente com a estação estival, quando a maioria das pessoas está mais desatenta.

As manobras denunciadas inserem-se numa vasta ofensiva, comandada pelas seguradoras e outras entidades financeiras, contra o sistema público de segurança social, visando, por diversas formas, a adulteração do seu carácter e a redução de sua importância, acompanhadas (este é o grande objectivo) da abertura ao grande capital do controlo crescente sobre os fundos de pensões no nosso país.

O plano que está em curso não é apenas a preparação de um gigantesco negócio para o capital financeiro, é, em consequência, o estabelecimento de um sistema que degradaria ainda mais e tornaria muito mais insegura a segurança social dos portugueses no próximo futuro.

É claro que o Governo PS não é alheio às operações que se desenvolvem contra o sistema público de segurança social. Quando nomeou a comissão sabia muito bem que o escolhido presidente é o ponta de lança da ofensiva do capital financeiro e que outros membros da Comissão são alguns dos seus mais destacados avançados.

Assim, no plano interno, também a palavra futuro se confunde com a alternativa e para que esta seja viável é necessário aumentar a força e a influência do PCP.



Milhares de polícias saíram à rua para exigir um sindicato

RESUMO

18
Quarta-feira

Dois comandos da PSP de Lisboa marcam instrução aos seus agentes, fora do horário normal de serviço, impossibilitando-os de participarem na manifestação de amanhã ■ Um relatório oficial indica que 23 por cento da população açoriana vive no limiar da pobreza ■ A Cimeira de Amesterdão termina com a adopção da reforma do Tratado de Maastricht, enquanto ocorrem confrontos de rua entre a polícia holandesa e manifestantes anti-UE ■ No Camboja, os Khmer Vermelhos anunciam a rendição de Pol Pot ■ O primeiro-ministro turco apresenta a sua demissão.

19
Quinta-feira

Milhares de polícias desfiliam pelas ruas de Lisboa exigindo a formação de uma associação sindical ■ Durante a conferência sobre a Toxicoddependência organizada pela Presidência da República, Jorge Sampaio critica o proibicionismo ■ O ministro das Finanças apresenta a nova Reforma Fiscal ■ O secretário-geral da ONU recebe os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Indonésia para falar sobre Timor-Leste.

20
Sexta-feira

Realiza-se a apresentação dos candidatos do PCP à CM, AM e JFs pela coligação «Mais Lisboa» ■ Os mineiros de Aljustrel vêm a Lisboa exigir a viabilização da empresa ■ Um médico português ao serviço dos Médicos Sem Fronteiras é morto no hospital de Baidoa, na Somália ■ É noticiado que a UNITA tem vindo a adquirir novo armamento ■ Em Espanha, Felipe González anuncia que não se candidatará à liderança do PSOE ■ O presidente turco indigita Mesut Yilmaz, o líder do principal partido da oposição, para formar um novo governo ■ Em Hebron, continuam os confrontos entre os palestinianos e as autoridades israelitas.

21
Sábado

Realiza-se um passeio no Tejo com a participação de eleitas e candidatas da CDU de todo o país ■ Carlos Carvalhas participa na VI Assembleia da Organização Regional de Portalegre ■ Inicia-se em Denver, nos EUA, a

Cimeira do G8 ■ Um carro explodido no centro de Belfast, ferindo três pessoas ■ Na República Centro-Africana, quatro civis são mortos e 30 ficam feridos.

22
Domingo

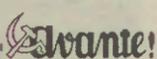
Em Corroios, Carlos Carvalhas assiste à «aula aberta» do programa «Alfabetização Musical» ■ Uma equipa de arqueólogos divulga que descobriu os ovos de dinossauro mais antigos do mundo numa falésia na zona da Lourinhã ■ Na sequência de uma operação contra a pedofilia, a polícia francesa identifica mais de 600 suspeitos ■ Os combates prosseguem na República Centro-Africana entre soldados da força internacional e elementos amotinados do Exército local, provocando dezenas de vítimas mortais.

23
Segunda-feira

Na auto-estrada de Cascais, nove acidentes provocam um morto e quatro feridos ■ O futuro da nação saharauí é discutido em Oeiras entre a Frente Polisário e as autoridades marroquinas, numa iniciativa promovida pelas Nações Unidas ■ Inicia-se a II Cimeira da Terra ■ É publicada uma sondagem que revela que a maioria dos alemães duvida da adesão ao euro ■ A UNITA reconhece que tem efectivos armados a combaterem em Luanda Norte contra forças governamentais ■ Em Brazzaville, no Congo, o cessar-fogo entre as duas partes em conflito é violado e os combates reiniciam-se.

24
Terça-feira

Apresentação dos candidatos da coligação «Mais Lisboa» ■ Sondagem revela que a grande maioria dos portugueses considera que as uniões de facto devem ter os mesmos direitos dos casamentos ■ Jorge Sampaio manifesta-se contra alteração a símbolos e datas nacionais ■ Governo distribui, no Parlamento, a proposta de reforma fiscal ■ As três principais forças políticas albanesas assinam compromisso ■ Greve de fome de palestinianos presos em Israel ■ relatório da UNESCO revela que existem 885 milhões de analfabetos, de que cerca de um terço são mulheres ■ Explosão numa fábrica de pirotecnia mata quatro jovens em Fornos de Algodres ■ CGTP-IN critica conclusões de Comissão do Livro Branco sobre Segurança Social.



Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotelo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotelo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex: 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 900 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Verde, branco

O anúncio da apresentação pública, nos próximos dias, do Livro Verde da Segurança Social - que traduzido de europeus para português significa versão projecto do Livro Branco - recorre na opinião pública as mais legítimas interrogações sobre que «reforma» da Segurança Social o Governo, por interpostos «livros», vem preparando.

Não há infelizmente lugar para expectativas positivas.

A metodologia seguida na formação da Comissão e a sua composição foram as que se conhecem. O PS comprometera-se a constituir, a partir da Assembleia da República, um «comité independente de peritos», que analisasse a situação da Segurança Social e que aprofundasse as diferentes perspectivas para a sua reforma. Mas o que aconteceu foi a governamentalização de todo o processo, com a constituição da Comissão por resolução do Conselho de Ministros, com uma composição particularmente marcada pela falta de independência dos seus membros. E as honras e conhecidas excepções não alteram o facto do Governo ter atribuído um peso claramente maior

oritário aos representantes do grande capital financeiro, das seguradoras e empresas gestoras de fundos de pensões, bem como a técnicos que compartilham notória e publicamente dos mesmos pontos de vista.

A campanha conduzida através da comunicação social durante mais de um ano pelo presidente da Comissão do Livro Branco e pelo Secretário de Estado da Segurança Social, para irem apresentando como «inevitáveis» as linhas mestras de uma «reforma» privatizadora e redutora de direitos da Segurança Social, também não autoriza quaisquer dúvidas.

O que é conhecido do sumário do Livro Verde confirma agora, igualmente, que o grande capital não brinca em serviço, quando está em jogo a possibilidade de controlar um mercado financeiro que vale muitas centenas de milhões de contos por ano. A «música», inspirada pelo Banco Mundial, é conhecida: «atenuação gradual das responsabilidades futuras da Previdência com pensões de velhice e sobrevivência, pela criação de uma segunda pensão de base contributiva, acessível a todos os beneficiários, capitalizável e incrementável

por opção individual», «transformação gradual da primeira pensão (pensão universal) numa pensão de amplitude limitada, de montante proporcional à escala salarial correspondente, mas regressivo», «criação de um tecto imediato nas pensões da função pública e de aumento do respectivo período de garantia» (leia-se: redução do sistema público de Segurança Social, privatização da segurança social através de descontos obrigatórios para fundos de pensões); «tributação das prestações da Segurança Social», «aumento da idade da reforma para 67 anos», «aumento progressivo do período de garantia» (leia-se: redução dos direitos adquiridos e em formação por parte dos beneficiários).

Por mais palavras tranquilizadoras e por mais «gradualismo» com que o ministro Ferro Rodrigues venha agora tentar esbater a natureza e os objectivos destas propostas da sua Comissão, não é óbvio que os portugueses estão confrontados com uma autêntica declaração de guerra social?

■ Egar Correia

Camisa de onze varas

O Governo PS parece ter substituído novamente o decantado princípio do diálogo pelo recurso à ameaça nas suas relações com as oposições.

A ameaça é, já se vê, a de forçar eleições antecipadas, em que volta a insistir, depois de ter recuado em face do exemplo desencorajador da França.

Na passada quinta-feira, foi o ministro Vitorino que, sibilino no texto, mas marcial na postura (com que, se calhar, procura impressionar os militares que o contestam), atirou na Assembleia da República: «Que ninguém conte que em algum momento possamos ceder à lógica doentia de apego ao poder que nos leve a aplicar programas alheios.»

No desenvolvimento, preveniu mesmo que as próximas votações da Assembleia serão «um teste para o Governo e para as oposições».

Isto é, se as oposições não se portarem bem, apanham com o chanfalo das eleições antecipadas...

No sábado, foi o primeiro-ministro que, voltando ao tema das finanças locais, declarou: «Não podem obrigar o Governo a governar com um aumento da despesa pública em 50 milhões.» E embora dizendo que confia «no bom senso dos diversos partidos», logo demonstrou que manda os partidos e a Assembleia às malvas ao anunciar que o Orçamento de Estado para 1998 vai ser feito como se a proposta do Governo sobre finanças locais já tivesse sido aprovada.

É uma afronta e uma provocação!

Em face destas atitudes governamentais ocorre perguntar: mas traduzem elas uma posição de força da parte do governo?

Não parece. O Governo está metido numa camisa de onze varas. O PS é minoritário na Assembleia da República e tem, além da lei das finanças locais, dezenas de diplomas para serem aprovados. Em relação a alguns quer mesmo obter a aprovação antes das férias parlamentares, a par da revisão da Constituição feita a mata-cavalos. Tem, também, em curso as reformas da segurança social e fiscal, mais que polémicas, que não pode fazer sozinho. Isto para já não falar do irrequietismo legislativo de alguns dos seus deputados a propósito da legalização do consumo da droga e das uniões de facto.

Até agora, o Governo PS tem disfarçado a sua natureza minoritária pelos apoios que tem recebido ora do PSD ora do PP, ora destes dois partidos em conjunto, o que bem traduz o sentido essencial de direita da política que tem realizado.

Neste momento, depois de perderem a primeira votação sobre as finanças locais, os dirigentes do PS parecem recear que, em ano de eleições autárquicas, os dois partidos da direita não lhe sejam tão fiéis.

O PP porque já é apelidado de «sopeiro do PS». O PSD porque atravessa uma profunda crise de identidade.

Ora, em vez de aproveitarem a situação, para reconsiderarem a política seguida, libertarem-se da dependência da direita e fazerem uma efectiva viragem à esquerda, os dirigentes do PS julgam que podem continuar a mesma política e da mesma maneira metendo medo com as eleições antecipadas.

Quanto é que a direita lhes estará a pedir pelo susto?

■ Carlos Brito

PORTUGAL
uma voz própria

Na semana passada, o MNE Jaime Gama, encontrou-se em Nova Iorque com o MNE indonésio, Ali Alatas. Foi a nona ronda de negociações. Em todas as rondas de negociações vários foram os ministros de Negócios Estrangeiros portugueses participantes. Do lado indonésio sempre presente o inefável Ali Alatas... A nona ronda teve lugar muito pouco tempo após dois grandes acontecimentos políticos na Indonésia e em Timor-Leste. A ditadura indonésia organizou uma mascarada de eleições que não obstante a farsa, não deixou de ser marcada por violentos confrontos entre a oposição e o aparelho repressivo indonésio. A Indonésia, uma vez mais, mostrou ao mundo o que é: uma violenta ditadura que não respeita os mais elementares direitos humanos. Aliás, como é do conhecimento dos governos dos EUA, Grã-Bretanha, França, Espanha, Itália que, apesar disso, prosseguem os seus negócios chorudos com a ditadura. Entretanto, em pleno período «eleitoral» a Resistência armada timorense atacou em várias localidades de Timor-Leste, provocando numerosas baixas entre os militares indonésios. Os ataques mostraram de modo incontornável que, apesar do genocídio e do terror, a ditadura não foi capaz de liquidar a luta armada em Timor-Leste. O povo maubere luta nas mais variadas frentes, militar, política e diplomática, para alcançar o direito à autodeterminação. Portugal tem responsabilidades decorrentes do imperativo constitucional que consagra o objectivo da independência daquele território ocupado. O povo maubere luta contra a ditadura indonésia e contra o TEMPO. A Indonésia e os seus amigos pretendem fazer do dossier Timor-Leste um caso perdido e deixá-lo morrer no esquecimento. As conversações têm de assentar numa estratégia clara: a de permitir ao povo timorense beneficiar de direitos que lhe permitam exercer o legítimo direito à autodeterminação.

Na capital do país de Abril altos dirigentes da Frente Polisário, da monarquia marroquina, da ONU, James Baker, da Mauritânia e Argélia, discutem o futuro do Sahara Ocidental. O conflito mantém-se exclusivamente porque o governo marroquino há anos sabota várias resoluções das Nações Unidas que preconizam a realização de um referendium no Sahara Ocidental para o povo sahari decidir o seu futuro. Portugal é um vizinho de Marrocos e está interessado na paz e na estabilidade da região. São conhecidos os interesses pesqueiros portugueses nas águas saharis. Portugal está vinculado aos princípios constitucionais que reconhecem aos povos o direito à autodeterminação. Foi o reconhecimento desse direito aos povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe que trouxeram a Portugal um significativo prestígio. Seria, pois, da mais alta importância que as conversações de Lisboa ficassem assinaladas por um impulso ao processo negocial entre Marrocos e a Frente Polisário e que levasse à realização do referendium. Esse impulso exige que Marrocos respeite o recenseamento espanhol da população sahari. Naturalmente que o recenseamento de 1973 não está actualizado e que é preciso actualizá-lo consensualmente. Mas não é admissível que Marrocos queira fazer passar por saharis dezenas e dezenas de milhares de marroquinos. E também não é admissível que nas cidades, vilas e aldeias do Sahara ocupadas por Marrocos a repressão e o terror se continuem a abater sobre os cidadãos saharis.

Há dias em resposta a uma carta de Yasser Arafat, Jorge Sampaio dizia que o papel de Portugal naquela região era no quadro da União Europeia, o que é um absurdo. A política belicista e fora-da-lei de Israel tem de ser condenada por todos os Estados e Governos. Portugal tem o dever de a condenar e exigir, enquanto Estado, Nação e País, que sejam reconhecidos ao povo palestino os direitos nacionais.

Não deixa de ser curioso que as grandes potências capitalistas se «esquecem» de todo o reportório sobre os direitos humanos no altar dos negócios chorudos que realizam com as ditaduras indonésia e marroquina e com o governo sionista de Israel. Portugal deve ter voz própria, independente, que seja consentânea com a defesa dos interesses nacionais. No Médio Oriente, no Sahara Ocidental, em Timor-Leste ninguém nos pode substituir. A política externa portuguesa só pode ser levada a cabo por Portugal. Jamais se poderá aceitar que a União Europeia cujos principais países esquecem Timor-Leste, são amigos da Indonésia, Israel e Marrocos, encarne a política externa portuguesa. Só Portugal está em condições de defender os princípios constitucionais portugueses. O que é preciso é outra política para dar outro brilho ao país de Abril.

■ Domingos Lopes



Foto de Jorge Carriá

Polícias

A solidariedade não conhece fronteiras

SEMANA

Dinossauros na Lourinhã

Em conferência de Imprensa, é revelado um acontecimento científico extraordinário: a descoberta, na Lourinhã, de um ninho fossilizado de cerca de 100 ovos de dinossauro, quatro deles contendo restos de embrião. Datado de há 140 milhões de anos, este espólio constitui o mais importante achado de ninhos, ovos e embriões do Jurássico Superior jamais encontrados na Europa e no

mundo. A descoberta foi anunciada pela sua autora, a arqueóloga Isabel Mateus, que trabalha para o Museu da Lourinhã juntamente com o marido, Horácio Mateus, conservador desta instituição. A descoberta já ocorrera em Maio de 1993, mas a sua autora, juntamente com o seu marido, que a acompanhou em todo o processo de investigação, demorou todo este tempo a revelá-la quer para desen-

volver pesquisas que confirmassem irrefutavelmente o achado, quer para salvaguardar o local (uma falésia junto ao lugar de Paimogo, Lourinhã, a 500 metros da costa) das inevitáveis multidões de curiosos. Na conferência de Imprensa realizada no Centro Cultural da Lourinhã, esteve presente, além de Isabel e Horácio Mateus, o director do Laboratório de Paleontologia do Museu

Nacional de História Natural em Paris, Philippe Taquet, que foi responsável pelo estudo de anatomia comparada dos ovos descobertos na Lourinhã, e que confirmou estusiasmadamente a descoberta, assinalando que «os ossos do fémur, a tibia e as vértebras (também descobertas em restos de esqueletos) são característicos de um dinossauro carnívoro terópode».



SIC multada em 4000 contos por publicidade subliminar

A Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria de Publicidade (CACMP), na sequência da investigação de dois casos denunciados pelo Instituto do Consumidor (IC), aplicou uma coima de quatro mil contos ao operador televisivo SIC, acusando-o da utilização de um separador de publicidade que se confunde com a mensagem publicitária transmitida imediatamente a seguir, o que a CACMP considera que constitui uma violação do princípio



da identificabilidade, além de publicidade subliminar e dissimulada. A decisão assinala que a estação televisiva da SIC é useira e vezeira nesta prática e considera que o mon-

itante fixado da coima (quatro mil contos pelas duas infracções) é um valor que está longe de exceder «o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-

ordenação». A importância desta deliberação reside no facto de ser a primeira vez que a CACMP se decide por uma penalização concreta destas violações.

Parasita «anisakis» ameaça peixe do Algarve

Segundo declarações ao Público do alergologista Carlos Nunes (que, curiosamente, acaba de ser dispensado do Hospital de Olhão), o Algarve surge, nesta altura do ano, como uma das zonas de maior risco (à semelhança da Andaluzia, em Espanha) de ter nas suas costas peixe contaminado pelo parasita «anisakis», recentemente identificado, que se aloja nos peixes e provoca no homem vômitos, doenças gastrointestinais, alergias e, em casos extremos, a morte. Carlos Nunes, identificado como o único alergologista do Algarve, contesta particularmente o

comportamento das autoridades sanitárias, nomeadamente do director-geral de Saúde, dr. Sakellarides, a quem acusa de «falta de responsabilidade parcial ao dizer que não há razão para alarme». Carlos Nunes assinala que a destruição do parasita pode obter-se através de uma boa cozedura do peixe, mas não totalmente, e alerta que no Algarve os hábitos gastronómicos se encontram muito ligados ao consumo de peixe, marisco, moluscos e outras espécies cuja confecção se processa a baixas temperaturas, portanto insuficientes para eliminar o «anisakis».

Gonzalez abandona liderança de PSOE

O secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Felipe Gonzalez, anuncia no seu discurso de abertura do congresso do partido que não se vai recandidatar ao cargo de dirigente máximo do PSOE, travando assim aparentemente o passo às ambições do vice-presidente Alfonso Guerra, que se recusava a abandonar este cargo, o qual deixa de existir na sequência desta decisão de Gonzalez. Recorde-se que Alfonso Guerra protagonizou uma influência crescente nos Governos de Felipe Gonzalez, ficando o seu nome intimamente associado aos numerosos escândalos políticos que entretanto foram socavando a base eleitoral do PSOE, até à derrota nas últimas eleições gerais. O porta-voz parlamentar do PSOE, Joaquín Almunia, foi eleito para substituir Felipe Gonzalez, de quem é apoiante indefectível. Todavia, os membros do órgão dirigente cessante impuseram a recondução de quase toda a equipa, à excepção de alguns chamados «guerristas», o que diminuiu drasticamente o alcance da «renovação» pretendida e afirmada por Felipe Gonzalez no discurso em que anunciou a sua não recandidatura.



Novo aeroporto «avança»

Surgem notícias de que o Ministro do Equipamento Social, João Cravinho, vai levar ao próximo Conselho de Ministros um diploma que cria uma nova empresa para estudar a concepção e localização do novo aeroporto a instalar como alternativa ao aeroporto internacional da Portela, em Lisboa, estrutura que se estima num custo de 300 milhões de contos e

que deverá estar concluída no ano 2007. Segundo o Diário de Notícias, a nova empresa chamar-se-á «Naer - Novo Aeroporto» e terá como principal tarefa apresentar as vantagens e os inconvenientes das duas localizações possíveis da nova estrutura - Rio Frio, no Concelho do Montijo, ou Ota, no Concelho de Cascais.



“Pacheco Pereira passou à oposição, ponto por ponto, à estratégia por mim definida em Santa Maria da Feira”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso», 21.06.97)

“Comigo, a brincadeira acabou e não vai recomeçar”

(idem)

“Nesta altura, a estratégia consiste em captar os extremos. (...) Só mais tarde, perto das legislativas, o PSD deve partir para a conquista do centro”

(Luís Filipe Menezes - «Expresso», 21.06.97)

“Não é preciso inventar nada. Foi isso mesmo que Guterres fez”

(idem)

“Não haverá terceira via entre o capitalismo de cowboy de Clinton, com a sua forte dose de insegurança e desigualdade, e o capitalismo de coração mole dos europeus, que sacrifica empregos e crescimento à segurança económica?”

(«Washington Post», citado pelo «Público», 24.06.97)

“Está provado que esta política [Política Agrícola Comum] é um falhanço total”

(António Campos - «Diário de Notícias», 22.06.97)

“O tempo é curto mas se for necessário vota-se a ponta final da revisão [da Constituição] em Setembro/Outubro, sem drama”

(Guilherme Silva, «O Independente», 20.06.97)

«Nunca antes se viu»

(Octávio Teixeira, idem)

“Não conheço pessoalmente Felipe La Féria, mas considero-o o maior talento existente em Portugal na área do grande espectáculo”

(Horácio Piriquito, «Semanário Económico», 20.06.97)

“Ainda não começou a política séria”

(Medina Carreira, idem)

VI Assembleia da Organização Regional de Portalegre do PCP

Reforçar a luta dos trabalhadores e o poder local democrático

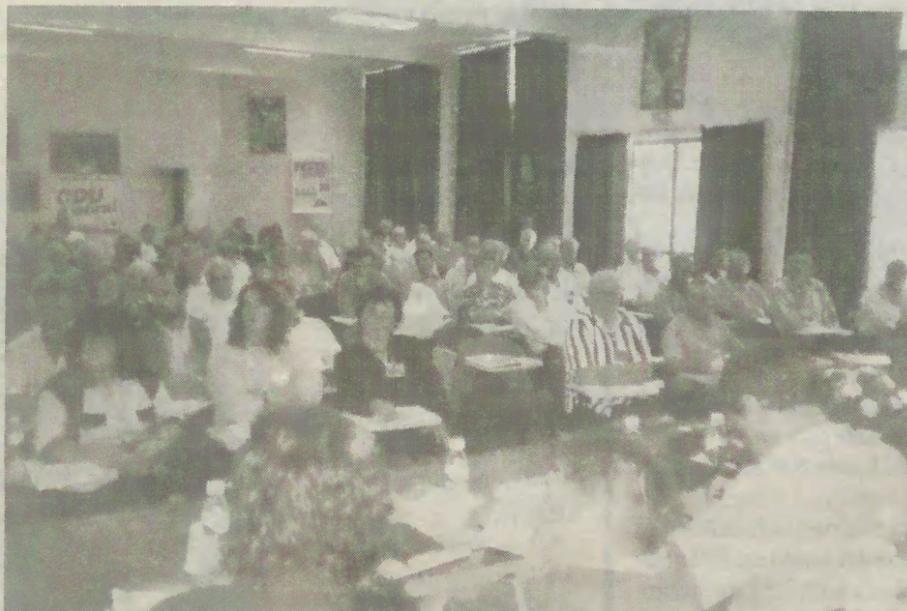
A Organização Regional de Portalegre do PCP realizou, no passado dia 21, a sua VI Assembleia. Contando com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, os trabalhos decorreram numa atmosfera de grande confiança, tendo-se constituído num espaço de reflexão que serviu não apenas para proceder a um balanço da actividade desenvolvida nos últimos anos como também para perspectivar a intervenção dos comunistas no quadro político regional.

Prolongando-se durante todo o dia, sob o lema "Com o PCP Reforçar a Luta dos Trabalhadores e o Poder Local Democrático", a Assembleia foi presidida na sessão de abertura pelo eurodeputado comunista Joaquim Miranda, que saudou os presentes e traçou os principais objectivos desta reunião magna dos comunistas do Alto Alentejo.

Fernando Carmozino, membro do CC e responsável pela DORP, proferiu a intervenção de abertura, a que se seguiu o período de debate que se prolongaria durante todo o dia.

José Manuel Basso, presidente da Câmara Municipal de Niza, intervindo sobre a evolução da administração pública com o Governo PS, criticou duramente a partidização a que se assistiu após a sua nomeação, bem como o não cumprimento das promessas eleitorais.

"Nomeados que foram os Governadores Cívicos, as sedes do que deveria ser a representação de todos os portugueses tornou-se no galinheiro principal onde se comanda toda a operação de nomeações para cargos públicos, numa lógica onde o interesse partidário e a lógica do apare-



Os comunistas de Portalegre aprovaram na sua VI Assembleia, por unanimidade, a resolução política e elegeram a nova Direcção da Organização Regional

lho esmagam rapidamente o primado da competência, do sentido de Estado e de serviço público", sublinhou o autarca comunista, que denunciou ainda o "protagonismo perfeitamente doentio" assumido pelos repre-

sentantes da administração central, "intrometendo-se em tudo de forma desmedida, desproporcionada" e que, no caso de Portalegre, em poucas semanas, em matéria de falta de isenção e aproveitamento partidário, "ul-

trapassaram o que o PSD não fez em dez anos"

A anteceder a última sessão, preenchida com a intervenção de Carlos Carvalhas (ver nesta página) os delegados aprovaram por unanimidade a Resolução

Política, tendo igualmente eleito, com o mesmo pleno de votos favoráveis, a nova Direcção da Organização Regional de Portalegre.

Na Assembleia participaram 101 delegados eleitos pelas respectivas organizações, 34 por cento dos quais operários (17 por cento operários industriais e 16 por cento operários agrícolas), um por cento agricultores, 25 por cento empregados, 13 por cento intelectuais e quadros técnicos e 20 por cento de profissões várias.

Nota de registo merece ainda o facto de 16 por cento dos delegados serem mulheres. Quanto à composição etária, oito por cento dos delegados têm idade igual ou inferior a 30 anos, nove por cento situa-se na faixa etária entre os 31 e os 40 anos, elevando-se a 32 por cento os camaradas entre 41 e 50 anos. 21 por cento dos camaradas têm entre 51 e 60 anos e, acima desta idade, a percentagem de delegados situou-se nos 30 por cento.

Carlos Carvalhas

O PCP faz falta no Governo

A desculpabilização e a propaganda

(...)

Os protestos públicos dos mais variados sectores e camadas sociais, o desemprego, o trabalho precário, a falta de saídas profissionais para os jovens, o tráfico da droga e o aumento da toxicod dependência, a insegurança, o não cumprimento de promessas como é o caso da semana de 40 horas, tem vindo a generalizar um sentimento de mal-estar na sociedade, e por reflexo também nas hostes socialistas e afins. As vozes do desencanto vêm mesmo do interior do PS.

Um dirigente socialista afirmou recentemente que o "Governo está a precisar de vitaminas", outro diz que "se criaram expectativas irrealistas durante os Estados Gerais", outro no Porto insurge-se contra a taxa de desemprego no distrito, outro afirma ainda que "o PS navega à vista para não dizer à deriva", e o Ministro Adjunto Jorge Coelho (D.N. de 19/6/97) confessa que «o Governo tem cometido muitos erros que tem de corrigir».

São tentativas de desculpabilização e reflexos da contestação e do mal-estar. A continuar assim, daqui a uns dias certamente teremos novamente o primeiro-Ministro a afirmar em reunião de militantes que "o PS e o Governo só têm feito asneiras..."

É que aquilo a que o Secretário-Geral do PS denomina «política de rigor com consciência social», não passa da política de concentração de riqueza e da consequente acentuação das desigualdades com algum «bá-blá» sobre o social. A realidade o que nos mostra é que a situação social se tem degradado.

Temos o triste recorde na Europa quer em relação à pobreza, quer em relação às desigualdades sociais! Vinte e nove por cento (29%) das famílias, dois milhões e meio (2,5) de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza! E quanto às desigualdades os números falam por si: 20% dos agregados mais pobres recebem 6% do Rendimento Nacional e os 20% mais ricos arrecadam 46%! São dados que dão que pensar.

Se juntarmos a este quadro o número de desempregados, problema que não se resolve com a limpeza dos ficheiros, e todos aqueles que têm uma ocupação mas que não têm emprego estável, ou o número de jovens à procura do primeiro emprego, ou os milhares de toxicod dependentes que têm de esperar entre três a seis meses para obterem uma primeira consulta, bem assim como, as múltiplas expressões de insegurança é fácil perceber as razões do descrédito e do descontentamento. Nenhum desempregado, nenhum reformado, nenhuma família pobre pode deixar de, se indignar de só com a 2ª fase da privatização da Portugal Telecom se ter gasto 4,2 milhões de contos em publicidade e na privatização da EDP cerca de 1 milhão!

E nenhuma família pode deixar de se sentir lesada ao saber que o Governo optou por não baixar as tarifas da electricidade, com o objectivo de engordar os lucros da EDP e facilitar assim o clima especulativo na sua venda.

É uma vergonha. E uma vergonha ainda mais chocante quando vem de um governo com o nome de socialista.

Tudo isto alimenta a frustração, a indignação e o descontentamento que tem também as suas raízes nas promessas e na política política.

A farsa

Ainda há poucos dias o PS e o PSD se acusavam mutuamente e em gritaria, numa pose de grande amuo e de grande divergência. Logo a seguir ambos os partidos trocavam sorrisos e votavam conjuntamente as respectivas "Resoluções" sobre a revisão do Tratado de Maastricht e, à noite, na Comissão parlamentar, lá se entendiam, mais uma vez, na concretização do vergonhoso Acordo sobre a "Revisão Constitucional"...

Este comportamento que se vem ciclicamente repetindo — grandes divergências e encenações sobre o secundário, convergência e mútuo apoio sobre o essencial vai divorciando cada vez mais cidadãos da intervenção política transformando-os em espectadores passivos do "teatro político". A crise artificial à volta da Lei das Finanças Locais e do Código Penal, porque artificial e falsa em vez de interesse causou descrédito, desinteresse e apatia. É sabido que o PSD não quer eleições antecipadas e até já anunciou que deixaria passar o Orçamento de Estado para 1998 e é sabido que o principal núcleo dirigente do PS também não as quer para agora e, muito menos, depois de ver o que sucedeu ao sr. Juppé! Por isso, o jogo teatral das acusações mútuas e as ameaças de eleições antecipadas, em vez da resposta aos graves problemas com que as populações são confrontadas, levam cada vez mais o cidadão ao divórcio da vida política. Ora isto não dá nenhuma saúde às instituições nem à democracia, nem à vida política.

A intervenção dos cidadãos e a sua interessada participação é da máxima importância para se dar resposta aos graves problemas que temos pela frente. O país precisa de uma nova política.

De facto, a opinião pública não aceita um governo em que alguns dos seus ministros que estiveram na luta da Ponte 25 de Abril, enquanto deputados da oposição, e que na Assembleia da República sempre apoiaram a luta dos trabalhadores e o direito à indignação, agora queiram meter na cadeia os que em justos protestos, venham a participar em "cortes" de estrada ou em bloqueio de portos...

A opinião pública não fica indiferente, por exemplo quando um ministro ofende os agricultores portugueses dizendo que sem os espa-

nhois não teríamos fruta em Portugal, a um ministro que já se manifestou contra o seu próprio Ministério e que agora diz que mantém a "portaria sobre as pescas", porque é lei, mas que não a vai cumprir... o que no mínimo é um espanto...

A opinião pública não fica indiferente a um ministro como o das Finanças que sempre que se vê "entalado", decide avançar com um rigoroso inquérito, mas que depois não os divulga, nunca se ficando a conhecer as doudas conclusões... De um ministro das Finanças que negando a evidência se prepara para aumentar os impostos e a carga fiscal sobre o povo português para o devorar, depois, na marcha forçada para a "moeda única".

A opinião pública achará pelo menos estranho, que um ministro como o ministro da Administração Interna diga, a 11 de Maio, que no seu mandato não criará um Sindicato da Polícia e que, agora, para desmobilizar a manifestação vem prometer a criação do sindicato acrescentando até que gostaria de ficar na História como o ministro que criou o Sindicato da Polícia...

O povo não derrotou o PSD só para ter mudança de caras. O povo quis mudança de atitudes e de políticas. O rotativismo e a alternância sem alternativa é uma mistificação.

É preciso preparar a alternativa.

E a alternativa não passa por ao PS suceder de novo o PSD. A alternativa passa por se manter o PSD e o PP em minoria e em alterar a relação de forças no campo democrático. Isto é, a alternativa passa pelo reforço do PCP e da CDU. São cada vez mais os trabalhadores mesmo entre aqueles que votaram PS que hoje afirmam que o PCP faz falta no governo para que haja uma outra política, para que haja uma política de esquerda.

O PCP e a CDU aparecem aos olhos de cada vez mais portugueses como a grande força da esquerda, uma força que tem propostas e soluções, que luta para que os cidadãos intervenham e sejam verdadeiros agentes da transformação.

O traço mais significativo da intervenção do PCP é o traço da proposta e da solução, da resposta aos anseios e aspirações dos trabalhadores e das populações, como se pode ver pelos projectos de lei apresentados na Assembleia da República, pelo seu trabalho nas autarquias, no Parlamento Europeu, nos sindicatos e nas mais diversas esferas da vida nacional.

(...) O lucro antes dos homens

Temos afirmado que vivemos num mundo em que as conquistas da ciência e da técnica permitem melhorar significativamente a vida das populações, reduzir o tempo de trabalho sem diminui-



PCP

→ Carlos Carvalhas O PCP faz falta no Governo

ção dos salários, e apagar as manchas de pobreza e superar os flagelos sociais que atingem milhões de seres humanos, o que é uma vergonha para todos nós.

Mas o capitalismo e a sua expressão neoliberal continuam a condenar milhões e milhões de cidadãos à exclusão social e à miséria.

É a expressão clássica do chamado capitalismo pós-moderno: **o lucro antes dos homens, a exclusão dos homens que entram o lucro.** Os vinte milhões de desempregados na União Europeia não são um acidente do capitalismo, mas o seu modo de funcionamento.

O Relatório do Desenvolvimento humano do PNUD de 1997 aí está a confirmar cada vez mais, a **polarização da riqueza e da pobreza** e, tudo isto, à beira do Terceiro milénio.

Segundo o Relatório da ONU perto de um terço da população do mundo em desenvolvimento — **cerca de 1,3 mil milhões de pessoas — vive com menos de 1 dólar por dia. Mais de 800 milhões de pessoas não têm o suficiente para comer.**

Das 100 maiores economias do Mundo, 50% são países e os outros 50% são mega-empresas.

O rácio do rendimento dos 20% mais ricos face aos 20% mais pobres, passou de 30 para 1 em 1960, de 61 para 1 em 1991 e para um novo aumento alarmante de 78 para 1, em 1994. As desigualdades somam e seguem.

Quanto à dívida externa, este Relatório é peremptório: os países pobres altamente endividados precisam do alívio imediato da dívida. O alívio — definido em termos de stock da dívida e do seu serviço — para os 20 países mais gravemente afectados custaria entre 5,5 mil milhões a 7,7 mil milhões de dólares, ou seja, **menos do que o custo de um bombardeiro.**

E quanto à situação das mulheres os dados são também reveladores: **nos países em desenvolvimento, as mulheres analfabetas ultrapassam o número dos homens em 60%. As mulheres ganham apenas três quartos do que os homens ganham.** Entretanto, as mulheres carregam uma parcela desproporcionadamente grande dos trabalhos domésticos e das responsabilidades de criar as crianças. Elas têm também menos acesso à terra, ao crédito e às oportunidades de emprego. **Nos países industrializados, a taxa de desemprego entre as mulheres é mais elevada do que entre os homens. A nível mundial, as mulheres ainda detêm apenas 13% dos lugares parlamentares e 6% dos cargos governamentais.**

E o Relatório conclui que **"nenhuma sociedade trata tão bem as suas mulheres quantos os seus homens"...**

Esta é uma situação que é necessário combater e alterar.

No entanto, alguns continuam a preconizar a americanização do Planeta e muito especialmente da Europa, propagando a baixa taxa de desemprego dos EUA e da sua prosperidade. Procuram fazer esquecer que nos EUA a maioria dos empregos criados são precários, são empregos mal pagos e sem qualquer segurança, estilo MacDonald e que a sua "prosperidade" — de alguns — se deve, no essencial, às práticas de dominação, nomeadamente através do GATT (OMC).

Na próxima reunião do G7 ou G8, vamos ter mais uma dose de propaganda: do chamado "modelo americano" que não é mais do que o modelo da lei da selva, do poder do dinheiro, do salve-se quem puder...

Seria aí a ocasião de recordar, aproveitando a presença de Ieltsin, o que tem significado a marcha dos Países de Leste para o capitalismo, para aquilo a que pudicamente denominam de economias de mercado. O Relatório da ONU que temos vindo a citar é muito claro: "Os países da Europa de Leste e da Comunidade de Estados Independentes assistiram à maior deterioração na última década, passando de **quatro milhões de pessoas abaixo da linha de privação de rendimento em 1987/88, para 120 milhões actualmente, afectando cerca de um quarto da população total.** E é também ilustrativo que o número de crianças que hoje na Rússia vivem na rua já se aproxima do triste nível do Brasil! Rússia que em 1993-94, com quase 60 milhões de pobres, contava com cerca de metade de pobres da Europa de Leste e C.E.I.

É por tudo isto que afirmamos que a generalizada ofensiva do grande capital internacional contra os direitos, os salários e a segurança social dos povos e a pressão e prática no sentido da acentuação das desigualdades exige **dos comunistas e de todas as forças progressistas tudo fazer para unir esforços, reforçar a solidariedade, e fazer convergir ou complementar lutas e intervenções.**

É com a forte convicção e com a confiança na força libertadora da luta dos trabalhadores e dos povos que os comunistas portugueses prosseguem em Portugal a luta pelos valores da Revolução de Abril, pelos valores e ideais do socialismo.

Portugal precisa de um Partido Comunista Português cada vez mais forte e mais interveniente, de um Partido que não vira as costas às dificuldades, de um Partido empenhado em trabalhar para hoje e para amanhã, na obra colectiva da construção de uma vida melhor para o povo português.

NACIONAL

PROALENTEJO não serve

"Um documento que não gera consensos, nem expectativas positivas" - esta, em síntese, a crítica dirigida ao **PROALENTEJO** pelo Conselho da Região do Alentejo.

Uma crítica em que, simultaneamente, se relembra a necessidade de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Alentejo e as **cinco grandes opções estratégicas** - contributo do Conselho da Região Alentejo e das autarquias locais, elaborado com base em diversos estudos:

* Mais investimento para o Alentejo;

* Ajustamento do quadro comunitário de apoio aos objectivos estratégicos de dinamização do sistema produtivo, criação de emprego e inversão do processo de desertificação humana;

* Reformas estruturais, grandes empreendimentos e infra-estruturas;

* Plano estratégico de desenvolvimento para o Alentejo e um programa integrado para a zona de influência de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo;

* Concretização da regionalização.

Na apreciação do **PROALENTEJO** salienta-se a falta de rigor e de credibilidade, quer quanto à metodologia quer quanto aos conteúdos, e alerta-se para o perigo de pôr em risco "não só o desenvolvimento da região como o cofinanciamento da União Europeia, em 57 milhões de contos, para o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva".

Tudo começa com metodologias avessas à participação e ao rigor.

Assim, "nem o Conselho da Região nem as Autarquias Locais foram chamadas a ter uma participação efectiva na elaboração do **PROALENTEJO**".

fica, quer dos fluxos migratórios, residem, designadamente, numa débil estrutura económica, particularmente num anacrónica estrutura

inevitavelmente essa avaliação "falha de rigor e de profundidade", conduz a um Plano de Acção "sem perspectiva estratégica", limitan-



O Alentejo continua à espera de uma verdadeira política de desenvolvimento

JO", e foi pelos jornais que se soube que "um plano de desenvolvimento integrado para o Alentejo já estava entregue em Bruxelas".

Por outro lado, membros do governo vêm divulgando que o programa "traria para a região mais 410 milhões de contos, dando a entender que se trataria de investimentos adicionais, quando se sabe que se trata, exclusivamente, de investimentos já previstos".

Mas nem só de metodologias se trata. Em causa está também, a falta de rigor na **introdução e diagnóstico da região.** A começar pela própria caracterização geral.

Afirma-se que "um dos principais problemas da região Alentejo é a perda de vitalidade demográfica, consequência dos intensos fluxos migratórios", quando diferentes estudos confirmam que as causas, quer "da perda de vitalidade demográfica

fundiária e agrícola e na ausência de um sector de transformação agro-alimentar e florestal; nos insuficientes investimentos públicos e privados; na ausência de um Plano Estratégico; e numa inadequada gestão do Poder Central".

Insiste-se em "escamotear a realidade fundiária da região, com o subterfúgio das médias" quando a realidade, no Alentejo, é que, segundo dados de 93 do Instituto Nacional de Estatística, 1% das grandes explorações agrícolas e sociedades possuem 80% da superfície agrícola utilizada.

O Conselho da Região Alentejo, considera ainda inadequada a apreciação sectorial feita pelos autores do projecto - dos cereais à cortiça e comércio, da problemática das indústrias extractivas à apresentação de potencialidades.

Pelo que - sublinha-se -

do-se a pretender ser *um instrumento coordenador das diversas acções previstas ou em execução na Região Alentejo* com um horizonte de apenas dois anos.

Neste quadro, acumulam-se interrogações e razões de alerta.

O Programa Específico de desenvolvimento da Zona de Alqueva, deixa de fora "as áreas e perímetros de rega existentes ou a instalar no âmbito do Plano de Rega do Alentejo". O programa é omissivo em relação a quaisquer medidas tendentes à **correção da estrutura actual de posse e de uso da terra.** O modelo de gestão e acompanhamento nada refere em relação à "articulação com os sistemas de gestão dos programas já em curso, de onde virão os recursos financeiros", inclui um peso excessivo de representantes do governo e tenderá a incrementar a burocracia.

URAP debate em Setúbal Democracia e direitos sociais

"A democracia, defende-se e aperfeiçoa-se", foi o lema do encontro/convívio realizado pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses - URAP, do Distrito de Setúbal, no passado dia 15.

Na declaração, aprovada por unanimidade e aclamação, sublinham-se os perigos de uma situação em que "importantes direitos e regalias já nos foram retirados" e se vêem surgir "ameaças que, a concretizarem-se, esvaziariam a Constituição e enfraqueceriam seriamente a democracia portuguesa".

Concretizando, o encontro considerou particularmente preocupante a falta de resposta a problemas fundamentais em áreas como a do desenvolvimento económico, da saúde, da habitação e do ensino.

"A democracia é para nós entendida como um Estado que tem por objectivo resolver os problemas que afligem o país" - afirma a Declaração -, "não podemos permitir que se fale em desenvolvi-

mento económico do país e na consequente criação de postos de trabalho, quando o que constatamos é o agravamento de sectores económicos importantes, o encerramento de empresas e o avolumar do desemprego".

A URAP refere, nomeadamente, a política agrícola, "que nos obriga a recorrer à importação de produtos que podemos e devemos produzir" e a situação no sector da saúde, lembrando que "a Constituição aponta para um Serviço Nacional que tenha em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos e seja tendencialmente gratuito".

As "manobras de bastidores" com o objectivo de "retirar da Constituição tudo aquilo que mais força tem de obrigatoriedade para a consolidação da democracia" é outro dos alertas, no documento aprovado no encontro da URAP, que sublinha: "A Democracia precisa de que Portugal de Abril não se transforme numa frustração para os portugueses."

AUTARQUIAS

Apresentados os candidatos comunistas PCP reafirma empenho na coligação «Mais Lisboa»

«Na base de linhas claras e de responsabilidades definidas, pela nossa parte tudo faremos para que a Coligação tenha êxito e para garantir à população de Lisboa trabalho, honestidade, competência e criatividade», asseverou Carlos Carvalhas na passada sexta-feira, na apresentação pública dos candidatos que, indicados pelo PCP, vão integrar as listas da coligação «Mais Lisboa» nas eleições de Dezembro.

O acto solene teve lugar no terraço do Centro de Trabalho Vitória, onde compareceram actuais eleitos, candidatos, militantes e dirigentes do Partido com intervenção em diferentes áreas na cidade, personalidades independentes e figuras públicas.

Luís Fernandes, do Comité Central e da DORL, que apresentou os candidatos, salientou que a coligação de esquerda que tem gerido os destinos do maior município do País «tem sido uma solução enriquecedo-

ra do ponto de vista político e eficaz do ponto de vista prático». «Cientes das exigências políticas que se vão colocar num próximo mandato, a Direcção de Lisboa do PCP procurou fazer um trabalho profundo e participado, com uma ampla auscultação de organismos, militantes e amigos», «sempre com o objectivo de dar expressão e identificação a equipas que, na tradição do prestígio e valor demonstrado pelo trabalho dos comunistas nas autarquias, possam mais

uma vez corresponder às aspirações das populações», disse, ao explicar o processo de formação destas «equipas reforçadas, que procuram a renovação e rejuvenescimento, não perdendo a continuidade do trabalho, a experiência adquirida, a imagem afirmada».

Em nome dos candidatos a presidentes de Junta, Vítor Agostinho sublinhou que em Lisboa «sente-se a diferença por o PCP estar na Câmara e nas freguesias». Rui Godinho, o primeiro dos candidatos comunistas na lista para o executivo municipal, teceu fortes críticas à candidatura da direita, frisando que «não há alternativa à esquerda na cidade». João Amaral, que encabeça a lista para a Assembleia Municipal, acusou Ferreira do Amaral de ser o candidato que lembra Abecasis e a sua ruínosa gestão



municipal, e o ministro de Cavaco responsável pelos aumentos de portagens e a repressão sobre os utentes da Ponte 25 de Abril.

Inegável contributo

Carlos Carvalhas realçou que «é inegável a contribuição que os eleitos do PCP têm dado para o trabalho realizado na cidade no quadro da coligação», pelo que «podemos afirmar com verdade e orgulho que estamos associados ao que de

melhor se tem feito em Lisboa».

Os candidatos anunciados dia 20 «garantem a continuidade dessa contribuição e asseguram uma qualidade e rigor de trabalho nas importantes áreas de gestão que têm à sua responsabilidade».

O dirigente comunista salientou que «a afirmação da identidade e posições próprias do PCP, de que esta iniciativa é expressão, não reduz o indiscutível empenhamento e inteira disponibilidade para prosseguir, num quadro de lealdade e respeito mútuo que tem caracterizado a Coligação e o trabalho realizado».

O PCP «participa desde o primeiro momento de corpo inteiro na coligação», «com a convicção de que o prosseguimento da sua actividade corresponde aos interesses gerais da

cidade e da sua população», recordou o secretário-geral.

«Com as coligações «Por Lisboa» e «Com Lisboa», não só se rompeu uma ruínosa gestão de uma década de responsabilidade da direita, como também se lançou, na base de um novo projecto e programa, as bases de uma inadiável renovação e modernização urbana de que a cidade carecia», destacou Carlos Carvalhas.

Deixando presente que «não temos a pretensão de tudo se ter resolvido» e que «nunca deixámos de ser exigentes e críticos nos sítios próprios sobre o trabalho concretizado e a concretizar», o secretário-geral do PCP considerou indiscutíveis as profundas transformações operadas na cidade de Lisboa, «não apenas num novo estilo de gestão mas nos resultados da sua acção».

Firmado o acordo da coligação

O acordo de constituição da coligação «Mais Lisboa» foi assinado anteontem, ao fim da tarde, numa cerimónia que reuniu várias centenas de dirigentes políticos, sindicais e associativos, autarcas e personalidades sem filiação partidária mas com intervenção de relevo e posições de prestígio na vida da capital.

Em nome dos partidos políticos que integram a coligação, assinaram o acordo Jorge Coelho (PS), José Casanova (PCP), Carlos Marques (UDP) e Isabel Castro (PEV). A estes quatro partidos juntaram-se também o Movimento Partido da Terra e o PPM, através de acordos firmados com a coligação para «prosseguir a obra de renovação e transformação iniciada em 1990».

Depois de reafirmar «o empenhamento e inteira disponibilidade do PCP para prosseguir, no quadro de lealdade e respeito mútuo que tem caracterizado a coligação, a acção e o trabalho realizado», José Casanova considerou que «esta coligação — «Por Lisboa», «Com Lisboa», «Mais Lisboa» — é a demonstração concreta da possibilidade de vencer a direita e de fazer uma política autárquica de esquerda». «Com a consciência do muito que de positivo foi feito nestes quase dois mandatos; com a consciência do muito, mais e melhor que sabemos ser necessário e queremos fazer; com um respeito muito grande pelos compromissos que assumimos; com o respeito pela inteligência, pela sensibilidade, pelos direitos e

pelos anseios dos lisboetas — assumimos frontalmente o que nos distingue da coligação e do projecto da direita», disse o membro da Comissão Política do PCP, frisando que «é nisto, essencialmente, que reside a



nossa determinação para fazermos uma grande e forte campanha eleitoral» e que assenta «a enorme confiança com que encaramos os resultados das próximas eleições autárquicas».

João Amaral, deputado e dirigente comunista que preside à Assembleia Municipal de Lisboa e de novo encabeça a

lista da coligação de esquerda para este órgão, recordou a «desastrosa gestão da cidade, da responsabilidade da coligação PSD/CDS», durante a década de 80, em que «os negócios sacrificaram as pessoas». Referindo as «verdadeiras revoluções» em curso em Lisboa, desde que foi posto termo àquele ciclo, destacou quatro pressupostos de trabalho incluídos no programa da coligação «Mais Lisboa»: a descentralização de competências e meios para as freguesias, a participação popular na transfor-

mação da cidade, o contributo dos trabalhadores do município, e o apoio à população residente, particularmente nos bairros históricos.

«Queremos que nos conheçam pela honestidade, competência, trabalho, rigor e criatividade com que encaramos o exercício do poder local por parte dos eleitos locais», disse

João Amaral, referindo-se à intervenção do PCP na «Mais Lisboa».

João Soares, o candidato da coligação à presidência da CML, afirmou as suas convicções de esquerda e, reconhecendo as diversas posições políticas dos candidatos e apoiantes da «Mais Lisboa», salientou que «estamos unidos por um sentimento comum»: a «paixão por Lisboa», a «convicção no bom senso e no sentimento solidário das suas gentes», a «serena determinação para o combate político

em torno de ideais humanistas e solidários».

O actual presidente da Câmara de Lisboa declarou a disposição de, no futuro mandato, fazer com que o trabalho da coligação se caracterize por uma inovação na resposta aos problemas das populações, na continuidade da acção desenvolvida desde 1990.

Nomes para eleger

Foram divulgados os nomes dos cabeças-de-lista das 26 freguesias onde, conforme o acordo da coligação, cabe ao PCP indicar o primeiro candidato (nas restantes 27, o cabeça-de-lista cabe ao PS): Joaquim Granadeiro (Ajuda), José Godinho (Alcântara), José Figueiredo (Alto do Pina), Raul Boaventura (Ameixoeira), Joaquim Cunha (Beato), José Araújo (Carnide), Jaime Salomão (Castelo), David Castro (Charneca), Júlio Castro (Lapa), Jorge Ferreira (Madalena), António Augusto Pereira (Marvila), Carlos Vicente (Pena), Manuel da Silva (Prazeres), Cabrita Longo (S. Domingos de Benfica), Virgílio Lopes (S. João), José Godinho (Arroios), Joaquim Oliveira (S. José), Virgílio Teixeira (S. Miguel), Vítor Agostinho (S. Vicente), Manuel Gama (Sacramento), Luís Filipe Sousa (Santiago), Isilda Neto (Santa Engrácia), Vítor Castelhinho (Santa Isabel), Ramiro Nelson (Santa Justa), Lourenço Bernardino (Santo Condestável) e João Constantino (Santo Estevão). Há 14 novas candidaturas e 12 actuais presidentes que se recandidatam.

Para a Assembleia Municipal, o PCP apresentou os 20 primeiros nomes (dos quais, 8 não figuraram na anterior lista): João Amaral (cabeça-de-lista e actual presidente da AM), Rego Mendes (actualmente vereador), Jorge Cordeiro, Manuel Lopes, Graça Mexia, Silva Dias, Blasco Hugo Fernandes, Modesto Navarro, José Fidalgo, Susana Silvestre, Feliciano David, Carlos Carvalho, Carlos Pereira, Alfredo Marques, Isabel Quintas, Amaral Gomes, Vítor Neves, Rogério Gonçalves, Leonor Barão e Maria Amélia Guerra.

Para a Câmara Municipal de Lisboa, o PCP recandidata os actuais vereadores Rui Godinho, António Abreu, Vítor Costa e Caleia Rodrigues. No quarto lugar, onde na anterior lista figurou Rego Mendes, surge agora Rita Magrinho. Os restantes candidatos do PCP ao executivo municipal são Alexandra Gonçalves, Manuel Figueiredo, José Manuel Possidónio, Francisco Brandão, Américo Laia e Inês Salema Menezes; nenhum destes integrou a lista apresentada em 1993.

Passeio no Tejo de mulheres CDU

Projecto autárquico também no feminino

Cerca de 200 mulheres, eleitas e candidatas da CDU dos distritos de Lisboa, Setúbal, Évora e Aveiro participaram no passado sábado num convívio, realizado a bordo de um barco no rio Tejo, subordinado ao tema *CDU - Um projecto autárquico, também no feminino*.

A iniciativa foi promovida pela Comissão para os Problemas e Movimento das Mulheres, junto do CC do PCP. Durante o encontro foram feitas várias intervenções, em particular, por Manuela Silva, candidata à CM de Santa Maria da Feira, Vitalina Roque, vereadora na CM de Montemor, Graça Mexia, presidente da Comissão para a Igualdade da Assembleia Municipal de Lisboa, e Jacinta Ricardo, presidente da CM do Montijo. Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP, interveio igualmente para sublinhar a importância de elevar a participação das mulheres no poder local.

A importante presença de mulheres nas listas da CDU é demonstrada por alguns dados divulgados na ocasião: dos 120 cabeças de lista da Coligação, 19 são mulheres (15,8%). No entanto, no distrito de Lisboa, esta percentagem sobe para 26,6%, ou seja, dos 105 nomes

considerados para as 15 câmaras 28 são mulheres. Em 112 nomes para as Assembleias Municipais, 27 são mulheres, encabeçando ainda 19 listas às Juntas de Freguesias.

CDU à frente

No distrito do Porto destaca-se a apresentação de três mulheres como primeiras candidatas a Câmaras; uma à Assembleia de Marco de Canavezes e duas às Assembleias de Freguesia da Foz do Douro e Bonfim.

No distrito de Braga, foram já anunciadas três mulheres cabeças de lista à Assembleia de Freguesia de S. Vitor e S. Vicente e à Assembleia Municipal de Guimarães.

No total das câmaras municipais do País, existem apenas cinco mulheres presidentes, sendo que duas delas são eleitas pela CDU. De resto, a Coligação conta 22,5 por cento do total das

mulheres eleitas em órgãos de poder local (38 em 168). No total dos eleitos CDU, as mulheres representam 15,4 por cento, enquanto que as eleitas no PS não ultrapassam os 8,3 por cento, e no PSD, se ficam pelos 6,6 por cento.

Por distritos, as mulheres CDU representam 13,6 por cento em Évora; em Setúbal, 19,2 por cento; em Santarém, 16,6 por cento; em Braga, das seis vereadoras eleitas pelas diferentes forças uma é da CDU; em Castelo Branco, em sete mulheres eleitas uma é CDU; em Leiria, das cinco eleitas, uma é CDU; no distrito de Beja, dos 80 eleitos de todas as forças políticas apenas sete são mulheres, sendo que a CDU conta com quatro entre os seus 39 eleitos.

Combater discriminações

Durante o encontro, em cujo final foi aprovada uma resolução, usou ainda da palavra Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, que salientou que os números divulgados «confirmam que existe um esforço firme e coerente de combater



discriminações e aumentar decididamente a participação de mulheres nos órgãos de poder local».

Reconhecendo que é preciso ir mais longe no futuro, aquele dirigente comunista frisou que «não há projecto de igualdade que não compreenda também a igualdade entre homens e mulheres. Não há projecto de libertação que possa deixar de incluir a libertação da mulher. Não há projecto de democracia participativa que possa excluir a participação das mulheres».

Realçando que «muito do trabalho e da obra feita pela CDU teve as mulheres como beneficiárias», Luís Sá referiu mais adiante «que através de eleitos ou eleitas, vamos continuar a trabalhar eficazmente para as populações, e para as mulheres em especial (...) mas estamos convencidos de que as mulheres

da CDU, verdadeiramente de esquerda, constituem uma especial contribuição, pela sua firmeza e sensibilidade própria, para o aprofundamento da qualidade e democraticidade do nosso trabalho autárquico».

«Uma coisa é certa», continuou Luís Sá, «em tempos, o PS conseguiu uma grande efeito mediático com a proposta de quotas obrigatórias, fixadas na lei e na Constituição, que obrigariam a que um quarto dos candidatos fossem mulheres. Em 1 de Fevereiro de 1994, o actual Primeiro-Ministro e então líder do PS foi mesmo afirmar a um Parlamento Paritário realizado na Assembleia da República que seria necessário aprovar um diploma com quotas mínimas obrigatórias de participação de mulheres. Dissemos frontalmente que esta não era a via, e não teremos sido bem compreendi-

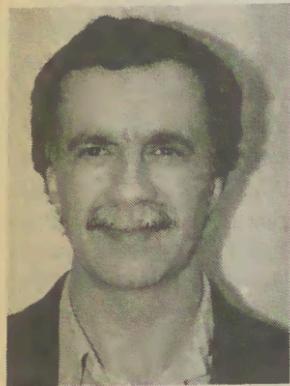
dos por todos. Agora vê-se. Nós continuamos preocupados. Enquanto isso, as quotas foram mesmo para a gaveta em que o PS meteu o socialismo e tantas outras promessas.

«Hoje, obtido o efeito de momento, abandonou a proposta de consagrar quotas na lei e na Constituição. Foi mais uma matéria em que deu o dito por não dito. Mas mais ainda: não dá o mínimo sinal de ter adoptado uma política de real promoção da participação de mulheres nas suas listas».

Já a finalizar, Luís Sá lançou uma desafio aos outros partidos: «façam o mesmo que nós. Revelem dados sobre a participação de mulheres nas vossas listas, Ver-se-á claramente uma verdade indelével: a CDU já estava à frente. E vai ficar ainda mais à frente após as próximas eleições».

Candidatos da CDU

CANTANHEDE



Arnaldo de Carvalho

A candidatura de Arnaldo de Carvalho à Câmara Municipal de Cantanhede foi recentemente anunciada pela CDU, que faz um balanço negativo da actual gestão autárquica e afirma a sua lista como «uma alternativa natural a um executivo que desiludiu muita gente».

Arnaldo de Carvalho tem 47 anos, é empregado bancário e já foi eleito na Assembleia Municipal de Cantanhede em dois mandatos. É conhecida a sua participação em actividades culturais, desportivas e sindicais. É músico da «Brigada Victor Jara»; presidente da Secção de Ténis do CF «Os Marialvas»; membro da Comissão Nacional de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos; membro do Conselho Geral e secretário da Sec-

ção Regional de Coimbra do Sindicato dos Bancários dos Centro.

CASTELO BRANCO

Carlos Alberto de Sousa Vale e Joaquim Manuel de Castro Bonifácio da Costa encabeçam, respectivamente, as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Carlos Vale tem 62 anos de idade e é gerente comercial. Militou activamente na campanha do general Humberto Delgado, fez parte das Comissões Eleitorais de 1961 a 1969, tendo tomado parte activa no 2º Congresso República de Aveiro e do 3º Congresso da Oposição Democrática, tendo sido candidato da CDE pelo círculo eleitoral de Castelo Branco.

Foi ainda candidato do PCP à Assembleia Constituinte, diversas vezes candidato à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. É membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, e eleito da Assembleia Municipal de Castelo Branco desde 1979, tendo sido recentemente distinguido pelo

«Troféu Gazeta 96» como o melhor autarca.

Joaquim Bonifácio da Costa tem 41 anos, é arquitecto exercendo actualmente as funções de docente na Escola Superior de Educação. Foi candidato da CDU à Assembleia da República e, em 1989 e 1993, foi candidato à presidência da Câmara Municipal de Castelo Branco. É dirigente Sindical do Sindicato dos Professores da Região Centro, membro do Conselho Nacional de Educação, e membro do Conselho Nacional do Partido Ecologistas «Os Verdes».

SANTO TIRSO

A CDU apresentou recentemente José Alberto Sousa Ribeiro para encabeçar a lista à Câmara Municipal de Santo Tirso. O candidato tem 47 anos, é operador de laboratório químico na indústria metalúrgica e exerce actualmente funções na direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito do Porto. É ainda membro da União dos Sindicatos do Porto e da Federação da Metalurgia.

Anunciado foi ainda o candidato à Assembleia Municipal, Manuel Ferreira Dias, escultor e professor. Militante do PCP, formou-se

em escultura pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é professor e membro do conselho científico. É pós-graduado em escultura nos «Ateliers 63», em Harlem, na Holanda, e foi bolsista da Gulbenkian para frequentar o curso de pós-graduação em cenografia, na University College de Londres. Expôs individualmente e colectivamente em Portugal e na Europa e é o autor da escultura de homenagem ao ardina.

SINTRA

Na passada sexta-feira, a CDU/Sintra promoveu uma sessão para apresentação do cabeça de lista à Assembleia Municipal, bem como da lista completa à Câmara. A iniciativa contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, e realizou-se na freguesia de Queluz com a participação de mais de 300 pessoas.

O candidato à AM é Silvino Teixeira, que exerce actualmente as funções de secretário da mesa da Assembleia Municipal de Sintra.

Entre 1965 e 1968 fez parte da Juventude Universitária Católica, e entre 1969 e 1970 integrou a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de



Direito, tendo sido preso pela PIDE, em 1971. Depois de passar pelo funcionalismo público, inicia a sua actividade como advogado em 1978, tendo trabalhado como tal para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Hidratos de Carbono, e mais tarde para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Foi entre 1990 e 1995 presidente da Delegação da Ordem dos Advogados na comarca de Sintra e é actualmente membro do respectivo conselho distrital.

TÁBUA



José Manuel Oliveira

José Manuel Oliveira é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Tábua. O candidato é natural de Azere, no concelho de Tábua, e é funcionário público.

VILA VIÇOSA



Manuel Condenado

Durante um almoço de confraternização realizado no passado dia 15 de Junho, a CDU apresentou o seus candidatos à presidência da Câmara e Assembleia Municipal de Vila Viçosa, respectivamente, Manuel João Fontainhas Condenado e Vítor Manuel Cardoso Gomes da Silva.

O cabeça de lista à Câmara tem 42 anos, é professor do Ensino Básico, é militante do PCP e actual vereador na autarquia. Sempre em Vila Viçosa, foi eleito na Assembleia Municipal, entre 1979 e 1982, e vereador entre 1982 e 1985.

O candidato à Assembleia Municipal tem 52 anos de idade, é engenheiro civil, tendo sido presidente da CM de Estremoz entre 1979 e 1982, onde é vereador no actual mandato.

TRABALHADORES

Grande manifestação de polícias reclama direito ao sindicato

Considerada por alguns observadores e participantes como a maior manifestação de agentes policiais que teve lugar até hoje no País, a jornada de dia 19 marca uma viragem na luta pelo direito ao sindicato.

Ao sair, no dia seguinte, de uma audiência com o presidente da Assembleia da República, um dirigente da Associação Sócio-Profissional da Polícia admitiu mesmo que a criação de um sindicato «é apenas uma questão de tempo».

Segundo a Agência Lusa, António Augusto, que foi recebido por Almeida Santos juntamente com uma delegação do Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia, notou que «o próprio ministro da Administração Interna já mostrou que não é contra a existência de um sindicato da polícia», salientando que «tudo faremos para que ele seja criado». Para o dirigente sócio-profissional, a questão do sindicato da polícia «é para ontem», pelo que a luta dos polícias «vai continuar».

António Augusto calculou em «cerca de quatro mil» o número de participantes na manifestação da passada quinta-feira, criticando «o serviço esquisito e especial» atribuído nessa tarde aos polícias de Lisboa e que impediu muitos de seguirem até à AR.

Os agentes da PSP, vindos de vários distritos, concentraram-se no Rossio cerca das 18 horas, contando com a presença

solidária de dirigentes de organizações sindicais de polícias de sete países europeus e do CESP, de agentes da PJ e dirigentes da ASFIC (sindicato que deu a base legal para a realização da manifestação), de uma delegação da CGTP que incluía Carvalho da Silva, e de uma delegação de «familiares e amigos» de guardas da GNR (estes também em luta pelo reconhecimento do seu direito de associação sindical), além das diversas expressões de apoio recebidas ao longo do percurso até São Bento. No Terreiro do Paço, ao aproximarem-se do edifício do Ministério da Administração Interna, os polícias fizeram silêncio e colocaram autocolantes-mordidas, em sinal de protesto. Dos carros de som saíram os acordes da «Grândola Vila Morena».

No largo frente à AR foram lidas várias mensagens de apoio e entrevistaram dirigentes da ASFIC, do CESP e dos sindicatos de polícia da Bélgica, da Grécia e de Espanha, e o presidente da ASPP, José Carreira.

Sargentos

O estatuto de associação sócio-profissional foi reclamado pela Associação Nacional de Sargentos, que promoveu no passado sábado o 3º Encontro Nacional da classe, na Feira Internacional de Lisboa.



O sindicato de polícia e o lugar na História

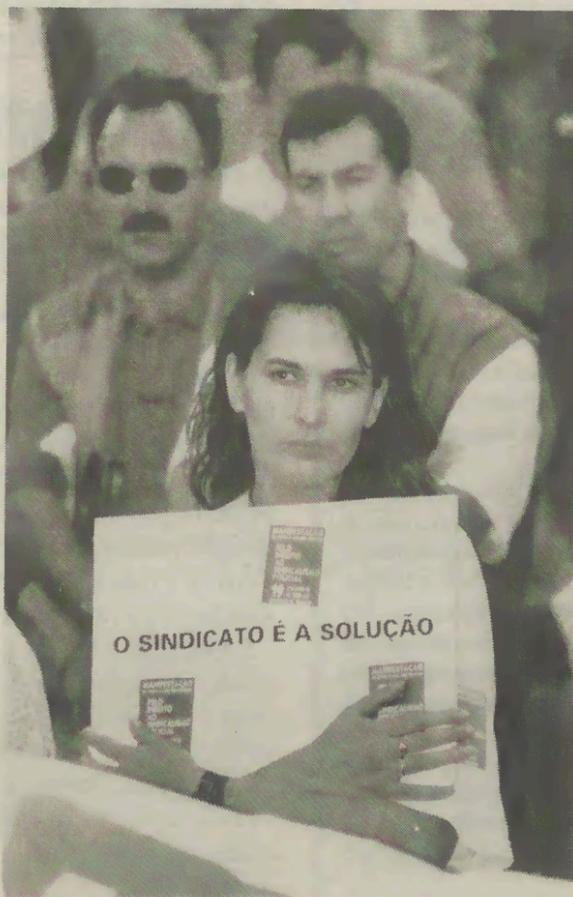
Quem pôde assistir ou presenciar a manifestação dos polícias portugueses, na passada semana, em Lisboa, não deixou de ser marcado por forte impressão - ela constitui, goste-se ou não (e há muitos a quem desagrada) uma notável realização de trabalhadores "fardados" (ainda que "à civil") que fica a marcar a presente conjuntura política.

Pela sua amplitude (nacional e internacional), pelo seu conteúdo e objectivos, pela juventude e determinação dos seus participantes, não será exagero considerar que a manifestação dos polícias constitui, objectiva e subjectivamente, um significativo contributo e uma nova aquisição para a luta pelos direitos e liberdades democráticas em Portugal.

A luta pelo sindicalismo policial no nosso país atingiu um ponto de não retorno, por muito que isso desagrade, quer aos defensores puros e duros da "law and order" autoritária, quer mesmo àqueles que, afirmando-se, em palavras, pelos direitos cívicos, têm uma profunda desconfiança e até desprezo pelo seu livre exercício.

E essa realidade, do sindicato de polícia, acabará por impor-se, mais cedo que tarde, mesmo contra a corrente das orientações e práticas dominantes, no actual Executivo PS como nos anteriores do PSD, no sentido de tentar restringir e cercear o exercício dos direitos democráticos, duramente alcançados e defendidos, como é o caso do vergonhoso projecto da proibição do corte de estradas, da autoria do Ministro da Justiça (ou será do MAI?) do Governo PS.

É preciso não esquecer que a situação de partida, no que



toca aos direitos de representação dos profissionais das Forças de Segurança, é a de quase total ausência, sobretudo na GNR mas, igualmente, em termos práticos, na PSP.

E é a consciência desta precariedade e a necessidade da sua superação que faz mover os agentes da polícia. Mas, esta movimentação reflecte, por outro lado, um mal-estar evidente no interior da PSP, e que não é possível escamotear, cujo origem está no arrastar de velhos problemas, na falta de medidas de fundo no que respeita à estrutura, às carreiras, às condições de trabalho. O poder político, nomeadamente o Ministério da Administração Interna e os seus sucessivos tutelares, não podem eximir-se às responsabilidades que têm por longos anos de políticas inadequadas, de promessas

não cumpridas e de expectativas frustradas.

Não é de agora a posição favorável do PCP à liberdade sindical na Polícia. Já em 1982 o PCP tomou a iniciativa de propor legislação sobre "a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviço nas forças policiais", tendo apresentado em 1989 a única proposta não restritiva de direitos sindicais na PSP.

A defesa do sindicalismo policial pelo PCP funda-se, desde logo, numa questão de princípio - o reconhecimento de um direito que constitucionalmente assiste a todos os cidadãos, que não pode ser-lhes recusado ou proibido pela lei ordinária, mas quando muito restringido quanto ao seu exercício e apenas nos casos e nos termos expressamente previstos na Constituição (artº 18) - visando "...salvaguardar outros

direitos ou interesses constitucionalmente protegidos". Ninguém de boa-fé acredita que o sindicalismo policial ponha em causa valores como a unidade nacional, a dignidade da Instituição, a segurança dos cidadãos e muito menos a autoridade do Estado.

Por outro lado, o sindicalismo policial em forças de segurança que se querem mais modernas e civilistas, é um instrumento indispensável à defesa de direitos e interesses socioprofissionais, que não põe em causa a responsabilidade dos órgãos de comando pelos seus subordinados, a disciplina e a operacionalidade das Forças, nem se restringe aos aspectos reivindicativos imediatos, antes sendo condição de estabilidade e coesão interna, para maior dignificação dos profissionais e da Instituição que servem.

Por fim, mas não menos importante, uma Polícia com direitos está mais próxima dos cidadãos e das suas preocupações, condição indispensável para a defesa dos seus interesses e para a prevenção da criminalidade.

É tempo de Portugal deixar de ser o único Estado da União Europeia a proibir o sindicalismo policial e, em matéria de direitos e liberdades, acompanhar todos os países da UE em que o sindicalismo na Polícia é prática normal e corrente.

O sr. ministro Alberto Costa afirmou há dias a uma revista: "Gostaria de ficar para a História como o ministro que permitiu a criação de um sindicato na PSP." Ou muito nos enganamos ou, se não se apressa, arrisca-se a ficar na História como o ministro que foi obrigado a fazê-lo.

■ José Neto

Aljustrel exigiu em Lisboa reabertura da mina

A exigência de reabertura das Piritas Alentejanas, com laboração suspensa desde Maio de 1993, trouxe sexta-feira a Lisboa uma ampla representação de mineiros, autarcas e jovens de Aljustrel. Junto à residência oficial do primeiro-ministro os manifestantes reclamaram ainda a actualização dos salários dos trabalhadores da mina e a concretização das prometidas soluções alternativas para garantir uma sólida actividade económica no concelho.

Num comunicado que foi distribuído à população e aos jornalistas, critica-se o executivo por manter a mina parada, «quando as cotações já ultrapassaram todos os valores que o Governo apontou para a exploração ser viável». «Como se pode querer para a região um futuro melhor, se o principal motor de desenvolvimento económico e social, a mina, continua parado?» - interroga-se no documento.

No próprio dia da manifestação, a Lusa revelou que foi garantida, por parte do Ministério da Economia, a instalação de uma unidade da Papelaco em Aljustrel, que deverá permitir a criação de 100 postos de trabalho até meados de 1999. O Ministério, refere a Agência, considera que a reabertura da mina passa por um processo de emagrecimento da sua estrutura.

Os mineiros alegam haver condições para a reabertura da mina, considerando o sindicato do sector que a criação de outras actividades complementares não pode ser vista como alternativa à actividade mineira.

TRABALHADORES

Congresso da Função Pública reafirma confiança nos trabalhadores

Decorreu em Oeiras, nos dias 19 e 20, o 6º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, onde foi salientado o importante papel dos funcionários públicos na decisão das grandes questões que se colocam no sector e que se prendem, sobretudo, com a defesa dos serviços públicos e a garantia dos direitos dos trabalhadores.

No congresso foi aprovado o programa de acção para o próximo triénio e foi eleita a direcção da FNSFP/CGTP, com um mandato também de 3 anos. Reafirmando a necessidade de uma forte ligação dos sindicatos aos trabalhadores, o congresso apontou linhas de acção

para o reforço da acção sindical e da federação.

Informando que Carlos Mamede, há 15 anos coordenador da direcção da FNSFP, por motivos pessoais, vai deixar de ter qualquer cargo executivo na direcção da federação, a Lusa adianta as restantes alterações na direcção: Artur Monteiro (do Sindicato da Função Pública do Norte), António Carvalho (do sindicato do Centro) e Artur Sequeira (do sindicato do Sul) substituem Vítor Duarte (Sul), Vieira Mendes (Norte) e Maria José Santos (Centro). A nova direcção da FNSFP deverá reunir-se no início de Julho para escolher a sua comissão executiva.

Regularizar os precários

No último dia do congresso, a FNSFP congratulou-se com a aprovação, na AR, da autorização legislativa que permite ao Governo prosseguir o processo de regularização dos vínculos precários na Administração Pública, considerando que este resultado é «uma vitória da luta desenvolvida pelos sindicatos e pelos trabalhadores».

Na nota da comissão executiva da federação é realçado o facto de ter sido aprovado o alargamento dos trabalhadores abrangidos aos que foram admitidos entre 10 de Janeiro e 26 de Junho de 1996 (proposta dos sindicatos apresentada no parlamento pelo PCP).

Embora lamentando que não tenham sido aceites pelo Governo outras alterações propostas pelos sindicatos (como a contagem, para todos os efeitos legais, do tempo de serviço prestado), a FNSFP sublinha que com a aprovação da autorização legislativa «ficaram finalmente asseguradas todas as condições para que seja concluído com êxito o processo legislativo que visa a regularização dos vínculos precários».

Agora, a federação fica a aguardar que o Governo aprove o diploma autorizado, incluindo nele as alterações aprovadas na AR e garantindo a abertura, até Setembro, dos concursos para integração dos trabalhadores com vínculos precários nos quadros da Função Pública.



Os trabalhadores não se rendem, numa luta que dura desde Dezembro (foto de arquivo)

Forte determinação na marcha pelas 40 horas

Centenas de trabalhadores e membros de estruturas representativas de vários sectores e empresas do Norte participaram no sábado na «marcha pelas 40 horas, pelo emprego e pelos direitos», que ligou a localidade da Nespereira ao Largo do Toural, em Guimarães. Pelo número, pelo entusiasmo e pela vivacidade, destacaram-se as trabalhadoras da indústria têxtil, numa acção que deixou mais uma vez marcada a determinação de continuar a luta pela redução efectiva do horário de trabalho, pelo descanso obrigatório ao sábado e pela semana máxima de 40 horas a partir de Dezembro próximo.

Estes objectivos, como foi recordado por Carvalho da Silva e pelos sindicalistas que

intervieram no final da manifestação, são inteiramente assumidos por dezenas de milhares de trabalhadores que têm mantido, desde há quase 7 meses, greves ao trabalho que ultrapassa a redução imposta pela Lei 21/96.

A União dos Sindicatos de Braga revelou que recebeu saudações de apoio à marcha do passado sábado da parte de algumas figuras públicas, como Pedro Abrunhosa, Rui Reininho, Albertina Machado, Sérgio Godinho, José Saramago, Quinto, Veiga Trigo. No final da marcha interveio também o padre Constantino Alves. Nesta ocasião foi também dada a conhecer, entre outras, uma mensagem de solidariedade enviada por Carlos Carvalhas.

Na marcha participou uma

delegação do PCP, composta pelos dirigentes António Lopes, Henrique Sousa e José Antunes e pelo deputado Rodeia Machado.

As palavras de ordem mais gritadas - «40 horas sim! Vigalice não!» e «Guterres, aldrabão, está feito com o patrão» - reflectem um sentimento que, por iniciativa dos organizadores da marcha, ficou também expresso em dezenas de quadras feitas por trabalhadores e colocadas em cartazes ou arcos dos santos populares. As posições dos trabalhadores iam novamente ser levadas à ministra do Emprego pela Federação dos Sindicatos Têxteis, Vestuário e Calçado, numa reunião agendada para ontem, ao princípio da noite, em Lisboa.

Estão em luta

A federação e os sindicatos da Função Pública promovem amanhã em Lisboa uma manifestação de âmbito nacional em protesto contra o atraso nas negociações das carreiras profissionais do regime geral.

«O Governo não tem alternativa senão reconhecer que nesta área tem desprezado sucessivamente todos os seus compromissos, mentindo aos sindicatos e aos trabalhadores», afirmou, em conferência de imprensa, Miguel Vital, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte.

Segundo o sindicalista, citado segunda-feira pela Lusa, os atrasos e incumprimentos do governo têm a ver com o facto de o Regime Geral de Carreiras exigir uma maior disponibilização de verbas e de o Governo «não querer abrir os cordões à bolsa». «O regime geral é o que tem as carreiras mais degradadas, como o Governo reconheceu em vários documentos, pelo que não podem ser meros critérios orçamentistas a negar uma revisão que já deveria ter sido feita há muitos anos», acrescentou o dirigente sindical.

A União dos Sindicatos de Aveiro realiza hoje, na Escadaria do Turismo, na capital do distrito, uma «tribuna de opinião pública» para denunciar diversos problemas ligados à redução do horário de trabalho, ao emprego, aos salários e às pensões.

Esta iniciativa foi marcada na semana passada, depois de a comissão executiva da USA/CGTP ter analisado a situação social e verificado «a persistência e mesmo o agravamento de factores profundamente lesivos dos interesses e direitos dos trabalhadores».

Para 3 de Julho foi agendado um debate sobre o processo de revisão constitucional - refere ainda uma nota de imprensa da união.

Dirigentes e activistas sindicais concentram-se hoje de manhã junto à sede da Associação dos Hotéis de Portugal, em Lisboa.

Ao anunciar a acção, o sindicato da Hotelaria do Sul recorda que «os trabalhadores dos hotéis têm vindo, desde Maio, todos os dias, a fazer acções de denúncia junto das unidades hoteleiras cujos proprietários pertencem à AHP». As acções têm consistido na distribuição de folhetos em inglês, francês e português, protestando junto dos clientes contra a atitude da associação patronal, que se recusa a fazer actualizações salariais dignas e pretende acabar com o actual contrato colectivo.

Trabalhadores dos estabelecimentos comerciais da zona incendiada do Chiado vão estar hoje à noite em vigília, junto à residência oficial do primeiro-ministro.

De acordo com o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, o Ministério da Segurança Social ainda não prestou qualquer informação sobre a eventual proposta que deveria ser enviada pelo gabinete de António Guterres. «Porque em Agosto de 1997 perfazem 9 anos em que os trabalhadores se encontram num desemprego involuntário, é tempo de dizer basta!», protesta o sindicato, que marcou a vigília para exigir a concretização das promessas feitas pelo chefe do Governo.

Legalidade reposta em Cascais

Retomou na semana passada o trabalho no restaurante do Aeródromo de Tires a dirigente sindical Júlia Santos, despedida em Outubro de 1995 por Jorge Figueiredo e que a Câmara de Cascais, ao readquirir a gestão do estabelecimento, se recusou a reintegrar.

Em tribunal, na acção contestando o despedimento, foi declarado válido para a nova concessionária o contrato de trabalho de Júlia Santos, o que implica o seu reingresso nos quadros do restaurante. A Aerogarex, de Jorge Figueiredo, e a CM de Cascais ficaram obrigadas a pagar os salários e demais prestações devidas à trabalhadora.

«Isto é mesmo de Judas! Mas desta vez o tribunal fez justiça» - disse ao «Avante!» Rodolfo Caseiro, comentando o desfecho deste caso. Para o coordenador do Sindicato da Hotelaria do Sul, o presidente da CM de Cascais «ficou mais uma vez a saber que, ao contrário daquilo que sustenta, os sindicatos não estão em vias de extinção», mas sim «cada vez mais fortes e actantes, e ele próprio o tem verificado».

O dirigente sindical recorda que «foi o sindicato que denunciou e se opôs a que a Câmara de Cascais, juntamente com o conhecido empresário da zona do Estoril, Jorge Figueiredo, despedissem ilegalmente uma dirigente sindical, além de outras tropelias praticadas no restaurante Aerogarex».

Setúbal exige mudança

«A direcção da União dos Sindicatos de Setúbal considera que esta política é causadora de mais desemprego e de mais injustiça social e que se torna urgente mudar de agulha» - afirma-se numa resolução aprovada na semana passada, numa reunião daquela estrutura, em que foi feito o balanço dos problemas sociais e laborais no distrito.

Três meses passados sobre a realização do 5º Congresso da USS/CGTP, os dirigentes sindicais verificam que a situação se mantém «estagnada, agravando-se mesmo nalguns traços negativos» então realçados. São referidos, entre outros, o elevado nível de desemprego, a «aberrante forma de aplicação da diminuição do horário de trabalho», as privatizações.

Na resolução saída da reunião de dia 19 é saudada a luta dos trabalhadores do distrito em defesa dos seus direitos, referindo os sectores dos têxteis, administração local e central, ferroviários, metalúrgicos. A direcção da USS salienta que se torna «necessário e urgente ter em conta as propostas e reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente as contidas na Carta Reivindicativa dos Trabalhadores do Distrito de Setúbal, por forma a melhorar as condições de vida de quem produz riqueza».

Para a estrutura setubalense, é «essencial a continuação da luta de massas como meio para alcançar estes objectivos», pelo que afirma o seu empenho «na mobilização dos trabalhadores para a jornada de luta de 24 de Junho, no Barreiro, e de 26 de Junho, em Lisboa».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Exames do 12º ano As broncas continuam

Nos exames do 12º ano nem todos os alunos tiveram as mesmas condições de igualdade no que se refere aos conteúdos das disciplinas em que tiveram de prestar provas. A denúncia foi feita pela deputada comunista Luísa Mesquita que critica o facto de o Ministério da Educação ter não apenas alterado ao longo do ano por mais que uma vez os conteúdos de várias disciplinas como ainda ter feito chegar às escolas essas directrizes a descompasso.

Chegou mesmo a dar-se o caso de uma escola onde sempre se leccionou o ensino secundário, como relata Luísa Mesquita em requerimento sobre o assunto dirigido ao Governo, em que os professores só tomaram conhecimento dos documentos onde o Ministério definia os

ajustamentos aos conteúdos depois do *terminus* do ano lectivo para os alunos do 12º ano, mais exactamente umas horas antes da realização dos primeiros exames, no passado dia 17.

Entre as vicissitudes por que passaram alunos e professores - num quadro que no entender de

Luísa Mesquita é perfeitamente inadmissível -, conta-se ainda o alargamento aos alunos que este ano frequentaram o 12º ano das orientações gerais dos programas que inicialmente estavam destinadas apenas aos alunos que iniciassem o 10º ano no ano lectivo de 96/97.

Depois dos professores adaptarem o ano lectivo às novidades presentes na nova gestão de programas, esclarece a parlamentar do PCP, os professores viram desaparecer conteúdos que consideravam importantes e aparecer outros que passaram a sê-lo, de forma inesperada, embora fossem conteúdos dos 10º, 11º e 12º anos e o tempo disponível fosse um único ano lectivo para realizar todos os ajustamentos.

As peripécias, porém, não acabam aqui. No 3º período, mais exactamente a partir de Abril de 1997, muitas escolas receberam

um outro documento titulado «Conteúdos Significativos e Provas Modelo» de todas as disciplinas e para todos os cursos do 12º ano, explica Luísa Mesquita.

“Agora os conteúdos eram novamente ajustados, fazendo desaparecer alguns dos anteriormente considerados importantes. Mas tão grave ou mais é o facto deste último documento veicular informações contrárias àquelas que as «Orientações Gerais» haviam transmitido no início do ano lectivo”, sublinha Luísa Mesquita, que interroga o Ministério quanto às medidas compensatórias que este pensa adoptar no “sentido de minimizar as consequências resultantes das desigualdades com que foram tratados os alunos”.

Frustração e engano

Falhas graves houve ainda nas provas de Português B do

12º ano. O alerta partiu igualmente da deputada Luísa Mesquita através de um requerimento onde indaga o Governo sobre as razões que levaram, por um lado, à divulgação de uma prova-modelo cujo conteúdo e estrutura foi diverso do que viria a ser o exame, e, por outro, à elaboração de provas com elevada diferença no grau de dificuldade entre as humanas e as áreas tecnológicas e científicas.

“Foi com dupla frustração e engano que os alunos se aperceberam que os colegas das áreas vocacionadas para as Humanidades tinham tido um teste muito mais acessível do que todos aqueles que constituem o contingente dos alunos vocacionados para as áreas tecnológicas e científicas”, comenta a parlamentar comunista.

Na função pública “Recibos verdes” com os dias contados

A Assembleia da República aprovou na especialidade e em votação final global (com a abstenção do PP e os votos favoráveis de todas as restantes bancadas) a proposta de lei que autoriza o Governo a criar legislação adequada para acabar com os casos de vinculação laboral precária na função pública.

A legislação deverá ser aprovada até 31 de Julho, prazo estabelecido para resolver a situação dos cerca de 30 mil trabalhadores com vínculo precário na administração pública. Estes trabalhadores vão passar a integrar os quadros da administração pública depois de serem sujeitos a concurso.

Nota de realce merece o facto de o Governo ter acolhido uma alteração subscrita pelo Grupo Parlamentar do PCP no sentido de contemplar os trabalhadores com vínculo precário que foram admitidos entre Janeiro e Junho de 1996, os quais não estavam abrangidos no texto inicial do diploma.

Para o ministro-Adjunto, Jorge Coelho, com o fim dos “recibos verdes” na Administração Pública abre-se “um ciclo novo” que põe termo, disse, a “um período nefasto onde pontuava uma confrangedora ausência de gestão dos recursos”.

Defendendo a necessidade da criação de um normativo legal para a integração dos trabalhadores a “recibo verde”, Rodeia Machado, em nome da bancada do PCP, considerou a proposta do Governo insuficiente. Trata-se, aliás, na perspectiva do deputado comunista, de um processo legislativo que não chegou ao seu *terminus*, porquanto, observou, o emprego público em Portugal e as causas da sua precarização constituem uma matéria que carece de mais aprofundada reflexão, designadamente por parte do Governo, com envolvimento das estruturas representativas dos trabalhadores e da Assembleia da República.

Degradação da situação social e política

Urge uma mudança de rumo

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de não ter corrigido as orientações do seu antecessor que conduziram ao actual agravamento da situação social e política. Entendendo que há neste domínio uma clara linha de continuidade, Luís Sá co-responsabilizou o PSD e o PS pelo acentuar da injustiça e da desigualdade, pelo aumento do desemprego e pelo alastrar da pobreza e da exclusão. A questão foi colocada na interpelação ao Governo que sobre o tema, por iniciativa da bancada laranja, ocupou uma das sessões plenárias da semana transacta. Para o Grupo comunista, porém, os objectivos visados pelo PSD não foram a adopção de uma nova

política ou qualquer proposta tendente a encontrar uma verdadeira alternativa. Tratava-se, tão-só, de invocar os maus resultados da política actual. Como se estivessem isentos de responsabilidades. Coube por isso aos deputados do PCP recentrar a interpelação; pondo o enfoque, simultaneamente, na política anterior a Outubro de 1995 e na sua continuidade ulterior. É que, foi lembrado, o PSD “esteve e está no centro das iniciativas e das políticas que conduzem à degradação da situação social e política”.

E não são apenas fenómenos como o aumento do desemprego de longa duração (passou de 48,5 por cento em Dezembro de

1995 para 50,6 por cento em Abril de 1997), a diminuição da participação do trabalho no rendimento nacional, ou o facto de uma família em cada três ser atingida pela pobreza que testemunham aquela realidade.

Concorrem igualmente para a degradação em curso, como fez notar Luís Sá, a circunstância de o PS e o PSD “remeterem para a lei ordinária aspectos fundamentais da Constituição, limitarem a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, delapidarem o sector público da economia e os serviços públicos”.

Igual quota de responsabilidade para este estado de coisas, na perspectiva do parlamentar do comunista, tem ainda o não cumprimento pelo PS das suas promessas eleitorais, lembrando a este respeito, por exemplo, o que se passa em termos de direitos dos trabalhadores, da regionalização, ou da garantia dos direitos dos polícias.

Assinalado por Luís Sá foi também o facto de existir uma “subalternização da política social em toda a política comunitária”, orientação esta que não foi invertida na recente cimeira de Amesterdão. Crítico, lembrou que “palavras não dão empregos”, lamentando simultaneamente que os objectivos traçados na construção europeia continuem a ser o mercado único ou a moeda única em vez da coesão económica e social.

Portagens no Tejo PS esquece promessas

A política de portagens para a travessia do Tejo foi o tema de uma pergunta formulada pelo deputado comunista António Filipe na sessão de perguntas da passada sexta-feira, que obteve do Governo a resposta vaga e evasiva de que os futuros aumentos de portagens na Ponte 25 de Abril e as futuras portagens na nova ponte ficarão dependentes do «mérito» de cada uma das travessias e das condições de atravessamento e descongestionamento, “no respeito pelos compromissos assumidos pelo Estado no contrato de concessão”.

António Filipe, perante esta resposta, confrontou o secretário de Estado das Obras Públicas com as posições que o PS assumiu, enquanto partido da oposição, a propósito das por-

tagens na Ponte 25 de Abril e citou inclusivamente um projecto de lei do PS entregue na AR em Junho de 1994 que dispunha que “o regime de portagem na Ponte 25 de Abril visará exclusivamente objectivos de manutenção e regulação da procura local, devendo as suas actualizações e alterações seguir cursos não superiores aos da inflação”, e ainda que “na Ponte 25 de Abril não serão autorizadas quaisquer cobranças para além das referidas no número anterior, nomeadamente as que possam contribuir, a qualquer título, para a viabilização de outros projectos de atravessamento do Tejo”.

Propostas que, segundo António Filipe, o PS parece ter esquecido.

Governo em falta em matéria de ambiente



O Partido Ecologista “Os Verdes” acusou o Governo actual, do PS, e o anterior, do PSD, de não cumprirem a lei de bases do ambiente, em vigor há dez anos. Foi na semana transacta no decorrer de um debate em plenário agendado pelo Partido “Os Verdes”, que recorreram ao seu direito de agendamento potestativo. Pela voz de Isabel Castro, foi criticada a falta de cumprimento da lei de bases pelos últimos governos e lembrado que “uma lei não cumprida é um pedaço de papel”. Apesar dos argumentos aduzidos, o projecto de resolução subscrito pelos “Verdes” foi rejeitado, apenas contando com os votos favoráveis do PCP, além dos das duas deputadas ecologistas. PP e PSD abstiveram-se enquanto o PS votou contra, inviabilizando o projecto, que obrigava, entre outros aspectos, ao cumprimento da legislação em vigor. Durante o debate, a deputada Isabel Castro criticou igualmente o facto de nos últimos dez anos apenas ter sido apresentado um livro branco sobre a situação ambiental em Portugal, em 1991, e lembrou que a legislação em vigor obriga a que todos os três anos seja publicado um.

O deputado comunista José Calçada, por sua vez, acusou o Governo de estar “absolutamente em falta” nesta matéria e de optar por operações de marketing com cobertura televisiva em vez de discutir os problemas no Parlamento. “Onde está o Livro Branco que faça o diagnóstico do estado do ambiente e do ordenamento do território em Portugal? Onde está definida e formalizada uma estratégia nacional de conservação da natureza apresentada, discutida e aprovada nesta Casa? E um plano nacional?”, inquiriu José Calçada.

Novas freguesias, vilas e cidades



A Assembleia da República aprovou por unanimidade a criação de cinco novas freguesias no concelho de Évora. Esta reorganização administrativa, materializada em projecto de lei do PCP, vem responder não apenas ao crescimento e expansão da cidade de Évora para fora das suas muralhas, como a uma exigência da população e dos órgãos autárquicos. As novas freguesias são: Malagueira, Horta das Figueiras, Senhora da Saúde, Bacelo, Sé e S. Pedro (esta última correspondente à actual freguesia de S. Pedro bem como da área sobranceira da Sé na parte intramuros). Aprovados pelos deputados foram ainda os projectos de lei (PCP e PS) que criam a freguesia de Casal de Cambra e procedem à reorganização administrativa de Queluz com criação das freguesias de Massamá e Monte Abraão. Para o concelho da Amadora, também por iniciativa de comunistas e socialistas, foi igualmente aprovada uma reorganização administrativa com a criação das freguesias de S. Brás, Alforneiros e Venda Nova. Elevadas à categoria de vila foram ainda Silgueiros (em projectos do PCP, PS e PSD) e Abraveses (projectos do PCP, PS e PP). Queluz, por seu turno, passou a cidade por proposta do Grupo Parlamentar do PCP.

INTERNACIONAL

Cuba e Coreia do Norte apelam à solidariedade internacional

O Comité Central do Partido Comunista de Cuba (PCC) enviou recentemente uma mensagem em que pede a solidariedade de todas as nações, as suas forças políticas e os seus povos para fazer frente às crescentes medidas norte-americanas contra Cuba.

No mês passado, o Comité de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos EUA aprovou dez emendas à Lei sobre a Reforma da Política Externa que vêm endurecer o bloqueio a Cuba. Todo o processo de aprovação foi feito na mais absoluta reserva e sem qualquer conhecimento por parte do público.

A legislação agora aprovada contém medidas de represálias aos países que mantenham relações comerciais com Cuba, aprovam e regulam fundos para grupos contra-revolucionários internos e introduzem modificações nas transmissões radiofónicas e televisivas dirigidas ilegalmente para Cuba.

Para o PCC, esta é a expressão mais clara de «uma política mundial destinada a afirmar o "direito supremo" que os Estados Unidos se atribuiu de tutelar as relações internacionais e intervir nos assuntos internos dos outros países. Este processo compreende a afirmação da capacidade de decidir quais devem ser os padrões de conduta das outras nações, as características dos seus sistemas políticos, a composição "adequada" dos seus governos e legislaturas, assim como o estabelecimento das condições em que podem aceder ou não ao mercado mundial».

Os comunistas cubanos, sofrendo na pele as consequências do bloqueio norte-americano ao seu país, repudiam a lei Helms-Burton e sublinham que as novas medidas prosseguem a violação da soberania do seu país e do direito dos outros países ao livre comércio. Além disso, constituem a afirmação dos métodos do Governo e do Congres-



Depois de sofrerem inundações dois anos consecutivos, os norte-coreanos sofrem agora carências alimentares muito graves

so dos Estados Unidos que poderão «ser utilizados contra outras nações, com o objectivo de fazer prevalecer os seus interesses no actual processo mundial de redefinição das relações económicas, políticas e militares».

Coreia do Norte

Face às crescentes dificuldades com que o povo norte-coreano se debate desde as primeiras inundações

ocorridas há mais de dois anos, o Comité de Amizade Internacional para a Reunificação e a Paz na Coreia apelou à solidariedade de todos os países no combate à falta de alimentos que se regista naquele país.

A República Popular Democrática da Coreia sofreu durante dois anos consecutivos enormes inundações que atingiram particularmente as zonas de culturas (85 por cento do território norte-coreano é montanhoso). Apesar das medidas imediatamente levadas a cabo pelas autoridades e de um vasto elo de solidariedade nacional, as consequências ainda hoje se fazem sentir.

Para além da grande escassez alimentar, os maiores problemas prendem-se com a grave deterioração dos solos (em certa regiões a erosão das terras atingiu um metro de profundidade), a destruição dos sistemas de irrigação e a danificação em muitas infra-estruturas e construções como estradas, pontes, vias férreas, barragens, cabos de alta tensão, habitações, fábricas e instituições públicas.

O Plano Alimentar Mundial da ONU (que apelou ao envio de 126 milhões de dólares) lançou recentemente um novo plano de urgência em diversos países e exortou ao levantamento das sanções económicas à Coreia do Norte impostas sob pressão dos EUA.

Por seu lado, o governo de Seul declarou «ilegais» toda a ajuda das ONGs e organizações religiosas da Coreia do Sul que não tenham o seu acordo, condicionando todo o auxílio humanitário a cedências de ordem política.

Comentando esta decisão, o Comité de Amizade diz que «face a um drama humano a solidariedade é um dever que não se pode negociar» e lembra que em 1984, depois do tufão que assolou a nação sul-coreana, a Coreia do Norte enviou uma importante ajuda composta por cereais, medicamentos e cimento sem qualquer pré-condição.

Eleições na Albânia

Os principais partidos albaneses assinaram na segunda-feira um «pacto para o futuro» do país, em que se comprometem a garantir a governabilidade e reconhecem a prioridade de formar um executivo de «coligação real» composta por todas as forças. As eleições gerais, que se realizam no domingo, vão ser observadas por 250 membros do parlamento Europeu, OSCE e Nato. Leni Fisher, presidente da assembleia parlamentar do Conselho da Europa, afirmou que, apesar das exigências mínimas não estarem a ser cumpridas, «se as eleições forem anuladas hoje, haverá uma guerra amanhã».

Resultados eleitorais na Indonésia

O Golkar, o partido do presidente Elias Suharto, venceu as eleições gerais indonésias com maioria absoluta, informaram as autoridades na segunda-feira. Segundo os resultados oficiais difundidos, o Golkar conseguiu 76,4 por cento dos votos e 325 lugares dos 425 do parlamento. O Comité Independente Para a Observação de Eleições denunciou a ocorrência de numerosas irregularidades durante o escrutínio de 29 de Maio.

Fim do cessar-fogo em Bangui

O cessar-fogo acordado na tarde de sábado entre as partes em confronto em Bangui, na República Centro-Africana, foi violado no dia seguinte quando os soldados amotinados do exército nacional recomeçaram os combates contra os militares chadianos da força interafricana. Os revoltados procuravam recuperar posições nos limites de dois bairros da capital.

Acordo entre Índia e Paquistão

Reunidos para promover relações amistosas e harmoniosas, a Índia e o Paquistão chegaram na segunda-feira a um acordo que cria um mecanismo que evitará as possibilidades de conflito, as provocações e a propagação hostil entre os dois países. Caxemira, que motivou três guerras desde 1947, será o tema das próximas negociações.

Canadá critica EUA

O Primeiro-Ministro canadiano, Jean Chretien, acusou os Estados Unidos de beneficiarem financeiramente pelo facto da sede das Nações Unidas ser em Nova Iorque, apesar de serem os principais devedores da ONU. Os Estados Unidos, recordou, devem cerca de mil milhões de dólares à ONU. «Os que pagam as contribuições todos os meses» não podem aceitar que «um ou dois países ditem a política desta instância internacional», declarou Chretien, no final da cimeira de Denver (Colorado), sublinhando que as contribuições norte-americanas à ONU «representam menos do que os ganhos financeiros que obtém com a sede das Nações Unidas em Nova Iorque» ou com a «estada de diplomatas e jornalistas de todo o mundo».

Negociações para Chipre

O emissário norte-americano para o problema de Chipre, Richard Holbrooke, admite que a solução para a ilha, actualmente dividida devido à ocupação turca, passe pela criação de «uma federação bizonal e bicomunitária, onde a livre circulação será permitida». Chipre encontra-se dividida em dois sectores, turco a norte e grego a sul, desde a invasão turca em 1974. O presidente cipriota (grego) Glafos Clerides e o chefe da comunidade turca de Chipre, Denktash, que não têm qualquer contacto directo desde Outubro de 1994, deverão reunir-se a 9 de Julho na sede da ONU em Nova Iorque, para negociações sobre a solução do problema de Chipre.



Homenagem aos veteranos internacionalistas que lutaram em Espanha contra o fascismo

Esquerda Unitária Europeia reuniu em Estocolmo

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), do qual fazem parte os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, realizou recentemente as suas jornadas de estudo em Estocolmo, na Suécia.

Durante dois dias, os 33 deputados do Grupo estiveram reunidos no parlamento sueco, o Riksdagen, cumprindo um programa preparado pelos anfitriões, o Partido de Esquerda da Suécia. Aí debateram dois temas principais: «A União Europeia e o Terceiro Mundo» e «A União Europeia e as Mulheres», com a participação de especialistas convidados, nomeadamente os economistas Stefan de Vylder e Agnet Stark, com um vasto trabalho em cada uma das áreas.

Outro tema abordado com particular entusiasmo, por força das circunstâncias,

foi o desenlace das eleições francesas e a participação de ministros comunistas no governo, com os deputados do PCF a serem literalmente «assediados» pelos demais membros do Grupo.

A deslocação à Suécia foi complementada pela realização de algumas iniciativas paralelas aos debates. Num dos dias realizou-se uma visita ao bairro de Rinkeby, um subúrbio da capital sueca, no qual 70% dos habitantes são de origem estrangeira. País de acolhimento no pós-guerra, a Suécia recebeu uma vaga de imigrantes, muitos dos quais exilados políticos e refugiados, alguns dos quais portugueses. Um dos problemas que agora se sente é precisamente o levantar de obstáculos a qualquer tipo de imigração, particularmente decorrente da adesão do país à União Europeia. Apesar

disso, o Estado de bem-estar sueco enquanto funcionou, funcionou para todos. Inclusive para os imigrantes e refugiados, o que é bem visível em Rinkeby, onde as infra-estruturas sociais, nomeadamente o Centro de Idosos, têm condições que, para os padrões portugueses, se podem classificar como surrealistas» ou, mais correctamente, o resultado de «um enorme investimento privado destinado a pessoas de rendimentos elevadíssimos». A verdade é que na Suécia este é um equipamento público ao qual todo o cidadão pode ter acesso, independentemente do seu rendimento! Infelizmente os maus exemplos por vezes prevalecem e a população sueca sofre agora o dismantlar de toda a estrutura de apoio social devido às políticas de austeridade impostas pelo governo, à semelhança dos demais países

comunitários, com o objectivo de cumprir os ditames da União Económica e Monetária.

Um dos pontos mais emocionantes do programa foi a homenagem aos voluntários suecos que, nos anos 30, integraram as brigadas internacionais em Espanha para combater a ascensão do fascismo. Junto ao monumento «La Mano», e com a presença de três veteranos internacionalistas, evocou-se a coragem e o despojo daqueles que atravessaram um continente para, numa terra que não era a sua, combater e morrer por uma causa. A provar que não foram esquecidos, a comoção e o reconhecimento de todos os presentes. Quase 60 anos depois, uma possante mão de granito vermelho ergue-se numa das colinas de Estocolmo para não deixar que nada nem ninguém seja esquecido.

O «regresso» de Pol Pot

Pol Pot, o líder sanguinário dos «kmer vermelhos» que transformou o Camboja, entre 1975 e 1979, numa imensa valem comum, está desde a semana passada no centro de uma série de notícias contraditórias. Dado inicialmente como morto após ter sido capturado por antigos correligionários, Pol Pot estará afinal preso e «muito doente». Passados 17 anos sobre o derrube do regime dos «kmer vermelhos», que deixou atrás de si mais de dois milhões de mortos, o genocídio do povo cambojano volta a encontrar eco na imprensa internacional.

Em 17 de Abril de 1975, o movimento de Pol Pot, então designado «Exército Nacional do Kampuchea Democrático», entrava em Phnom Penh, após a queda do regime pró-americano de Lon Nol. Durante três anos, oito meses e vinte dias reinou o terror no país: um em cada cinco cambojanos morreram devido à brutal repressão política, à fome, ao esgotamento provocado pelos trabalhos forçados e às doenças.

O pesadelo terminou em Janeiro de 1979, quando as forças democráticas, apoiadas pelo Vietname, tomaram o poder. Mas os «kmer vermelhos» não desapareceram, antes procuraram refúgio nas selvas confinantes com a fronteira da Tailândia, prosseguindo os ataques contra o novo Governo do país.

A alegada prisão e execução de Pol Pot é anunciada em meados do mês pela rádio «kmer vermelha», que o acusa de «traição» ao movimento. De então para cá, as notícias contraditórias sucederam-se, sendo ainda incerta qual a verdadeira situação do ditador, hoje com 69 anos. As reacções, no entanto, não se fizeram esperar. O senador norte-americano Robert Torricelli, membro da Comissão judicial do Senado, defende a ideia de que os Estados Unidos deveriam colocar Pol Pot sob custódia para impedir que fuja ou seja morto. Washington arroga-se o direito de actuar contra Pol Pot porque dois norte-americanos foram executados durante o regime dos «kmer vermelhos».

Cimeira da Terra Nem as boas intenções se salvam

Com a participação de 60 dirigentes de 185 Estados, está a decorrer em Nova Iorque, desde segunda-feira, a «Cimeira da Terra II». Os trabalhos, que terminam amanhã, saldaram-se desde já pelo reconhecimento generalizado do fracasso das resoluções adoptadas no último quinquénio em matéria de meio ambiente à escala mundial.

A escassez de água potável aumenta, o solo agrícola continua a perder-se, o fosso entre ricos e pobres não pára de aumentar. 20 por cento da população mundial continua a consumir 80 por cento dos recursos do planeta, enquanto 1.100 milhões de pessoas em todo o mundo (20 por cento) vivem na mais absoluta pobreza.

A principal quota de responsabilidade por esta situação cabe aos países ricos, com particular destaque para os Estados Unidos, no centro de todas as críticas.

A segunda «Cimeira da Terra» ficou comprometida desde o início pela manifesta falta de vontade política dos países ditos desenvolvidos em prevenir o desastre ecológico já anunciado há cinco anos na Cimeira do Rio, no Brasil, bem como em contribuir para um desenvolvimento equilibrado dos países mais pobres, em particular através da transferência de tecnologia. Não só as medidas então preconizadas como fundamentais para evitar o avanço da catástrofe não foram implementadas, como se verifica a recusa categórica dos EUA - o principal poluidor e consumidor das riquezas do planeta - em pôr em prática soluções tendentes a combater e contrariar os perigos crescentes das agressões ao meio ambiente.

Na recente cimeira de Denver, Colorado, os chefes de Estado e de Governo dos principais países industrializados fracassaram por completo nas suas tímidas tentativas para um compromisso em defesa do ambiente, o que contribuiu para o ambiente de pessimismo reinante nas Nações Unidas, com os especialistas a sustentarem que as decisões tomadas na primeira Cimeira da Terra, em 1992, não passaram do papel.

Segundo informações da Lusa, as negociações para a redacção dos documentos finais estão num impasse e as relações Norte-Sul passam por momentos difíceis, nomeadamente no que se refere aos dois «dossiers» principais: a restrição das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa e a protecções das zonas florestais.

O apelo do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para que os Chefes de Estado e de Governo que participam na Cimeira «intervenham agora» a fim de salvar o planeta de uma catástrofe ecológica, arrisca-se a não encontrar sequer eco nas tradicionais declarações de boas intenções. A não ser que o Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, que prometeu que a Grã-Bretanha tomará a dianteira, na Europa, dando o exemplo ao mundo nos esforços para reduzir o aquecimento global, consiga arrastar mais alguns dirigentes noutros tantos discursos piedosos. Segundo Blair, a Grã-Bretanha estará disposta a reduzir as suas emissões de dióxido de carbono em 20 por cento por volta do ano 2010.

Hong Kong regressa à China

A partir da próxima terça-feira, a ilha de Hong Kong volta a fazer parte da China, agora como região administrativa especial. Um acontecimento histórico que culmina um processo iniciado em Dezembro de 1984, quando Londres e Pequim acordaram a reintegração do território na China, assinando a Declaração Conjunta Sino-Britânica que se conclui no dia 1 de Julho.

Hong Kong fora cedida «perpetuamente» à Grã-Bretanha após a Guerra do Ópio (1840-42) e os chamados «Novos Territórios», na parte

continental, «arrendados» por um período de 99 anos, a partir de 1 de Julho de 1898.

Segundo os acordos sino-britânicos, durante os próximos 50 anos a China compromete-se a não interferir directamente nos assuntos internos de Hong Kong (exceptuando nos assuntos de defesa e diplomacia), a manter os sistemas legal e legislativo em vigor, a economia capitalista e o porto franco.

O actual Conselho Legislativo será substituído por uma Legislatura Provisória, constituída por membros designados

pela China. Todos os cargos estão ocupados ou nomeados.

Tung Chee Hwa, o futuro chefe do governo de Hong Kong, apelou recentemente à unidade, argumentando que «neste momento histórico não devemos estar divididos». Para Hwa, «o império da lei, um funcionalismo público limpo e eficaz, um ambiente económico livre e competitivo, uma política fiscal prudente e o princípio da igualdade de oportunidade para todos» são os principais fundamentos para o prosseguimento do êxito económico da ainda colónia britânica.

Futuro do Sahara Ocidental discutido em Lisboa

Uma delegação da Frente Polisário encontrou-se com representantes do Governo marroquino no início desta semana, no Forte de S. Julião da Barra, perto de Lisboa, numa iniciativa promovida pelas Nações Unidas com vista à resolução da questão do Sahara Ocidental. Até ao fecho da nossa edição, ainda não tinha sido divulgada qualquer conclusão dos contactos considerados «directos e secretos».

Presente nas conversações esteve o primeiro-ministro da República Árabe Saharaui Democrática, Mahafoud Ali Beiba, acompanhado pelo ministro da Defesa, Brahim Ghali, o coordenador da Minurso, Mohamed Haddad, e os representantes da Polisário na ONU e na Alemanha.

Por parte de Marrocos, deslocaram-se a Lisboa o primeiro-ministro Abdelatif Filadi, o embaixador nas Nações Unidas, o conselheiro do ministro do Interior e a presidente do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros.

O encontro foi mediado por James Baker, representante pessoal do secretário-geral da ONU, e contou com a participação de representantes da Argélia e da Mauritânia, países observadores.

James Baker visitou o território saharauí no final de Abril. Na ocasião, afirmou que havia «esperança» num final próximo do processo.

O conflito entre as duas partes dura há 22 anos, desde que a Espanha abandonou a região. Nessa altura, a maioria da população civil fugiu das invasões marroquina e mauritana, instalando os seus campos de refugiados no extremo sueste da Argélia. Em Fevereiro de 1976, a frente Polisário proclamou a República Árabe Saharaui Democrática que depressa recebe o reconhecimento por parte de muitos Estados do mundo.

Depois de 18 anos de guerra, o Conselho de Segurança da ONU adopta um plano de paz para o Sahara Ocidental. Desde então os seus funcioná-

rios controlam o cessar-fogo decretado em Setembro de 1991 e preparam o referendo

sobre a autodeterminação do território que deverá ser decidido apenas pelos saharauíes. No entanto, Marrocos tem vindo a procurar inscrever os seus cidadãos como se fossem saharauíes para influenciar o resultado da consulta.

Em 1991, as Nações Unidas calcularam a população dos acampamentos em 173 mil pessoas, sendo constituída essencialmente por mulheres e

crianças. A maioria dos homens está mobilizado nas zonas libertadas.

As mulheres tomam a seu cargo praticamente a vida social e económica dos acampamentos, recuperando o papel preponderante que desempenhavam na sociedade nómada. A emancipação da mulher saharauí contrasta com a situação do sector feminino nas outras nações muçulmanas.



Dezenas de pessoas manifestam-se pela realização do referendo sobre a autodeterminação saharauí, no centro de Lisboa

«Sovietskaia Rossia» revela plano secreto para dissolver a Duma

Foram tornados públicos excertos de um documento onde se apontam as acções necessárias para desacreditar a Câmara Baixa do parlamento russo, dissolvê-la e garantir em futuras eleições um resultado mais favorável a Ieltsin do que o obtido nas últimas eleições legislativas. Os autores afirmam que pretendem «fechar a Duma à chave, literalmente», expressão com que o jornal «Sovietskaia Rossia» tituló a peça publicada na edição de 7 de Junho.

Numa primeira parte, o plano revelado pela «Sovietskaia Rossia» (e que o jornal denomina como «programa da ditadura dos novos reformadores») aponta algumas condições que deverão garantir espaço de manobra às forças reformadoras e impedir a oposição de reforçar as suas posições. Para tal, refere o documento, há que criar na sociedade, a curto prazo, uma atmosfera de grande desconfiança relativamente à actividade da Duma e, sobretudo, dos comunistas.

Deverão ser limitadas as possibilidades de Tchernomyrdin influenciar a situação e chegar a acordo com os comunistas. A lei eleitoral deverá sofrer alterações favorecendo a eleição por sistema maioritário.

O Ocidente deverá estar disposto a aceitar medidas decisivas do Presidente ou, pelo menos, seria necessária uma aprovação moral durante a cimeira de Denver.

Segundo a «Sovietskaia Rossia», os autores do documento têm a noção de que as suas medidas imediatas são inconstitucionais e podem provocar uma explosão social e uma crise política no país. Preveem, por isso, colocar a Duma num beco sem saída.

O prolongamento da sessão legislativa até ao final de Julho é uma proposta do partido «A Nossa Casa é a Rússia» que deveria dar entrada

até ao passado dia 12; se fosse recusada, os autores do plano responderiam com uma campanha na comunicação social, acusando a Duma de sabotagem, e encaravam mesmo a hipótese de cessar os pagamentos aos deputados.

É admitida a possibilidade de obrigar Tchernomyrdin a apresentar uma moção de confiança no Governo, contando com a sua provável aprovação, o que iria desacreditar por completo os deputados.

Por fim, o jornal russo revela instruções para o Presidente, relativas ao conteúdo do eventual decreto sobre a dissolução da Duma. Os autores do plano defendem que os poderes dos deputados cessam de imediato, o que permite fechar a Duma literalmente à chave. O decreto de Ieltsin deverá ainda determinar que os deputados deixam de ter direito a deslocar-se gratuitamente pelo país, além de perderem outras regalias, logo após a dissolução.

O decreto afirmará que as eleições vão decorrer dentro dos prazos previstos na Constituição se houver base financeira para a sua realização. Os autores do plano revelado pela «Sovietskaia Rossia» deixam claro que tal ponto pode servir de base para adiar as eleições ou obrigar os comunistas, por causa deste ponto, a recorrerem ao Tribunal Constitucional, o que também levará ao adiamento das eleições por alguns meses, no mínimo, indo ao encontro dos interesses do Presidente e do governo.

Ao explicar aos leitores por que decidiu publicar extractos de um documento de autores não identificados, o «Sovietskaia Rossia» afirma que «esta não é, de longe, a primeira elaboração teórica de um qualquer cérebro secreto que nos chega às mãos e que, infelizmente, é confirmada pela vida» e que este plano «já começou a ser posto em prática».

SOCIAL

A PALAVRA OU O DIREITO DE NÃO SER EX

Social - é a palavra mágica. Uma afirmação que surgiu ao longo dos debates, no Encontro Nacional do PCP sobre Exclusão Social, Pobreza e Rendimento Mínimo, realizado sábado passado no Hotel Roma em Lisboa, e que de alguma forma sintetiza as questões em debate, ou o esboço de respostas possíveis para um dos problemas mais complexos e intrincados com que o País está confrontado, como é definido na própria apresentação do Encontro.

Esta iniciativa do PCP surge num momento particularmente oportuno, em véspera da entrada, no próximo dia 1 de Julho, da fase de aplicação generalizada da Lei nº 19-A/96 de 29 de Junho que, com o voto favorável do PCP, criou o rendimento mínimo garantido.

As intervenções e debates, desenvolveram-se em dois painéis - **Exclusão Social, Pobreza e Rendimento Mínimo Garantido** - e abarcaram situações, problemas e realidades diversas. Com um forte denominador comum - o problema da rejeição, pela sociedade, de pessoas que, entretanto, pelo simples facto de existirem, se tornam *titulares de direitos que devem ser garantidos*.

Imagens individualizadas da pobreza foram invocadas por Rosa Xisto. Exemplos vários. As mais imediatas, as dos sem-abrigo - a dormir em caixas de cartão ou sobre os respiradores do Metro. Ou a da idosa - decentemente vestida - que ao nosso lado, na pastelaria snack, enquanto nós almoçamos come pão com manteiga e um "galão".

Imagens que traduzem realidades concretas do fenómeno complexo que é a pobreza, que não se circunscreve aos aspectos estritamente económicos. *Pobreza é não ser*

auto-suficiente. É não ter capacidade de decisão ou de escolha sobre a sua vida.

As situações de carência formam *teias de problemas* múltiplas, como - o baixo nível de rendimentos, o reduzido nível de formação de base, desemprego, precariedade de trabalho, dependência de baixos subsídios da Segurança Social (considerados mesmo como principal factor de empobrecimento), precariedade de habitação, idade, problemas de saúde. O clássico *ciclo vicioso* da insuficiência repetida de rendimentos, desemprego, precariedade, como foi salientado por Maria do Carmo Tavares.

Uma realidade que atinge particularmente idosos, desempregados, imigrantes, famílias alargadas e mulheres. Mas não só. Contrariamente à ideia de que é nos extremos que a pobreza se instala - a população entretanto coberta pelo Rendimento Mínimo Garantido oscila entre os 24 e os 64 anos, e mesmo, mais especificamente, entre os 18 e os 45 anos - em plena idade activa.

O que diz muito das raízes de um problema que se agrava, enquanto indicadores económicos referentes à média de rendimento *per capita* e à capacidade produ-

tiva, não estão a baixar, pelo contrário.

Um quadro em que o problema da *toxicodependência* surge como um caso particular e um grave factor de exclusão social. Um fenómeno mal estudado na sua dimensão, como frisou António Filipe, mas que abrange já cerca de 1% da população da área metropolitana de Lisboa - ou seja, só nesta zona, 15 mil pessoas, assumindo, nas prisões, uma expressão gravíssima - 60% da população prisional tem alguma ligação com a droga.

Toxicodependentes que, além do mais, são presa de um *mercado sórdido* de tratamento, que em múltiplos casos oscila entre a charlatanice e a expoliação.

A pobreza no feminino, a situação dos imigrantes, a necessária ligação entre situação social e democracia, a manipulação do consumidor, a pressão consumista, como factor de precarização através do consumo endividado - foram outras das múltiplas questões levantadas.

Como realidade de fundo - o problema do emprego. Abordado também como uma questão não linear, nesta

nossa sociedade em transformação.

O Rendimento Mínimo como um direito

O balanço crítico dos projectos-piloto experimentais da Lei sobre o rendimento mínimo garantido, coube a Fernando Marques, que a destacou como medida social de grande impacto e como um direito - e não uma medida de assistência social.

Uma medida que *tem vocação para embrião de uma política de combate à pobreza nos diversos domínios* e que se caracteriza por aspectos como - os objectivos de *integração* (em articulação com o direito ao trabalho) e a sua aplicação em *parceria* (não envolvendo apenas estru-

ras do poder central). Outro aspecto inovador é a criação das Comissões Locais de Acompanhamento - nova forma de participação das populações, que simultaneamente implica grande capacidade negociadora.

A própria filosofia do rendimento mínimo envolve, entretanto, um sem-número de problemas. Porque medida selectiva (e ténue é a fronteira entre quem lhe tem ou não acesso), poderá abrir contradições. O risco existe - é a tese defendida pelos neoliberais - de poder vir a ser apresentada como *substituto* da Segurança Social. Os programas de inserção são muito escassos - e poderá ser discutível a inserção por via do trabalho - até á data, a colocação no mercado do trabalho limita-se a uns escassos 5% de casos. O risco da manutenção de *concepções assistencialistas* é muito

real. A clivagem entre *inseríveis e não inseríveis* (grupos mais vulneráveis, como é nomeadamente o caso dos toxicodependentes) pode vir a colocar-se, e há teses no sentido de fazer um corte que levaria a situações de ainda maior exclusão.

Por último - ou antes, como a questão de fundo - *como garantir empregos para esta família, se não há emprego para todos?* Estará





a festa!

AMORA-SEIXAL

5, 6 e 7 SETEMBRO



Espaço de intervenção e liberdade

Em Setembro, nos dias 5, 6 e 7, a 21ª edição da Festa do «Avante!» abrirá as suas portas a milhares de visitantes. No seu programa político, irão destacar-se os grandes temas nacionais, as propostas e projecto do PCP, a denúncia da política do Governo e a batalha das eleições autárquicas.

Grande eventos, como os 80 anos da Revolução Russa de 1917 ou o Ano Europeu contra o racismo, serão evocados através de debates e exposições.

O programa cultural continuará a pautar-se pela qualidade, diversidade e inovação. Para além dos espectáculos do Palco 25 de Abril, do Auditório 1º de Maio (que este ano será des-

locado para a zona do Lago), dos palcos Arraial e Liberdade, do Café Concerto, muitas outras importantes realizações e componentes tradicionais da Festa voltarão a ser grande motivos de atracção dos visitantes.

Falamos designadamente da 10ª Bienal de Artes Plásticas, do teatro, das modalidades desportivas, da Feira do Livro e do Disco, do Espaço Internacional, dos pavilhões da Juventude e das organizações regionais do PCP, da animação de rua, da gastronomia, do artesanato.

Mas, acima de tudo, do grande espaço de convívio e amizade, de liberdade e juventude que constitui a Festa do «Avante!».



Jornadas de trabalho na Atalaia

Construir é preciso

Erguida e desmontada todos os anos graças ao trabalho voluntário dos militantes e simpatizantes comunistas, a Festa do «Avante!» está de novo a ser construída.

As jornadas de trabalho tiveram início «oficial» no passado dia 7 de Junho, e desde então, todos os fins-de-semana, são muitos os camaradas que se deslocam ao terreno da Atalaia para participarem na

construção daquela que continua a ser a maior festa popular realizada ao ar livre no nosso país.

Trabalho, convívio, camaradagem. É o ambiente da Festa que também reflecte o modo de estar e viver dos comunistas.

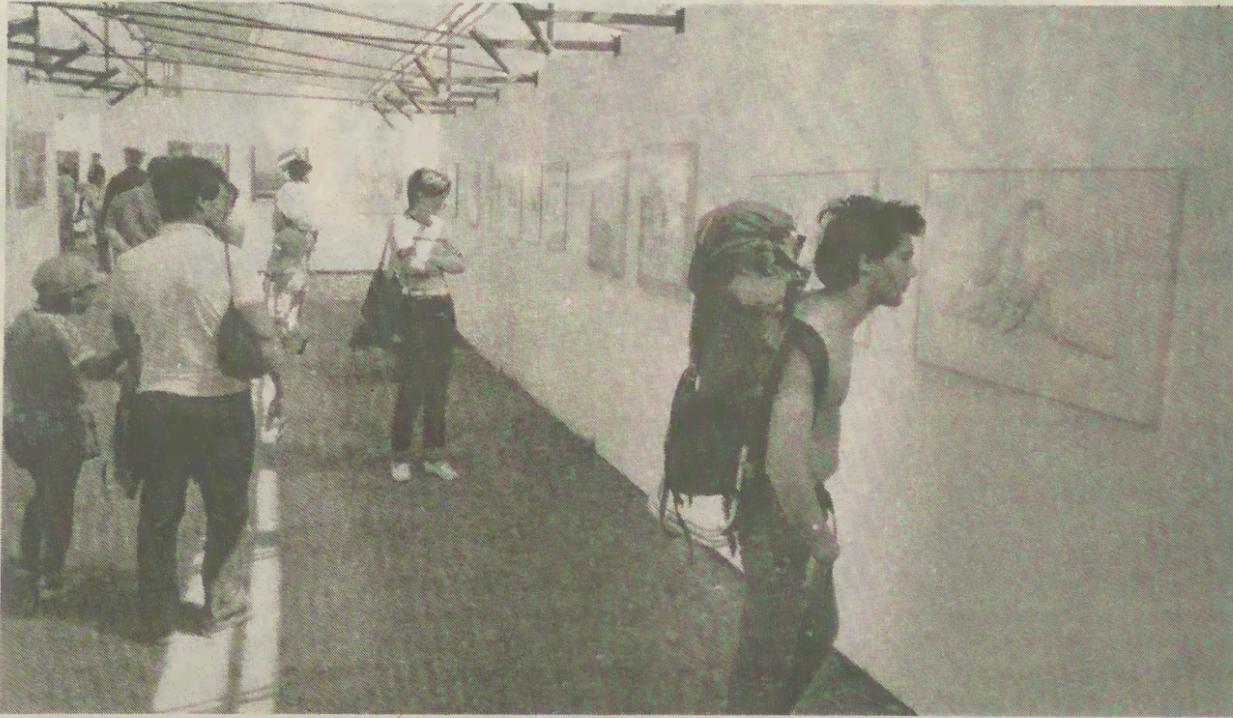
No próximo fim-de-semana, não faltes. Na Atalaia todos os braços são precisos, todos são bem-vindos.

10.ª Bienal de Artes Plásticas

«Um lugar de encontro entre a obra de vários artistas e um público muito vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e estética.» É este o primeiro objectivo dos organizadores da 10ª Bienal que

poderá ser visitada nos dias 5, 6 e 7 de Setembro. Uma oportunidade única para apreciar o que de melhor se faz em Portugal nas diferentes modalidades, técnicas e diversas expressões estéticas das artes plásticas.





Bienais em revista

1977

A primeira exposição foi organizada na 2ª edição da festa do «Avante!», em 1977, no Vale do Jamor, reunindo mais de meio milhar de obras dos mais representativos artistas plásticos portugueses. Três artistas tiveram especial relevo: João Hogan (pintura), Bartolomeu Cid (gravura) e Jorge Vieira (escultura). Esta forma de homenagear os trabalhos dos mais importantes criadores nacionais viria a ser seguido em edições posteriores

1979

A 2ª exposição, que os organizadores decidiram tornar bienal, abriu as portas no Alto da Ajuda. Nela participaram mais de uma centena de artistas, sendo homenageado o escultor Vasco da Conceição.

1981

Neste ano, a 3ª bienal volta a juntar mais de 200 artistas, entre os quais se contam jovens estudantes de belas-arts e artistas consagrados de Lisboa e do Porto, de Aveiro, Coimbra, Leiria, Alentejo e Algarve. A 3ª bienal homenageou Cipriano Dourado.

1983

Dois grandes artistas falecidos havia pouco, Abel Manta e Carlos Botelho, são homenageados pela 4ª Bienal.

Para além da retrospectiva das obras daqueles grandes vultos da pintura portuguesa, cerca de uma centena de artistas expõem trabalhos nas várias disciplinas.

1985

A última bienal no Alto da Ajuda ficou marcada por uma exposição retrospectiva de 15 anos de criação do artista Gil Teixeira Lopes, composta por 40 gravuras, grande parte das quais premiadas em Portugal e no estrangeiro. O visitante podia ainda apreciar mais de 470 trabalhos de 250 artistas. Esteve ainda patente uma exposição internacional de gravura, com 110 trabalhos de 40 artistas oriundos de quatro continentes e 26 países.

1989

Passados quatro anos, a Bienal da Festa volta a realizar-se, desta vez na Quinta do Infantado. Álvaro Perdigão é o homenageado através de uma exposição que reuniu 46 obras, entre óleos, aguarelas, monotípias e desenhos de colecções particulares e da sua colecção de autor. Foi ainda na 6ª Bienal que estiveram representados 12 jovens pintores soviéticos situados em áreas de vanguarda, autores de 30 quadros expostos em estatuto de galeria. Da RDA vieram também gravuras de 30 conhecidos artistas.

1991

A 7ª bienal seria a primeira a realizar-se na Quinta da Atalaia, dividindo-se por dois espaços distintos. Um apresentava arte contemporânea, como obras de Helena Almeida, Jorge Pinheiro, Pedro Chorão, Sá Nogueira e Virgílio Domingues. O outro espaço esteve aberto a todos os artistas que interessassem em divulgar os seus trabalhos.

1993

Com mais de 230 obras de 157 artistas plásticos, a 8ª bienal contou ainda com um salão de arquitectura e design, onde podiam ser vistos projectos de Alcino Soutinho, Alvaro Siza Vieira, Carrilho da Graça, Fernando Távora, Gonçalo Byrne, José Daniel Santa Rita, Manuel Tainha, Manuel Vicente, Souto Moura, Cruz de Carvalho, Daciano Costa, Eduardo Afonso Dias, Filipe Alarcão, José Viana, Luís Ralha, Marco Sousa Santos, Raul Cunca e Sena da Silva.

1995

A 9ª bienal registou a participação de 160 artistas e 240 obras expostas. Nesta edição, esteve patente uma exposição com reproduções impressas em alta definição e à escala real dos 80 últimos quadros pintados por Vincent Van Gogh.

**10ª Bienal r
consagrado**

**Uma m
para u
único**

Desde a sua primeira edição, a Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» afirmou-se como uma exposição diferente não só pelo espaço que cria, onde se cruzam obras de artistas (consagrados, menos conhecidos, ou iniciados) de todas as correntes, expressões e técnicas, como pela diversidade do seu público.

De resto, colocar obras de arte de elevada qualidade em contacto com milhares de visitantes, que habitualmente não frequentam os circuitos tradicionais das exposições e galerias, tem sido ao longo dos anos a grande aposta ganha não só da Bienal, como também de outros certames de artes plásticas realizados na Festa do «Avante!».

Mais uma vez, estarão presentes obras de vários artistas convidados,



ta!
 úne artistas
 e iniciados

Mostra ímpar em público



ao mesmo tempo foi lançado um apelo à participação de todos os que desejem fazê-lo, bastando para isso enviar as os seus trabalhos para selecção. São aceites todas as disciplinas das artes visuais - pintura, escultura, instalações, gravura, desenho, cerâmica artística, etc.

O júri é constituído por sete elementos, dois dos quais são indicados pelos próprios participantes, sendo os restantes cinco nomeados pela Comissão Consultiva.

Segundo o regulamento, cada artista pode concorrer com o máximo de duas obras recentes, devidamente identificadas, em qualquer das modalidades. Para garantir a unidade e facilidade de montagem, o espaço ocupado por cada participante não poderá ultrapassar os 2,30m x 1,10m.

As esculturas de interior não podem ultrapassar as medidas que caberiam num cubo de um metro e meio de lado, enquanto as de exterior, sem limite de medida, serão avaliadas pelo júri através de diapositivos enviados pelo autor. Este deve ainda assegurar o transporte das obras seleccionadas para o local da exposição, bem como a respectiva recolha.

A estrutura da exposição é da responsabilidade da Comissão Executiva da Bienal que se ocupa ainda dos aspectos logísticos e de instalação. Os espaços onde se realizam as Bienais da Festa são sempre construídos com carácter efémero. Contudo, a organização tem feito esforços no sentido de garantir as condições necessárias de instalação e segurança das obras.

Com este objectivo foram adquiridas tendas espaçosas e pavimentos de madeira que resolvendo alguns problemas de instalação tornam o local mais agradável ao visitante.

A sede da 10ª Bienal encontra-se na Av. António Serpa, 26 3º Dº 1050 Lisboa. Telefone 7969141. Fax 7969139.

Em discurso directo...

Pedimos a várias personalidades, que integram as Comissões Executiva e Consultiva da 10ª Bienal, um comentário sobre a iniciativa. Aqui ficam alguns depoimentos que nos foram enviados.

Luís Ralha

Artista plástico e membro da Comissão Executiva da 10ª Bienal

«Ao falar sobre a integração das artes plásticas na Festa do Avante!, com a preocupação de todos nós em aumentar permanentemente a qualidade e a segurança das obras expostas, gostaria de lembrar que uma das qualidades da arte na festa é efectivamente a *Festa da Arte*, vertente porventura importante numa situação contemporânea de grande confusão ou *confusionismo* nas várias qualidades

que percorrem o processo actual da produção artística: as que são definidas pelo mercado, pelo acesso à comunicação social, pelas propostas estéticas de tempo de vida sucessivamente encurtado, efémeras e *diferentes*, a rotura das roturas, a morte da história, os processos de legitimação eventualmente ilegítimos, etc. Vem aí uma grande aproximação do real humanizado... da espécie?»

Pedro Pousada

Artista plástico e membro da Comissão Consultiva da 10ª Bienal

«A Festa do Avante! é, na sua génese, um lugar de heterodoxia onde se ensaiam as mais diversas experiências culturais; a Bienal de Artes Plásticas é uma dessas valências e surge aos artistas mais jovens como uma oportunidade (democrática porque afastada de qualquer lógica mercantil ou preconceito cultural) para esses confrontarem o seu trabalho com alguma das realidades que os rodeiam; serve, sobretudo, para

estabelecer uma dialéctica entre os objectivos de arte das mais diversas linguagens plásticas e para constatar o carácter convulsivo e de permanente alteridade que domina o processo criativo. Nesse tipo de estrutura, provisória mas onde os consensos não são receita cultural, o jovem artista perde a arrogância da sua inexperiência e ganha, nesse desequilíbrio, outra perspectiva do seu trabalho».

Vitória Pinheiro

Historiadora, membro da Comissão Executiva da 10ª Bienal

«A 10ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante! decorrerá este ano mantendo as mesmas características de abrangência que a tornaram conhecida, garantindo assim um exposição de artes plásticas *global*.

Esta opção, de não existir uma orientação estética na bienal, proporciona ao público a oportunidade de

ver e admirar um conjunto apreciável de obras e artistas de inegável importância no campo das artes em variadíssimas disciplinas e técnicas de representação.

Com efeito, a qualidade estética das obras apresentadas é o mais importante garante da dignificação deste espaço de exposição».



Divulgar a Festa praticar desporto

Para muitos, a Festa do «Avante!» é sobretudo praticar desporto. Todos os anos, milhares de atletas participam nas várias iniciativas desportivas promovidas quer antes quer durante os dias da Festa.

Torneios de futebol, concursos de pesca, provas de canoagem, cicloturismo, chinquillo são algumas das modalidades que serão promovidas nos meses de Julho e Agosto. Depois, no domingo, dia 7 de Setembro, será dado o tiro de partida da Corrida da Festa, que registou no ano passado mais de duas mil inscrições individuais. Muitas outras modalidades decorrerão no recinto da Festa, onde o desporto é espectáculo mas também é um convite à participação dos visitantes.



Canoagem
- no dia 5 de Julho

O Avantejo vai estar no rio no próximo dia 5 de Julho. A concentração de atletas e embarcações tem lugar pelas 11.30 horas no Cais de Alcochete, onde haverá um convívio com sar-

dinhada para todos oferecida pela organização da prova.

A largada dos barcos efectua-se só pelas 14.45, estando a chegada prevista pelas 17 horas, junto ao Clube

Naval Amorense, depois de percorridos cerca de 15 quilómetros entre Alhos Vedros e a Amora. Participam as categorias de Juniores, K1 e K2; Seniores, K1 e K2 e Turismo.



Corrida da Festa
- inscrições abrem a 25 de Julho

A Corrida da Festa aí está de novo. Mantendo-se essencialmente como uma prova de estrada destinada a participantes de ambos os sexos, representantes de clubes federados ou não, e a atletas individuais, a Corrida distingue-se pela sua organização cuidada que, tal como nas edições anteriores, irá assegurar

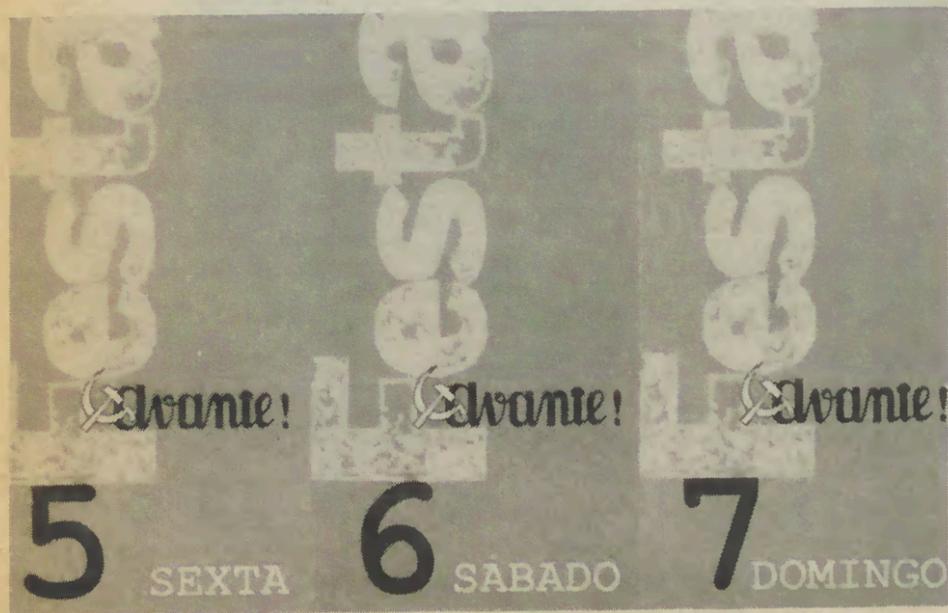
todas as condições necessárias a uma competição deste tipo.

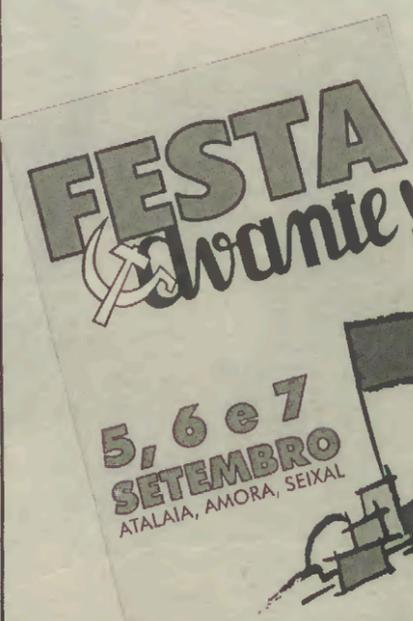
As inscrições são efectuadas entre 25 de Julho e 29 de Agosto, devendo os pedidos ser enviados para «Corrida da Festa do Avante!», Av. António Serpa, nº 26 3º D.º - 1050 Lisboa. Tel. 7969141, ou fax 7969139.

Compra já a tua EP Ajuda a Festa

A EP pode ser adquirida quer junto dos muitos militantes comunistas, que promovem individualmente a sua venda antecipada, quer nos centros de trabalho do PCP. Comprá-la e convencer os amigos a fazê-lo quan-

to antes é a única forma de garantir os meios necessários à construção e organização daquele que é o maior acontecimento político cultural do nosso país. Compra a tua EP. Ajuda a Festa do «Avante!».





Num esforço para divulgar a Festa do «Avante!» e atrair um número crescente de visitantes, as organizações do Partido estão a afixar por todo o País os primeiros pendões que anunciam a sua realização, nos dias 5, 6 e 7 de Setembro, na Quinta da Atalaia.

Entre a última semana de Junho e a primeira de Julho, será efectuada a colocação maciça dos materiais gráficos nos principais centros urbanos do país. Contudo, a divulgação da Festa passa igualmente pelas iniciativas próprias das Estruturas locais do Partido, pela organização de excursões, pelos contactos pessoais. Dar a conhecer a Festa e alargar ainda mais o leque de pessoas que a visitam é um objectivo possível e necessário. Este ano traz um novo amigo à Festa!

A Festa está nas ruas

MÁGICA CLUÍDO

em causa criar um segundo mercado de emprego - um mercado social de emprego - sabendo-se que, no primeiro, o das empresas competitivas, os despedimentos levam a um aumento das cotações na Bolsa?

Questões múltiplas que em muito extravasam o debate em torno de uma lei específica. Ou mesmo dos graves problemas de pobreza e exclusão. É mesmo uma questão de civilização que está em causa.



Factos e números

* 20% dos agregados pobres recebem 6% do rendimento monetário líquido

* 20% dos agregados ricos recebem 46%. A média na Comunidade é de 41%

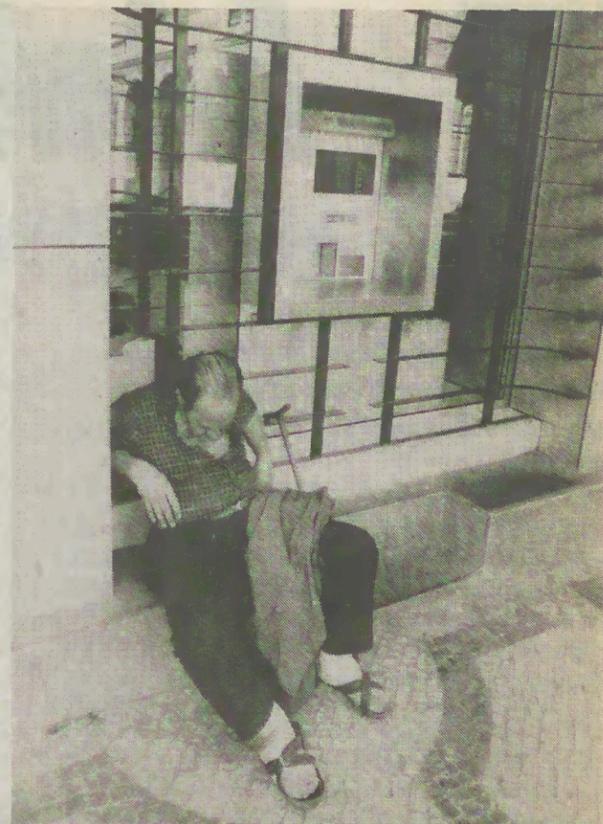
* São pobres:
- 2 milhões e 500 mil portugueses
- 29% dos agregados familiares - 1 em cada 3
- 29% das crianças destas, 1 em cada 5 (20%) viviam em 1993 em agregados familiares pobres
- 53% dos idosos
- 35% da população activa com emprego precário ou clandestino

* 60% dos desempregados e 95% dos jovens desempregados não recebem qualquer subsídio de desemprego

* 70% dos pensionistas recebem menos de 50% do salário mínimo nacional



Na mesa do Encontro, no primeiro painel - António Filipe, Fernando Marques, Rosa Xisto, Manuel Ramos, Adelaide Pereira, Maria do Carmo Tavares, Edgar Correia



UM MOMENTO DE DEBATE

• extractos da intervenção de Edgar Correia

"Um momento de debate sobre os problemas da exclusão social, da pobreza, do RMG, ao qual outros se irão certamente suceder - numa linha de continuidade de trabalho, de esforço de conhecimento e de intervenção" - esta a forma como Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, abordou a realização do Encontro sobre Exclusão Social, Pobreza, Rendimento Mínimo Garantido, numa intervenção final de que aqui reproduzimos alguns extractos.

Forte subida do nível de desemprego

Para fazer o retrato concreto da alteração da situação nos últimos anos, não resisto a citar-vos o que em relação às evoluções estruturais da população e do emprego vem referido no relatório de progresso sobre o RMG elaborado pelo centro de investigação e estudos da sociologia do ISCTE: «A análise da informação fornecida pelos Inquéritos ao Emprego realizados trimestralmente pelo INE e pelos Centros de Emprego evidencia uma forte subida do nível de desemprego, um aumento do peso do desemprego de longa duração e um crescimento das situações de emprego precário. As conclusões mais importantes dessa informação são as seguintes:

* Diminuição do Emprego por Conta de Outrem. Eliminação de cerca de 180 mil postos de trabalho entre 1992 e 1996, segundo o Inquérito ao Emprego do INE.

* Diminuição do número e da importância dos Contratos com Vínculo Permanente. Menos 200 mil entre 1992 e 1996.

* Crescimento dos Contratos com vínculo não permanente, sobretudo depois da recessão de 92/93. Mais cerca de 80 mil entre o final de 1993 e o final de 1996.

* Crescimento do número de trabalhadores isolados (trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço), sobretudo depois da recessão de 92/93. Mais 110 mil entre o final de 1993 e o final de 1996.

* Crescimento do número de pessoas trabalhando menos do que o horário normal de trabalho e do número dos que trabalham acima desse horário normal.

* Diminuição do Emprego nas Profissões Dirigentes, nos Técnicos Intermédios e nos Trabalhadores da Indústria. Crescimento do emprego na Agricultura e nos Profissionais não Qualificados.

* Subida do nível de desemprego. A taxa de desemprego passou de 4,1 por cento no início de 1992 para 7,2 por cento no final de 1996.

* Crescimento do Desemprego de Longa Duração. No final de 1996, cerca de 42,4 por cento dos desempregados procuravam emprego há mais de 1 ano, contra apenas 22,7 por cento do total no início de 1992.

* Crescimento do número de Desempregados Diplomados. No final de Dezembro de 1996 estavam inscritos nos Centros de Emprego do Continente 22.830 desempregados diplomados, mais 96,90 por cento que no final de 1993.

* Crescimento do número de Reformados. Mais cerca de 200 mil, entre o final de 1992 e o final de 1996.

* Diminuição da População Inactiva Total e Escolar com menos de 14 anos.

* Aumento da População Inactiva Escolar com mais de 13 anos, sobretudo até ao final de 1995. Mais cerca de 170 mil, entre o final de 1995 e o final de 1995. Retrocesso no segundo semestre de 1996».

Um problema velho um problema novo

De que estamos, por isso, a falar, quando falamos da pobreza e da exclusão social? Falamos de um problema velho e de um problema novo.

Falamos de um problema velho porque, salvo raras excepções, é um problema que tem acompanhado as sociedades humanas ao longo dos séculos, as sociedades divididas em classes e baseadas em processos de exploração do homem pelo homem.

Mas falamos de um problema novo porque este agravamento dos fenómenos da exclusão social e da pobreza tem lugar, actualmente, num quadro que é qualitativamente diferente do anterior. Um quadro em que está a ter lugar uma profundíssima revolução científica e tecnológica, que está a elevar a um grau nunca antes atingido a capacidade de satisfação das necessidades humanas e que vem incessantemente elevando, também, o próprio padrão dessas necessidades. Um quadro em que o crescimento da produtividade de trabalho tem tornado possível, em países muito desenvolvidos, que o crescimento económico esteja a ser assegurado por um número cada vez menor de trabalhadores activos.

Falamos ainda de um problema velho no sentido dele reproduzir as expressões da pobreza tradicional que atinge muitos idosos e deficientes, desempregados há longo tempo ou jovens à procura do primeiro emprego, de muitas famílias monoparentais, de sectores de assalariados e do campesinato que têm um nível muito baixo de rendimentos.

Mas falamos de um problema novo no sentido de que às vítimas da pobreza tradicional se vêm incessantemente somando novos sectores e novas vítimas: muitos jovens não inseridos profissionalmente; muitos trabalhadores activos precocemente considerados idosos e excluídos do trabalho; mais e mais atingidos pela negação dos direitos laborais e pelo alastramento, cada vez

maior, da precarização do trabalho.

PCP propõe aumento de 3 mil escudos para pensionistas

Está perfeitamente determinado, inclusive por estudos oficiais, que o factor que é de longe mais condicionante dos fenómenos de pobreza do nosso país é o nível muito baixo de uma parte significativa das reformas e pensões da Segurança Social.

O valor das pensões, segundo os dados globais revelados pelo MSSS referidos a Dezembro de 1995 é significativo (...) cerca de 67% das pensões de velhice e 73% das pensões de invalidez eram inferiores a 30 contos por mês. E se quisermos saber quantos dos pensionistas dessas modalidades auferiam valores inferiores a 50 contos por mês, a resposta é também esclarecedora: 88%!

(...) É com este sentido e preocupações que o PCP sustenta a necessidade e reclama do Governo a concretização de um aumento intercalar de 3 mil escudos para todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional, a vigorar já no segundo semestre do presente ano.

Uma nota sobre o rendimento mínimo

No próximo dia 1 de Julho entra em aplicação plena a Lei nº 19-a/96 de 29 de Junho, que criou o Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

Através desta lei, que foi votada favoravelmente pelo PCP na Assembleia da República, foi instituído um novo direito social que integra duas componentes - uma prestação pecuniária do regime não contributivo da Segurança Social e um programa de inserção social - por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.

É um facto que o Governo tem pretendido apresentar o Rendimento Mínimo como uma autêntica panaceia social e a sua concretização como susceptível de compensar os pesados custos sociais das principais opções políticas, de inspiração neoliberal e maastrichtiana, que tem vindo a realizar. Nós, evidentemente, não acompanhamos essas teses da propaganda oficial. E muito menos nos deixamos iludir pelas ideologias do Estado mínimo, caritativas e assistencialistas, cujos propósitos foram aqui evidenciados pelo Fernando Marques na sua intervenção.

Apesar dessa natureza e do alcance limitado do Rendimento Mínimo Garantido, o PCP valoriza este novo direito social e é activo defensor da sua correcta concretização. Direito que não é substitutivo, mas aditivo, em relação ao conjunto dos direitos sociais que a Constituição já consagra. E que importa que seja levado à prática como direito, contra quaisquer propósitos que pretendam transformar a sua atribuição em benesse ou em qualquer outro favor político, religioso ou pessoal.

■ Domingos Abrantes

Membro da Comissão Política

A luta continua

A CIMEIRA de Amsterdão, apesar das "tensões", das divergências ocasionais e das encenações, e da retórica balofa do 1º Ministro, sobre a "defesa integral dos interesses nacionais", não trouxe nem novidades nem surpresas, terminando como estava programado de antemão.

A verdadeira decisão, tomada em Amsterdão pelos chefes de Estado e de Governo dos 15, foi a de que "o Pacto de Estabilidade" é para cumprir, prosseguindo os critérios de Maastricht, com as suas graves consequências económicas e sociais para os trabalhadores e os povos. Em nome do Euro, esse «abre-te Sésamo», que nos redimirá de todas as dificuldades, ficamos a saber que deve continuar o processo de privatizações, a liquidação da segurança social pública, o espremer dos salários e uma maior desregulamentação das relações laborais. As multinacionais e o capital financeiro, ao fim e ao cabo quem verdadeiramente decide destas questões, podem continuar tranquilamente o seu trabalho de acumulação de grandes lucros.

A intensa e despidorada operação de intoxicação para enganar a opinião pública sobre o verdadeiro carácter das decisões tomadas, operação na qual o Eng.º Guterres participou activamente, socorrendo-se de algumas parolices lusitanas, não consegue esconder esta realidade cheia de maus pronúncios para o mundo do trabalho.

As preocupações com o emprego são pura mistificação, como o foram em muitos outros momentos. Não era objectivo da Comunidade Europeia alcançar o pleno emprego? E onde estão os 6 milhões de empregos prometidos com a criação do Mercado Único e os 15 milhões do plano Delors? As preocupações com as políticas sociais saídas da Cimeira de Madrid, tão badaladas pelo Eng.º Guterres, criaram postos de trabalho? Não, não criaram. A confirmá-lo estão os 20 milhões de desempregados, a precarização crescente do mercado de trabalho, um libelo acusatório às políticas neoliberais.

No preciso momento em que os governantes da União Europeia se esforçavam por fazer crer que estavam preocupados com o desemprego, umas tantas multinacionais, que acumulam lucros fabulosos à custa do desemprego anunciavam despedimentos que ultrapassam a centena de milhar e a nova vedeta do "socialismo democrático moderno" e que se considera herdeiro do Thatcherismo, Tony Blair, reclamava em Amsterdão uma maior desregulamentação do mercado do trabalho como forma de combater o desemprego, sabendo-se como se sabe que a desregulamentação do mercado do trabalho não cria postos de trabalho pois a sua função é exactamente a inversa, ou seja, facilitar os despedimentos.

O que se pretende com a liquidação da chamada rigidez do mercado de trabalho, com a desregulamentação, é dar livre curso à exploração, é fazer baixar o valor da mão-de-obra, é reduzir as suas necessidades permanentes, submetendo a força de trabalho às exigências da rentabilidade do capital, objectivo erigido em interesse geral da sociedade.

Também não faltaram, como sempre acontece nestas alturas, as perorações de escribas ao serviço do grande capital, cuja função é demonstrar a inevitabilidade do desemprego, estigmatizar os "interesses corporativos" dos trabalhadores (não dos capitalis-

tas), esses seres obtusos que ao reclamarem o direito ao trabalho, à segurança social e outras conquistas sociais, não percebem que isso não é compatível com economias modernas, determinadas pela competitividade e o livre mercado.

E no entanto a Cimeira de Amsterdão revelou algumas novidades. Revelou que os governantes não ignoram que, por todo o lado, cresce a resistência e a luta popular contra as políticas neoliberais e que se torna mais forte a voz dos que se recusam a aceitar o desemprego, a miséria, a limitação de direitos como uma inevitabilidade e, muito menos, que isso seja sinónimo de progresso e de civilização para que as Bolsas funcionem como autênticos casinos.

Se é certo que, em Amsterdão, os Governos decidiram prosseguir a mesma política, é igualmente certo que a luta dos trabalhadores da Europa vai continuar. O seu desenvolvimento é uma questão incontornável, que nenhuma demagogia poderá ultrapassar. A amplitude da luta de massas, a sua persistência, a entrada em acção de novos contingentes, a sua coordenação e a exigência de profundas mudanças políticas e económicas, mostram que não se está perante um fenómeno conjuntural.

Se o Governo do Eng. Guterres, navegando alegremente no mar das mistificações e esgotada a tanga do diálogo, julga que - anunciando a baixa da inflação, aumentando os preços; a redução do desemprego, limpando ficheiros e alterando classificações; a melhoria das condições de vida congelando salários, e a modernização da democracia restringindo direitos, conseguirá impedir o desenvolvimento da resistência à sua política, está muito enganado. À medida que se vão perdendo as ilusões quanto à política do PS, aumenta o número dos que se dão conta de não haver diferença entre a política guterrista e a cavaquista. É visível o ampliar da frente social que se opõe à política do Governo PS. Multiplicam-se as lutas dos trabalhadores ferroviários, dos mineiros de Aljustrel, dos trabalhadores precários da F. Pública. Em luta têm estado igualmente os agricultores, os pescadores e os estudantes. Vai-se reanimando a acção contra as privatizações. Milhares de trabalhadores, com destaque no Norte do país, travam há vários meses uma intensa luta pela redução do horário de trabalho, pela defesa de importantes direitos, contra o processo de desregulamentação do horário de trabalho.

E, no entanto, no passado dia 15 de Maio, os deputados do PS, surdos a esta luta e aos protestos de diferentes sectores e entidades da vida nacional, renunciando a promessas eleitorais, mantendo-se fiéis aos compromissos com o patronato, chumbaram a iniciativa legislativa do PCP que visava clarificar a lei das 40 horas e salvaguardar importantes direitos dos trabalhadores em matéria de horário de trabalho. Embora se perceba, parafraseando alguém, que o PS está amarrado ao princípio de que quem passa o cheque é quem define a política, não deixa de ser grave que os compromissos com o patronato se tenham sobreposto aos interesses do mundo do trabalho.

Como graves são, além de intelectualmente desonestas, as elucubrações com que a Ministra do Emprego e o seu Secretário de Estado procuram cobrir estes compromissos.

Com cristãos destes...

A luta pela redução do horário de trabalho e sua fixação em lei é tão antiga quanto a existência do trabalho e do capital. Dos

horários de 15, 16 e mesmo 18 horas diárias até aos dias de hoje, percorreu-se um longo e difícil caminho para a afirmação do movimento operário. Só a luta tenaz e cheia de sacrifícios de sucessivas gerações tem conseguido contrariar os apetites insaciáveis do patronato em explorar ao máximo a força do trabalho e impor a redução do horário do trabalho. Antigas são igualmente as tentativas do patronato, inclusive com o recurso à utilização coerciva do Estado, quando as circunstâncias lhe parecem favoráveis, para tentar anular essas conquistas.

Neste findar de Século, quando vemos desenvolver-se uma ofensiva generalizada contra as conquistas sociais dos trabalhadores e o reavivar de velhas práticas de exploração, mais se torna indispensável a vigilância, a organização, a unidade e a luta dos trabalhadores.

Na lógica da valorização do capital não cabem princípios morais ou humanos. O patronato, como classe, considera um desperdício o tempo que as máquinas estão paradas e um atentado ao livre funcionamento do mercado imporem-se travões à possibilidade de explorar ao máximo a mercadoria força de trabalho.

A questão das pausas, mesmo as destinadas às refeições, não é coisa nova, como novo não é o patronato ver na redução do horário de trabalho, uma calamidade, o "juízo final da indústria".

No passado, para o patronato só interessava "o trabalho puro" (sem pausas), hoje interessa-lhe o "trabalho efectivo" (igualmente sem pausas), ou seja, a mesma coisa.

Marx, em "O Capital", obra que está recheada de abundantes exemplos das acções do patronato para ampliar os períodos do "trabalho puro", cita o caso de um economista, W. Petty, que, num escrito do fim do século XVII, concluiu que se se reduzisse em meia hora diária o tempo de refeição dos trabalhadores e estes jejuassem a sexta-feira, se poderia aumentar significativamente a riqueza produzida. Para o capital, obviamente.

É espantoso como passados 300 anos, as afirmações, por exemplo, do Secretário de Estado do Emprego sobre as pausas e o período das refeições de quem trabalha por turnos e as dissertações do patrão da CIP, Nogueira Simões, se inspiram nas teorias de W. Petty.

Nogueira Simões, em entrevista a um jornal, ao ser-lhe perguntado se as pessoas não precisavam de parar para comer, respondeu: "Dantes (os trabalhadores) trabalhavam nove horas seguidas e não havia pausas no meio". (!).

Certamente que só por uma questão de pudor cristão o sr. Nogueira Simões se mostra saudosos dos horários de nove horas, ao fim e ao cabo, uma bagatela se comparada com os vulgares horários de 15 ou 16 horas com que os seus irmãos de classe no século XIX sujeitavam homens, mulheres e crianças.

Como seria bom para o patronato se os tempos dos longos horários de trabalho pudessem voltar. Mas os trabalhadores estão dispostos a lutar pela redução do horário de trabalho, uma necessidade para a humanização da vida dos que trabalham, para reduzir o desemprego e tornada possível pelo crescimento vertiginoso da produtividade do trabalho.

Que a luta continua, é coisa que o Governo cristão/opus de António Guterres e o patronato podem ter como certa.

(!) "O Diabo" de 6/2/96.



O patronato, como classe, considera um desperdício o tempo que as máquinas estão paradas e um atentado ao livre funcionamento do mercado imporem-se travões à possibilidade de explorar ao máximo a mercadoria força de trabalho



EM FOCO

Pode o capitalismo parar e pensar?

O capitalismo, este capitalismo agora predominantemente

financeiro e transnacional, faz lembrar o ciclista que, em cima duma "máquina infernal", vai todo lançado e não pode parar porque, se parasse, caía.

Por isso, não liga a sinais de trânsito, faz de conta que não vê os assustadores avisos vizinhos das passagens de nível - "pare, olhe, escute!" -, e lá vai ele, cada vez mais depressa, sempre mais depressa. Até porque já não corre por velhas estradas como as das voltas a Portugal, mas pelas auto-estradas da informação de que tomou posse como se tudo o que o homem inventa fosse para seu lucro e desfrute. Contra os homens! Só estes o poderão fazer parar.



■ Sérgio Ribeiro

1. Em França, não se trata (só) do M. Juppé ser substituído pelo M. Jospin. Nem, no Reino Unido, um Major teria passado a soldado raso para ser promovido a primeiro-ministro um rapaz Tony, Blair de seu apelido. Como, em Outubro de 1985, Cavaco Silva, doutor em finanças, não terá cedido o seu lugar a António Guterres, engenheiro com pós-graduações em "obras divinas".

Quem viu assim, ou assim quis ver, engana-se ou quer enganar outros. E só assim será por, tão preocupados com os sinais aos mercados - das finanças -, que-rem esquecer ou não deixar que se lem-

bre que o que colocou os senhores Guterres, Blair e Jospin onde estão foi uma rejeição clara da política que os seus antecessores representavam.

Ora os senhores Cavaco, Major, Juppé não eram a política que, a votos, foi chumbada. Eram só intérpretes (excelentes) dessa política, e ela pode seguir - "the show must go on" - com outros intérpretes que não prestem atenção aos sinais de trânsito que são claríssimos no sentido de ser imperioso mudar de direcção.

Tão imperioso que nem faltou, em França, o susto do voto na Frente Nacional, o partido que é o sinal de que o fascismo existe. E existe porque há fascistas e estão atentos para aproveitar todas as distrações e fazer o "ciclista" percorrer caminhos de antigamente. E quem o diz é, por exemplo, o ex-chanceler Schmid, quando escreve ao director do Bundesbank e lhe lembra o dramático resultado da obsessão estabilizadora dos preços e monetarista dos anos 30.

Mas até neste voto tão preocupante há sinais. Porque, decerto, muitos dos que o materializaram quiseram, com tal voto, dizer não à política que têm sofrido e não faltam fantasmas a tornar difícil transformar o voto-não de quem é de uma classe na tomada de consciência de que há classes e que a essa se pertence. São as fáceis presas da falta de escrúpulos e da demagogia próprias dos fascis-

tas e foi um sinal, este de duplo sentido, e a nenhum presta atenção o "ciclista" na sua louca carreira.

2. Não quer dizer que a sua correria seja a direito e em aceleração constante. O que aconteceu em França, mais do que noutros lugares por ter sido em França e por ter havido um acordo para mudanças reais que levou ministros comunistas ao actual governo, tinha mesmo de perturbar a postura sobre as duas rodas. Assim a modos de um vento contrário que se levantou, já que os sinais à beira da estrada não bastam.

Beliscar o "pacto de estabilidade", pô-lo em causa, pretender discuti-lo é, na verdade, mais do que um mero sinal. Cheira, até, a iconoclastia. E houve quem assim o tivesse sentido e quem, mesmo sem o sentir, o dissesse. Talvez para acalmar os ditos mercados. Para lhes dar sinais tranquilizadores.

O caso é que desde há muito se vinha negando sequer a possibilidade de discutir o que discutido estava, e tudo o que se lhe ia somando no caminho da construção do instrumento/moeda única, assim impondo, sem qualquer discussão, as políticas que servem os interesses transnacionais.

O "pacto de estabilidade" e os seus companheiros "programas de convergência" podem assemelhar-se à cereja que se coloca no cimo do bolo. Envenenados, quer o bolo, quer a cereja, dizemos nós, também há muito insistindo, de fora para dentro da lógica da imposição da moeda única, na sua discussão.

Ou seja, depois da moeda única, imporia-se ter de continuar ainda com maior rigor, para que não haja folgas na estratégia e políticas que servem o capital transnacional. Tal o fim do "pacto de estabilidade" & Cia e foi o que houve o atrevimento de questionar. O seu excessivo e exclusivo rigor monetarista, estabilizador de preços, cego para os problemas do crescimento, do desemprego, da exclusão social.

Não mais. E sem pôr em causa a estratégia, as políticas, a lógica/pretexto da moeda única. Mas suficiente para perturbar.

3. Que resultou do incidente, que acidente não chegou a ser e em Amsterdão se procurou recuperar?

Primeiro, desvalorizar o facto, que terá grande significado, de uns votos e, sobretudo, a movimentação social que está por detrás desses votos, terem obrigado a discutir o que estava decidido não ser discutido.

Em segundo lugar, uma resposta aos sinais que se gostariam de ignorar, dizendo que sim, senhor, que há muita preocupação com o desemprego, que há que "fazer coisas".

Mas que coisas? Isso já é pedir de mais. As pressões pró-keynesianas que apareceram muito oportunamente, procurando forçar a abertura de práticas de intervenção criadoras de emprego, não tiveram qualquer tradução efectiva. Nem o Fundo de Investimentos Europeu que

Delors tinha em sua memória de uma cimeira anterior, nem o BEI com meios para aí voltados, nem essa coisa dos fundos da CECA quando acabar lá para o próximo milénio, que o eng. Cravinho descobriu e com que acenou aos incautos, nem os "euro-bonds" (empréstimos para lançar obras "públicas"), nada de concreto saiu de Amsterdão.

Nada de concreto. E poderia sair algo de concreto, quando a intenção clara era a de passar rapidamente adiante, continuar a corrida, forçar a marcha e vencer o vento contrário que soprava? Quando se sabe (quem sabe...) que o desemprego é uma variável estratégica desta estratégia, que a estabilidade dos preços é o motor e a meta, os carros e a camisola amarela?

Ter sido confirmado que o emprego é só residual e que a preocupação quanto ao desemprego é a de não o deixar passar a fronteira do socialmente suportável.

O facto é que, para efeitos de opinião pública, se quis tornar claro que se discutiu o emprego, que se juntaram mais afirmações e artigos nos tratados àqueles em que o desemprego é preocupação e o emprego objectivo.

Mas não demos já para este "peditório"?

4. Entretanto, continua a correria. E, para que não haja dúvidas, anunciou-se, em Amsterdão, que as moedinhas de 1 cêntimo a 2 euros, serão hipo-alérgicas e facilmente identificáveis pelos cegos. Assim se provou, aos cépticos, invisuais e eventualmente alérgicos ao níquel, que nada fará parar a «máquina infernal» da impressão e cunhagem que foi sendo laboriosamente montada para a moeda única e para o também único Banco Central.

Mas nada mudou? evidente que sim. O que se está a tentar fazer - e Amsterdão tê-lo-á mostrado - revela a **necessidade de recuperar**, quanto mais não seja o equilíbrio anterior ao «abanão» para que continue a corrida.

Assim acontece, nesta perspectiva, porque em sucessivas eleições não houve apenas mudanças de nomes, e demonstraram que os movimentos sociais que andam aí por todo o lado, que não se podem esconder apesar de tanto se combaterem e desvalorizarem, têm expressão eleitoral. Que os povos, chame-se-lhes cidadãos ou eleitores, não estão tão indiferentes e resignados como se poderia temer.

5. Termina com uma nota que se pode dizer "de leitura". O nosso tempo é o tempo em que José Saramago escreve esse livro terrível e belo que é "Ensaio sobre a Cegueira" e um livro como "O horror económico" tem um sucesso (talvez) surpreendente. Sobre este livro, com toda a empatia que me mereceu, mas também com um grande distanciamento quanto a questões de fundo, ficarão comentários para outra oportunidade. Para agora, só o aproveitamento para dizer que o livro, e o seu sucesso, são uma demonstração de que o capitalismo não pode, não é capaz de parar e pensar, mas que os homens, sim! E estão a fazê-lo.



EM FOCO

Nunca como agora, a articulação entre a propaganda do governo, da UE, e de organismos importantes do capitalismo internacional, como são o FMI, o Banco Mundial, etc., foi tão grande.

Quase diariamente são despejados sobre os portugueses estatísticas ou previsões «cor-de-rosa» sobre a redução do desemprego, sobre os elevados níveis de recuperação económica, sobre o aumento da justiça fiscal e social em Portugal, etc.

Se fosse verdade aquilo que o governo e os seus «boys», nomeadamente os instalados na comunicação social, bem como diversos organismos internacionais afirmam, os portugueses certamente já viveriam no melhor dos paraísos, onde a redução do desemprego seria um facto, o crescimento económico uma realidade, e a justiça fiscal e social uma verdade inquestionável.

A reflexão e o debate sério dos problemas nacionais têm e estão a serem substituídos pelo matraquear frenético de frases superficiais como «temos de estar no pelotão da frente a todo o custo», « não podemos ficar fora da moeda única», como se o cumprimento e a submissão servil e fundamentalista aos critérios de Maastricht fossem a salvação de Portugal e dos portugueses.



■ Eugénio Rosa

DESEMPREGO

As verdades e as mentiras da propaganda oficial

Perante este panorama, e correndo mesmo o risco de repetição, vai-se, mais uma vez, analisar a questão do desemprego em Portugal, procurando repor minimamente um pouco de verdade numa questão vital para centenas de milhares de portugueses, utilizando, para isso, os próprios dados oficiais.

O falso emprego aumenta em Portugal

Com o objectivo de apresentar números baixos de desemprego, o governo tem procurado ocultar aos portugueses a natureza e o conteúdo dos dados que utiliza na sua propaganda sobre o «paraíso cor-de-rosa».

Para que os leitores possam tirar as suas próprias conclusões sobre este grave problema nacional, reúne-se, num único quadro (quadro 1), dados oficiais importantes que normalmente não estão acessíveis a todos os leitores dos jornais, e que os «boys» do governo na comunicação social sistematicamente esquecem.

Os dados permitem tirar algumas conclusões importantes sobre a evolução do emprego, e, conseqüentemente, também no desemprego no País.

Assim, segundo dados do próprio Instituto Nacional de Estatística, conclui-se que num ano de governo PS, o emprego aumentou apenas em 28.600.

Mas para que se possa ficar com uma ideia do que significa este número, interessa compará-lo com o número daqueles que aparecem todos os anos no mercado de trabalho, pela primeira vez, à procura de emprego.

De acordo com um documento elaborado em Janeiro de 1997, pelo Ministério para a Qualificação e Emprego, denominado «Plano Nacional de Estágios Profissionais», o número de jovens que abandonam o sistema escolar secundário, e, que, portanto, não entram nas universidades, atinge, em cada ano, cerca de 61.500. A este número há que adicionar os que saem das universidades que, segundo estatísticas oficiais, tem rondado os 50.000 por ano. Em resumo, anualmente são lançados no mercado de trabalho cerca de 111.500 jovens. Mesmo se subtrairmos a este número, os postos de trabalho que ficam «livres» devido à passagem à idade de reforma dos respectivos trabalhadores - em média menos de 50.000 por ano - ainda restam 61.500, que devia ser o número mínimo de postos de trabalho que deviam ser criados anualmente para dar emprego aos jovens que todos os anos aparecem, pela primeira vez, no mercado de trabalho.

Mas o que sucedeu no último ano de governo PS? Como vimos apenas foram criados mais 28.600 empregos, ou seja menos de metade (apenas 46,5%) do que seria necessário criar para dar emprego aos jovens que todos os anos aparecem no mercado de trabalho.

Face a estes números que são de organismos oficiais -

QUADRO 1

Dados oficiais sobre emprego em Portugal - em milhares

RUBRICAS	1º Trimestre/96	1º Trimestre/97	Varição 96/97
Total Empregados	4.242,9	4.271,5	+ 28,6
Trabalhadores por conta própria, s/empregados	861,0	899,3	+ 38,3
Empregos na Agricultura, Silvicultura e Pesca	496,6	546,9	+ 50,3
Trabalhadores com contrato permanente	3.021,0	3.035,8	- 14,8

Fonte: Estatísticas do Emprego - 1º Trimestre de 1997 - INE

INE, IGFSS - que credibilidade têm as afirmações do governo e dos seus «boys» que o desemprego está a diminuir em Portugal?

E mesmo aqueles 28.600 empregos tem características que necessitam de ser analisadas, conhecidas e denunciadas, como iremos ver.

Efectivamente de acordo com dados constantes no quadro 1, tiram-se também outras conclusões importantes.

Mesmo aquele baixo número global de empregos criados no último ano - apenas 28.600 - só foi possível atingir porque o emprego na agricultura cresceu, segundo o governo, durante o mesmo período, em 50.300.

Mas a pergunta que imediatamente se coloca é esta: Como é que possível ter crescido o emprego na agricultura portuguesa naquele montante, quando em toda a Europa o seu número está a diminuir, e quando a agricultura portuguesa enfrenta uma grave crise devido à concorrência estrangeira, nomeadamente espanhola?

Por outro lado, os dados oficiais constantes do mesmo quadro também confirmam uma outra realidade preocupante, que é sistematicamente ocultada na propaganda do governo.

E essa realidade é a seguinte: o número de trabalhadores por conta própria sem empregados, que inclui muitos dos que são obrigados a viver de biscates, por não encontrarem trabalho, assim como os que são obrigados a trabalhar no sistema do «recibo verde», continua a aumentar a um elevado ritmo (mais 38.300 em apenas um ano), por um lado; e, por outro lado, o número de trabalhadores por conta de outrem com contrato permanente não tem parado de dimi-

QUADRO 2

Repartição do emprego por horas semanais de trabalho

RUBRICAS	1 a 5 Horas	6 a 15 Horas	16 a 25 Horas	TOTAL
1º Trimestre/96	13.300	105.800	225.800	374.900
1º Trimestre/97	15.600	131.000	267.000	413.600
AUMENTO	2.300	25.200	11.200	38.700

Fonte: Estatísticas do Emprego - 1º Trimestre de 1997 - INE

nuir (menos 14.800, num único ano de governo PS).

Portanto, é evidente o aumento rápido da instabilidade e da precariedade para quem vive do trabalho, durante este ano de governo PS.

Empregos com remunerações insuficientes

É também cada vez maior o número de portugueses que são obrigados a aceitar empre-

gos de curta duração semanal, e naturalmente auferindo remunerações insuficientes, porque não conseguem encontrar outro tipo de trabalho.

As próprias estatísticas oficiais comprovam esse facto, como mostram os dados do quadro 2 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Interessa comparar outra vez o número total de empregos criados durante o último ano de governo PS (28.600) com o número de empregos criados, durante o mesmo período, com duração entre 1 e 5 horas por semana (+ 2.300); ou entre 6 e 15 horas semanais (+25.200); ou ainda entre 16 e 25 horas por semana (+ 11.200). E rapidamente conclui-se que o número total de empregos criados no último ano de governo PS - 28.600 - é praticamente igual ao número de empregos criados durante esse período com uma duração inferior a 15 horas por semanas (27.500).

Empregos de poucas horas, e com remunerações insuficientes: - eis o que se traduz na prática a famosa recuperação e criação de emprego de que fala a propaganda do governo e dos seus «boys» nacionais e estrangeiros.

É evidente também que deve ser dada reduzida credibilidade às recentes afirmações do presidente do IEFPP, já que elas se inserem na linha da propaganda oficial, de que existiriam registados nos ficheiros daquele organismo público cerca de 70 a 80.000 falsos desempregados, que, segundo ele, estariam inscritos para não terem de pagar as taxas moderadoras quando vão ao médico. É a anacrónica tese de que os culpados do desemprego ou dos seus elevados valores são os trabalhadores porque ou não querem trabalhar ou se inscrevem indevidamente no IEFPP. Já não se fala, porque isso não interessa à propaganda oficial, dos milhares de desempregados que não se inscrevem no IEFPP porque não sentem qualquer utilidade nisso, ou dos milhares de jovens e de desempregados a participarem em acções de formação profissional ou em POC de curta duração, que são considerados com estando empregados e, conseqüentemente, eliminados imediatamente dos ficheiros do IEFPP.

É para perguntar: Será que o governo, utilizando o IEFPP, prepara mais uma vez uma grande operação de propaganda reduzindo administrativamente o número de desempregados registados? O futuro o dirá, mas é necessário estar atento.



■ Miguel Urbano Rodrigues

A ditadura constitucional de Fernando Henrique e o leilão da Vale

A aprovação pelo Congresso Brasileiro da emenda constitucional que permite a reeleição do Presidente da República, dos governadores estaduais e dos prefeitos (presidentes das Câmaras Municipais) ficará a assinalar pelo tempo afora uma data de viragem na história do grande país irmão.

Num contexto diferente, repetiu-se no Brasil a manobra que no Peru e na Argentina viabilizou a reeleição de Fujimori e de Menem.

No caso brasileiro, o descaramento foi maior. A pretexto de um almoço com o Presidente FHC, o Congresso foi invadido no próprio dia da votação da emenda por uma chusma de banqueiros e grandes empresários. Durante horas, os representantes do grande capital circularam livremente pelos corredores do Legislativo sem as limitações impostas pelo regulamento de segurança. Pressionaram como quisessem os parlamentares que se opunham à reeleição. Naquele dia, uma cascata de favores e promessas comprou a consciência de muitos deputados; a alguns foi cobrado o apoio financeiro que haviam recebido nas últimas eleições.

FHC conseguiu aquilo que nenhum dos generais durante duas décadas de ditadura militar ousara: pôs fim a uma tradição do direito constitucional brasileiro tida por intocável, o princípio da ineligibilidade consagrado pela Carta de 1891 e retomado por todas as constituições republicanas.

A emenda destruiu o equilíbrio de poderes existentes. Após a reeleição de Fernando Henrique – preparada por um lobby poderosíssimo –, o Brasil passará a ser uma ditadura constitucional de fachada democrática, dominada por uma associação espúria do Poder Executivo e do poder económico com a engrenagem mediática.

Na opinião do deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil o significado histórico da reeleição será a drástica redução da participação popular. A emenda escancarou as portas – afirmou na sua declaração de voto – «à reeleição generalizada de presidente, de governadores e prefeitos, com uma queda drástica na renovação das chefias de governos (estaduais) e na rotatividade de partidos e coligações partidárias nos cargos executivos. Entrelaçada em outras contra-reformas (...) a emenda representa a ponta de lança de uma ofensiva política conservadora que objectiva esvaziar o debate das alternativas nacionais, institucionalizar o desinteresse político de largos segmentos

da população e confiar as grandes decisões, novamente, a um círculo estreito de partidos conservadores e potentados regionais, para facilitar a aplicação do receituário desnacionalizado e antitrabalhista que vem sendo infligido ao país».

Aldo Rebelo não exagera.

Do amoralismo de FHC oferece prova o facto de, quando senador, ter votado a favor da redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. Então, considerava a excessiva a sua duração num regime presidencialista...

Obviamente, o presidente e o bloco de forças que apoiou e financiou a manobra tiveram de enfrentar uma forte resistência. O povo brasileiro tem consciência de que a reeleição é incompatível com os seus interesses.

O Movimento Nacional contra a Reeleição – uma frente com amplitude nacional – e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra promoveram em Brasília e diferentes Estados da União, sempre com a cooperação do Partido Comunista do Brasil, múltiplos actos de protesto contra o projecto continuista.

A palavra final cabia ao Congresso. E a maioria da Câmara e do Senado cederam às pressões (chantagem é talvez a palavra mais adequada) de FHC e do seu lobby empresarial.

O desfecho assinala uma grave derrota do povo brasileiro.

Um acto de traição

É significativo que, imediatamente após a primeira votação sobre a Emenda, o Governo tenha, finalmente, dado início ao processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A oferta em leilão dessa grande empresa configura o maior escândalo económico da história do Brasil.

A Vale, como lhe chama o povo, é o gigante da mineração planetária. Nenhuma outra empresa mineira do mundo – declarou o inglês Nicholas Hurd, director do Banco Fleming – tem o potencial da Vale.

A Companhia do Vale do Rio Doce é um enorme conglomerado de empresas que opera em nove Estados do Brasil. Actua nas áreas da mineração, pesquisa, siderurgia, metalurgia, fertilizantes, madeira, celulose. Tem uma rede ferroviária própria que transporta 64% da

carga movimentada no país pelos caminhos-de-ferro. É responsável por 40% do movimento dos portos brasileiros e a sua frota de 50 navios transporta 30 milhões de toneladas por ano.

É a maior produtora mundial de minério de ferro e possui imensas reservas de ouro, cobre, níquel, bauxite, estanho, zinco, titânio e manganês.

Argumenta FHC que a privatização se faz em benefício do povo; mas não apresentou um só argumento capaz de justificar a negociação em andamento.

A Vale do Rio Doce é uma empresa-modelo cuja exploração apresenta enormes saldos positivos. Somente no primeiro semestre de 1996 os lucros líquidos aumentaram 33,9% relativamente a igual período do ano anterior.

Que fez o Governo de FHC? Pôs em leilão por 10 mil milhões de dólares essa empresa mineira miraculosa que é património da nação e cujo valor é cinco vezes superior ao da licitação.

Estamos, repito, perante o maior escândalo económico da história brasileira, que carrega no ventre um enorme escândalo político.

Não é de estranhar que o calor do protesto contra a venda da Vale se generalize do Amazonas ao Rio Grande, de São Paulo ao Mato Grosso.

Enganou-se FHC e as forças do capital com ele acumpliciadas – por trás do Consórcio comprador estão gigantescas transnacionais – ao imaginar que as resistências à entrega da Vale seriam débeis. São fortíssimas. Paralelamente ao protesto popular nas ruas desenvolveu-se uma batalha na frente jurídica. O projecto da privatização foi impugnado por inconstitucional por numerosas organizações e houve juízes dignos que consideraram procedentes as acções instauradas contra o Governo, forçando sucessivos adiamentos da alienação da Vale. A engrenagem do poder derrubou esses obstáculos com a ajuda de magistrados menos comprometidos com a defesa da Constituição e mais sensíveis aos apelos do Presidente.

Poucos dias antes de morrer, da cadeira de rodas em que agonizava, Darcy Ribeiro – uma das expressões mais altas da *intelligentsia* brasileira – compareceu na Associação Brasileira de Imprensa para ali, numa sessão de protesto contra a privatização, definir o leilão da Vale do Rio Doce como acto de **traição nacional**.

Encontrou as palavras adequadas. O governo neoliberal de FHC está a destruir parcelas fundamentais do património material, constitucional e ético do povo brasileiro.

Mas a batalha pela Vale, coincidindo com a marcha sobre Brasília dos Sem Terra, veio confirmar que a resistência à estratégia neoliberal de FHC cresce semana a semana. Milhões de brasileiros estão a participar com firmeza e convicção em lutas de novo tipo acompanhadas com atenção pelos povos de toda a América Latina.

Um auxiliar de leitura...

■ Jorge Messias

O governo da Igreja ⑥

Convém que se faça um breve comentário antes de prosseguirmos na apresentação dos diversos ministérios que constituem o governo do Vaticano e da igreja institucional. Trata-se de referir, de passagem, que é prática comum, na Cúria Romana, que os mesmos cardeais circulem, regularmente, pela direcção de um mesmo grupo de dicastérios.

Assim, quando um certo purpurado é designado para a condução de uma dessas congregações, permanece no lugar durante algum tempo, passa, depois, para a condução de uma dessas congregações, permanece no lugar durante algum tempo, passa, depois, para a condução de um dicastérios diferente, estagia nele o período considerado necessário e encerra o circuito quando regressa às funções iniciais. Esta prática permite, a cada figura de proa da hierarquia, aprofundar raízes no aparelho eclesiástico da governação, criar grupos de pressão solidários em diferentes dicastérios e reforçar uma mentalidade de obediência comum às directrizes gerais do poder central, ou seja, do papa.

Existe, até mesmo aqui, um paralelo evi-

dente em relação à forma como se apoia, através de «lobbies» poderosos, a estruturação política dos sistemas neoliberais.

7.

A Congregação para a Evangelização dos Povos

É herdeira da anterior Congregação para a Propaganda da Fé. Congregação riquíssima e com ramificações em todo o mundo, este dicastério dirige directamente o conjunto da obra católica missionária. Nestes termos, controla, segundo dados oficialmente divulgados, 59 institutos religiosos, 87 grandes seminários e outros 387 de menores proporções, o Colégio e a Universidade Urbano, da cidade de Roma, etc. Dirige a congregação o **cardeal eslovaco ultraconservador Josef Tomko**, reconhecido e intransigente opositor a quaisquer veleidades «modernistas». Tomko transitou de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé para o lugar que presentemente desempenha nesta congregação. É homem forte do cardeal Ratzinger com o qual intimamente colaborou. As relações preferenciais que se conhecem entre um certo número de estruturas governativas do Vaticano (Congregações para a Doutrina da Fé, para a Evange-

lização dos Povos, para as Igrejas Orientais; ou Comissões Pontifícias, da América Latina, da Ecclesia Dei, da Comunicação Social, da Unidade dos Cristãos e muitas outras mais) permitem adivinhar a existência – mais do que reconhecê-las com segurança – de verdadeira superestruturas ministeriais orientadas para a consolidação e expansão do poder da Igreja institucional. Nesse sentido, cardeais como Ratzinger ou Lustiger, a «creatura do papa», revelam-se como poderosos superministros.

No escorregadio plano das alianças eclesiásticas, a orientação impressa pelo cardeal Tomko à sua congregação vai no sentido do estreitamento dos laços com a «corte real polaca» (Dziwiz, Deskur, Glomp, Navarro-Valls, Siri, Ruini, além de outros vultos conservadores já citados) e do poderoso «Movimento Neocatácumenal» liderado pelo cardeal de S. Domingos, D. Lopez-Ruiz. Os neocatácumenais representam um grupo de pressão cuja força não cessa de crescer no Vaticano, girando na órbita da Opus Dei. De entre as suas componentes mais destacadas poderiam citar-se movimentos religiosos como os Focolari, os Legionários de Cristo, o Movimento Comunhão e Libertação, o Renascimento Carismático, os Cruzados de Fátima, o Exército Azul e vários outros grupos católicos ultraconservadores que se reclamam autónomos. Nomes que, aliás, são bem conhecidos em Portugal.

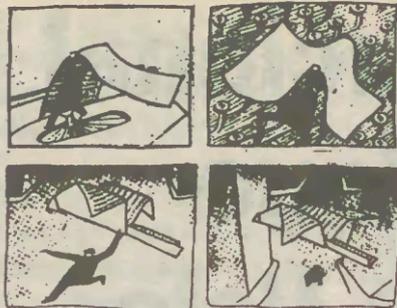
8.

A Congregação da Causa dos Santos

O dicastério compreende a área executiva onde se organizam os processos canónicos que conduzem às beatificações e canonizações da Igreja.

Nesta congregação passa-se um facto insólito. Com efeito, até 1995, o dicastério foi dirigido pelo **cardeal italiano Angelo Felici**, conservador. Depois, este sacerdote foi deslocado para a direcção da comissão pontifícia «Ecclesia Dei» sem que, aparentemente, fosse substituído na Congregação da Causa dos Santos. Esta, entretanto, continuou em actividade, sob a direcção do arcebispo norte-americano de segunda linha, Edward Nowak.

O dicastério para a Causa dos Santos tem revelado, sobretudo no decorrer do magistério de João Paulo II, constituir um centro político da maior importância para as massas católicas, visto que sistematicamente eleva ao altar religiosos ligados às classes dominantes, membros destacados das mais integristas ordens religiosas ou homens e mulheres que, ao lado das oligarquias, sofreram e morreram no decurso da História. Poderiam recordar-se, neste sentido, os casos recentes da beatificação de Escrivá de Balaguer ou de um cigano espanhol morto pelos «vermelhos» durante a Guerra Civil.



InterMEDIações

■ Fernando Correia

Uma classe jovem

Nos últimos anos têm-se produzido alterações profundas na composição social do grupo profissional dos jornalistas portugueses, cujas incidências (em convergência com outros factores) nos conteúdos e nas formas da informação não têm sido devidamente valorizadas.

Repare-se – e para citar apenas dois exemplos – que dos cerca de cinco mil jornalistas actualmente recensados, cerca de três quartos entraram na profissão só na última década; e que apenas umas poucas dezenas daquele total exerceram a profissão antes do 25 de Abril e conheceram directamente o que foi a censura e a falta da liberdade de expressão (e das outras).

Num caso como o do jornalismo, em que o factor subjectivo (ou seja, a formação, a visão e a opinião próprias do cidadão-jornalista) acaba por ter sempre um peso significativo nas opções da prática profissional, estes elementos de natureza sociológica revestem-se de uma importância que, creio, não pode ser subvalorizada. Nomeadamente quando estão em causa temas políticos, económicos e sociais, num país ainda profundamente marcado, incluindo em muitos dos principais protagonistas da vida pública, pelos acontecimentos anteriores e imediatamente posteriores à Revolução de Abril.

Um recente diário aparecido (e desaparecido) nas bancas, o *Manhã Popular*, simboliza bem esta característica: em 1974, o director do matutino tinha dez anos, o director-adjunto doze anos, os editores da «sociedade» e dos «espectáculos» dez anos e a editora do «desporto» seis anos.

Não se trata aqui, naturalmente, de lamentar a juventude dos nossos jornalistas, mas, sim, de chamar a atenção para aspectos cuja consideração me parece indispensável, por um lado, para uma melhor compreensão dos mecanismos de produção da informação e, por outro lado, para a construção dos caminhos da sua necessária alteração.

Ainda duas notas. Primeira: deve dizer-se que esta questão – a juvenalização da classe e as suas consequências – só ganha sentido se inserida num contexto mais vasto, em ligação com outros factores como, por exemplo, a forma como a história recente de Portugal é abordada (com notáveis excepções) nas escolas; nos excessos, quer tecnicistas quer abstractizantes, do ensino do jornalismo, ou então na dissolução deste no ensino genérico da «comunicação» (misturando o jornalismo com a publicidade, o marketing e as relações públicas); nas pressões a que os jovens (em grande parte ligados à empresa apenas por um vínculo precário...) estão sujeitos nas redacções – a pressão da *cache*

a todo o custo, a pressão do sensacional e do diferente, a pressão da conquista das audiências, etc.

Segunda nota: a consideração destes factores não pode levar à desculpabilização daqueles profissionais – jovens ou menos jovens... – que activa e criativamente participam, não por pressão de constrangimentos externos mas por manifesto empenho pessoal, na fabricação de uma «informação», por exemplo, no campo do social, exclusivamente subordinada aos critérios do sensacionalismo e do espectacular, ou, no campo do político, ostensivamente tendenciosa, sectária e discriminatória. Ao serviço, naturalmente, de quem manda e paga.

O interesse público

Têm sido conhecidas, nos últimos tempos, diversas actuações contrárias às normas deontológicas dos jornalistas (por vezes protagonistas por alguns que o não são, mas fazem o mesmo papel). E, em certos casos, não sei se são mais dignos de preocupação os comportamentos em si mesmos, se a naturalidade e complacência com que são encarados.

Passou quase despercebido o facto de um novo semanário, *mesmo ainda antes de ser posto à venda*, ter sido processado. Bastou o número zero do *Só visto* e uma reportagem nele incluída para suscitar acusações de «incursão ilícita na vida privada» e de «ilícita e abusiva violação da vida privada».

Foram igualmente tímidas as referências críticas ao facto de a SIC, recorrendo ao estratagem da falsa identidade e de uma câmara oculta, ter obtido e transmitido uma entrevista com um médico desportivo alegadamente envolvido na venda de substâncias dopantes.

No que se refere a este caso, houve mesmo quem entendesse que a atitude merecia absolvição na medida em que estavam em causa «razões de incontestável interesse público» – única circunstância em que o Código Deontológico admite o não cumprimento de uma das suas determinações: a obrigatoriedade de o jornalista utilizar «meios leais» para obter informações, nomeadamente adoptando como regra a «identificação como jornalista».

A questão é antiga, e a ela teremos que voltar: quem define o «interesse público»? Numa sociedade como a nossa, em que (nos *media* e noutras coisas) uns podem e mandam mais e outros podem e mandam menos, quem poderá beneficiar da indeterminação do conceito? Quais as consequências de, particularmente em certas matérias, se aceitarem precedentes? Hoje o *doping* no desporto – amanhã o quê? Segundo os interesses de quem?

■ Carlos Brito

Há 40 anos

A fuga do

«Fuga audaciosa do Aljube», assim titulava o «Avante!», da primeira quinzena de Junho de 1957, a notícia da evasão de três comunistas daquela cadeia de Lisboa, consumada uns dias antes, na madrugada de 25 para 26 de Maio. Apesar de realmente audaciosa, como adiante se verá, esta é, talvez, no notável historial das fugas dos comunistas portugueses, uma das menos conhecidas nos seus pormenores.

A espectacularidade, a margem de risco e a rigorosa preparação colectiva que rodearam esta fuga, além do indispensável apoio partidário, bem merecem ser divulgados, agora que se fazem 40 anos sobre a sua realização.

É o que, como único sobrevivente dos três evadidos de então, me proponho fazer na breve memória que se segue.

Nos princípios de 1957, a PIDE concentrou um grande número de presos políticos na cadeia do Aljube de Lisboa, o que não era habitual, visto ser a cadeia usada sobretudo para manter os presos no período mais intenso de interrogatórios e torturas.

A cadeia do Forte de Caxias, que funcionava como depósito de presos, tinha, entretanto, entrado em obras, mas a repressão e a prisão de opositores à ditadura, especialmente de comunistas, não tinha parado.

Vivia-se um momento importante da resistência antifascista.

Os finais de 56 tinham sido marcados por lutas estudantis de uma certa envergadura, que culminaram, já em Janeiro de 1957, com uma manifestação em S. Bento, em frente da chamada Assembleia Nacional, de cerca de 3 mil estudantes, em protesto contra o decreto 40.900, que ameaçava de liquidação as Associações de Estudantes.

Desenvolvia-se em numerosas empresas industriais, por todo o País, um surto de lutas operárias por aumento de salários e no Alentejo os assalariados agrícolas lutavam contra o desemprego e a fome.

Os comunistas impulsionavam estas lutas, ao mesmo tempo que preparavam o V Congresso do PCP, que veio a realizar-se em Setembro.

No plano legal e semilegal havia também uma certa dinamização da acção democrática que conduziu à realização do I Congresso Republicano de Aveiro, em Outubro desse ano, e à intervenção de listas da oposição democrática na farsa eleitoral fascista para a chamada Assembleia Nacional, efectuada no mesmo mês.

A anormal população do Aljube, decorrente da repressão destas actividades, deu força aos presos para iniciarem um processo de luta por melhores condições prisionais, em relação ao regime de visitas, à alimentação, à higiene e outras.

A PIDE tentou conter este movimento com a sua tática habitual de «isolar os cabecilhas» e assim transferiu das diferentes salas para o último da andar da cadeia – uma enfermaria desactivada – os presos considerados mais perigosos. Éramos oito no início, depois ficámos dez, quase todos funcionários do PCP e três membros do Comité Central – Francisco Miguel, Blanqui Teixeira e Américo de Sousa –, todos eles grandes obreiros da fuga.

Os preparativos

Mal assentámos arraiais nas novas instalações, começámos a avaliar as possibilidades de fuga. Ao cabo de uma semana, não mais, de



cogitações individuais e reflexões colectivas, a resposta foi afirmativa: havia condições de fuga.

Pretendíamos explorar a circunstância de nos encontrarmos num andar recuado e de um pouco abaixo das janelas gradeadas correr um estreito algeroz que, concebido para a remoção das águas, nos podia conduzir à liberdade.

Seria sempre um plano arrojado, pela altura, correspondente a um quinto andar, e o desamparo do percurso.

Colocava-se, entretanto, um grande número de interrogações: - Qual a consistência do algeroz? Onde ia dar? A que distância ficava do prédio vizinho? Como passar dos telhados para a rua?

Também pressupunha grandes dificuldades: para aceder ao algeroz era preciso serrar as grades de uma das janelas. Mais interrogações: Onde arranjar a serra? Como fazê-la entrar na cadeia?

Ainda outras: Qual o comportamento dos guardas durante a noite? E, especialmente, como faziam a vigilância das grades?

Só reunindo respostas para todas estas interrogações se podia pensar em elaborar um plano de fuga minimamente consistente.

Então o colectivo decidiu: toda a prioridade à fuga. E a partir daí a vida da sala ficou subordinada a este objectivo fundamental.

Fez-se chegar ao Partido, por meios ultraclandestinos, naturalmente, o nossos propósitos e as nossas necessidades. Tomaram-se variadas medidas para a recolha de informações.

Montámos a nossa própria vigilância à actividade nocturna da prisão. Durante toda a noite ficavam dois presos acordados, em turnos de duas horas, que registavam tudo o que viam e ouviam, especialmente o comportamento dos guardas de serviço à sala.

Para grande alegria nossa, registámos que, tal como durante o dia, as rondas nocturnas faziam uma observação muito superficial às grades, limitando-se a examiná-las com um foco de lanterna.

Um belo dia, chegou-nos a resposta do Partido aprovando a fuga e prometendo os apoios pedidos. Pouco depois chegou-nos a serra dissimulada na prenda de anos para um de nós.

Podíamos iniciar a tarefa decisiva de serrar as grades. Quando passámos à prática, embora contássemos com camaradas experientes na matéria, como o Francisco Miguel, logo se verificou que esta fase iria arrastar-se por muito tempo.

O grande problema era aquele ruído inconfundível: um guincho penetrante que se ouvia longe e repercutia pelas paredes.

Só nos momentos em que se sabia que o guarda de serviço estava ocupado com outras

Aljube de 1957



Vista actual da Rua Augusto Rosa com a fachada da Sé e ao fundo à esquerda o edifício onde foi a cadeia do Aljube

preocupações é que se podia trabalhar com relativa segurança. As sessões de corte eram, por isso, bastante curtas. E era preciso serrar quatro grades relativamente grossas, em cruz, para se poder passar.

Em compensação, o disfarce da zona cortada, feito com miolo de pão pintado com aguarela da cor das grades, resultava em cheio. Os guardas miravam, miravam e parecia-lhes tudo bem.

O plano

Chegou-nos uma outra boa notícia: estava devoluto o último andar de um prédio vizinho, não o encostado à cadeia, mas o que se lhe segue naquela ala da Rua Augusto Rosa, exactamente o edifício onde viveu o actor e que está assinalado por uma lápide. Era uma informação da maior importância, pois podia resolver o problema de passar dos telhados para um andar que nos dava acesso à rua.

Nesta altura já tínhamos amadurecido o plano da fuga que compreendia as seguintes fases: primeira, passar a grade para o algeroz; segunda, caminhar no algeroz uns dez metros; terceira, descer por corda, a pulso, uma altura de seis metros, entre o algeroz e o telhado do primeiro prédio; quarta, atravessar o telhado do primeiro prédio e passar ao telhado do segundo prédio; quinta, tentar passar do telhado do segundo prédio para o andar devoluto e daqui procurar saída para a rua.

Era preciso fazer cordas para vencer os diferentes desníveis, os que conhecíamos e outros que podiam surgir. Os lençóis e os cobertores ofereceram bastante matéria-prima.

Houve finalmente que decidir sobre quem fugia. Não podíamos ir todos e a natureza da fuga exigia certas aptidões físicas. Levaram-se em consideração as características acrobáticas do plano (completamente desaconselhado para quem, por exemplo, sofresse de vertigens), a situação jurídica (possibilidade de libertação, a mais ou menos curto prazo) e a situação pessoal de cada um.

Ponderadas todas estas razões, foram seleccionados: o Américo Sousa, na altura destacado membro do CC, que faleceu em Março de 1993; eu próprio, que era funcionário do Partido e tinha então 24 anos; e Rolando Verdial, que chegou a ter tarefas de responsabilidade no Partido, mas que traiu na polícia e passou a colaborar com esta, ao ser preso, anos mais tarde, e que, ao que consta, morreu antes do 25 de Abril.

O dia da fuga foi marcado em função do guarda de serviço, o que se mostrou menos relevante do que julgávamos, pois tinha havido uma mudança na escala que não teve consequências.

A fuga

Antes de iniciarmos a partida, depois da ronda das duas da madrugada, ainda havia algumas tarefas de grande melindre, como o último puxão para arrancar a cruz cortada nas grades. Tinha sido totalmente serrada em três hastes, ficando a quarta com uma espessura residual suficiente para manter no sítio a peça toda.

Feito isto, começámos. O primeiro sair foi o Américo. Eu estava especialmente ansioso. Depois chegou a minha vez. Deitei-me de costas na mesa que tínhamos encostado à janela, para facilitar a saída. Fiquei então absolutamente calmo e totalmente concentrado em cada gesto. Passei os braços e depois a cabeça pelo espaço aberto nas grades. Trepeei por estas até ficar totalmente de fora. Desci para o algeroz, reparei de relance na respeitável altura a que me encontrava e lá em baixo, ao fundo, no guarda da GNR. Caminhei de lado, inclinado para a frente e apoiado na parede, que era recoberta de telhas como nas águas-furtadas. Fui juntar-me ao Américo e ajudá-lo a amarrar a corda de lençóis numa janela que havia mais à frente, numa sala que nos servia de refeitório. Feita esta operação, continuámos, no mesmo jeito de caminhar, até à extremidade do algeroz



Na foto de cima, pormenor do fim do algeroz de onde foi lançada a corda para a descida a pulso para o telhado vizinho

À esquerda, a fachada da cadeia do Aljube, vendo-se ao cima o andar recuado de onde se fez a fuga e, em baixo, a porta (a mais alta) que deu acesso à rua

rados à cintura e também de compor o cabelo. Depois descemos as escadas como quaisquer cidadãos regressados de uma paródia nocturna. Chegámos à porta da rua que estava a uma distância de cinquenta metros da sentinela da Guarda Republicana de serviço à entrada do Aljube. O guarda fazia um pequeno passeio, para lá e para cá da porta da prisão.

Aproveitámos o trajecto em que ia de costas para nos esgueirarmos até à esquina que era próxima, onde está hoje a Tasca da Sé. Depois caminhámos rápido. Seguimos uma rua onde devia estar um carro à nossa espera. Mas não estava. Foi o maior contratempo de todo o plano.

Para grandes males grandes remédios: fizemos um galope até ao Largo da Graça onde apanhámos um táxi. Em breve estávamos a salvo.

* * *

Muitos anos depois, numa das primeiras festas do «Avante!», um jovem dirigiu-se-me para me falar desta fuga. Ele morava, na altura, ainda criança, no último andar do prédio encostado ao Aljube, onde nós aterrámos quando descemos do algeroz. Acordei com o barulho e gritou para o pai que eram ladrões. «Quais ladrões?! São gatos, dorme rapaz!» Quando foi dado o alarme na prisão e a PIDE e a PSP apareceram em força, o pai explicou-lhe que tinha sido uma fuga de presos políticos, pessoas honestas que queriam o bem dos meninos como ele.

Assim se faziam as vitórias da luta antifascista.



Fac-Símile do «Avante!» da 1ª quinzena de Junho de 1957

para uma varanda e sabíamos que nesta alguém tinha deixado uma janela aberta para nos dar passagem. Tinha sido a camarada Deolinda Franco, que visitara a casa na véspera, como se a quisesse alugar, e que, além disso, desempenhou um importante papel em todo apoio exterior à fuga. Saltámos para a varanda com alguma dificuldade e algum ruído que ecoou pelas muralhas marmóreas da Sé.

A janela estava realmente aberta, entrámos na casa, fomos à porta da escada, puxámos os trincos, podíamos sair. Foi, então, o momento de calçarmos os sapatos e vestir os casacos que trazíamos amar-

PONTOS CARDEAIS

Não aumenta?!...

Como não podia deixar de ser, os preços da gasolina e dos combustíveis começaram de novo a ser «falados», talvez porque já passou uma carrada de tempo - coisa para seis meses, imagine-se! - desde os últimos aumentos. Mas desta vez houve um toque de imaginação: apresentaram a coisa, não como um novo agravamento dos preços que aí vem, mas como «boato» de desacordo entre ministros que aí está. Pressurosa, a comunicação social apressou-se a dar guita à «notícia» (que ninguém sabe de onde veio), informando que haveria grave contencioso entre o ministro das Finanças, que queria um novo aumento dos combustíveis para já, e o ministro da Economia, que se oporia galhardamente a tal desaforo. Pelo meio, fizeram saber que as Finanças querem o aumento para «reequilibrar» a quebra nas receitas do Estado, pátati pátátá.

Cumprida a missão de preparar o Zé Povinho para novos aumentos (que, portanto, não hão-de tardar), seguiram-se os desmentidos na primeira pessoa, com ambos os ministros a garantir que não senhor, ora essa! as relações entre ambos continuam a ser as melhores!

Até acreditamos que sim. E, neste caso, quem fica a fazer papel de palhaço é o povo português no seu conjunto, a quem o Governo já manipula com números de circo.

Gorduras

Cientistas não sei de onde descobriram que a gordura, nos humanos, é uma questão genética, explicando que a coisa é hereditária e não há nada a fazer: quem nasceu com a marcazinha no código genético, bem pode pedalar em seco, desfazer-se em suor nas saunas, destrambelhar-se em mil dietas ou ir a Fátima a pé à espera de um milagre, que o

resultado há-de bater-lhe à porta com a sentença marcada - uma data de quilos de gordura a sobrecarregar-lhe o lombo, como oferta de uma linhagem de antepassados logicamente anafados e de peso.

O que ainda nos abre alguma esperança é o facto de continuar a verificar-se regularmente, no seio de famílias numerosas, uma ecléctica mistura de irmãos gordos e magros, o que só faz suspeitar que o tal genes da gordura ou é errático ou muito distraído.

O subsidiador

A dimensão de Alberto João Jardim está (também) apurada até à exaustão pela sua presença constante nas regiões de *fait divers* - ou abertamente vocacionadas para o anedotário - da generalidade dos órgãos de informação nacionais. Esta secção, ela própria, não

escapa ao império da figura, tão recorrentes são os seus multifacetados desvarios. O desta semana continua a ter o futebol madeirense como tema. Voltando com a palavra atrás com o descaramento igual à arrogância com que a lançara para a frente, Alberto João Jardim veio agora admitir que, afinal, os clubes de futebol madeirense sempre poderão receber subsídios do Governo Regional - isto apesar de há poucas semanas proclamar aos quatro ventos que não receberiam um tostão. E, para disfarçar a incoerência, afirmou que o executivo «não volta com a palavra atrás», mas a Assembleia Regional poderá fazê-lo. Convertido assim de repente ao respeito pelo órgão legislativo regional, Jardim explicou: «O único superior hierárquico que o Governo da Madeira tem é a Assembleia Regional. São

os meus patrões. Repare, o ministro da República não é autoridade sobre o Governo Regional. Nem sequer o Presidente da República!». Todavia, apesar de tão repentino respeito pela Assembleia Regional - os seus «patrões», como afirmou -, Jardim não se coibiu em afirmar, logo de seguida, que «a Assembleia não determinará voltar tudo à mesma, isso eu garanto!». É com um exemplar destes a chefiar um Governo Regional que o Partido Socialista de António Guterres se prepara para ceder às pressões do PSD e enfraquecer a autoridade do Estado nas Regiões Autónomas, a pretexto do alargamento da autonomia...

O pequeno e médio

Também com lugar cativo nos órgãos de Comunicação Social, o líder do Partido Popular, Manuel Monteiro, tem contudo um tratamento diferenciado do concedido a

Alberto João Jardim: enquanto este vê as superficialidades que profere tratadas como tal, Monteiro vê as banalidades que profere tratadas como coisas sérias.

Sempre concentrado na tarefa de provar que existe, Manuel Monteiro resolveu esta semana «auscultar» os problemas das pequenas e médias empresas. Lá o vimos com meia dúzia - se tanto - de acompanhantes a deambular, solitário, por instalações anónimas e virando-se para as câmaras de televisão com a gula de um estreante em palco para produzir afirmações do género: «Quero dizer ao País...», «Vou propor aos portugueses...», «Desafio o engenheiro Guterres...» e por aí fora.

Dizem os fundamentalistas da comunicação que o que não aparece na televisão não existe. No caso de Monteiro até é verdade, mas ao contrário: o homem só existe politicamente porque passa a vida na televisão. É um produto do audiovisual.

PONTOS NATURAIS

Mário Carrião

Gente de ao pé de mim



Rosário

Rosário, operária têxtil. Começou a trabalhar naquela fábrica não tinha ainda os treze anos feitos. Hoje, trinta anos depois, a fábrica fechou.

A Rosário e as companheiras querem saber porquê. Não arredam diante do portão. Querem saber porquê. Ao menos isso.

Vai ser difícil, porque o empresário viajou com os filhos e os netos para Cancun.

Um pouco longe, convenhamos, para a Rosário e suas camaradas.

Joaquim

Joaquim, mineiro de Aljustrel, com os seus camaradas no desfile em Lisboa. Leva um cartaz que diz: «A Mina é viável».

Tem nas suas entranhas a saudade das entranhas da terra. A saudade sem fim.

A Mina é viável diz o cartaz do Joaquim.

Augusto

Augusto é agricultor do Oeste filiado na CNA. As maçãs produzidas na zona

vão-se perder. Cem toneladas já foram levadas para a lixeira (diz ele) enquanto os subsídios vão para os grandes senhores que nem sabem o que é pisar a terra.

A CNA não é parceiro social. Vive com os pés na terra e o ministro não gosta que lhe sujem a alcatifa.

Ana e António

A Ana e o António trabalhavam na mesma empresa. Agora foram ambos despedidos. Lá em casa, o silêncio sentou-se em todas as cadeiras em volta da mesa vazia.

«Neo-realismo!» dirão os estetas para quem ser despedido é o preço do progresso.

Os estetas, esses, nunca serão despedidos.

Ou julgam isso, ou julgam isso.

Marta e João

Marta leva o João à escola. Faz um rodeio para lá chegar porque à esquina da outra rua há uma loja de brinquedos e uma livraria.

Marta não sabe que o João deitado, enquanto espera pelo sono, dá um passeio até lá abaixo à esquina da outra rua.

O João sabe que Marta faz serão para lhe comprar uns sapatos

[de Inverno.]

AGENDA

3ª Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos

Sábado, 28, a partir das 15h
na Junta de Freguesia de Matosinhos

com a participação de Emídio Ribeiro,
da CP do CC e responsável pela DORP

Reunião em LISBOA de naturais do distrito de BRAGANÇA

CT Vitória - dia 27 às 21h30,
com a participação de
José Brinquete e Vítor Martins
No final: convívio
com petiscos do Nordeste Transmontano

Dia 2 às 18h, no Espaço
Cultural Vitória - Lisboa
Sessão pública de apresentação do
CADERNO VERMELHO Nº 4
Intervenções de Manuel Gusmão,
director do Caderno Vermelho,
e de Rui Pereira, designer de
Comunicação
Música de câmara (Tellemann e Bach)
por solistas da Sinfonia B

X Feira de Velharias
de Viana do Castelo
promovida pela DORVIC:
de 28 de Junho a 6 de Julho
no ex-pavilhão da Portucel, junto ao
Rio Lima

FARO

Solidariedade com o Movimento dos Sem-
Terra no Brasil - Dia 27 às 21h30, no CT de
Faro, debate com a participação dos
camaradas Carlos Amaro, engenheiro
agrônomo, e José Soeiro. No mesmo local
continua patente a exposição de fotografias
de Sebastião Salgado sobre o tema.

LISBOA

Sector de Empresas de Lisboa - Plenário de
militantes no CT da Av. Duque de Loulé, com
a participação de Jorge Cordeiro: dia 27 às
19 e 15 h.

Zona Norte de Lisboa - Plenário de
militantes e simpatizantes da Quinta da
Calçada sobre as eleições autárquicas: dia 27
às 21h, em casa da cam. Lucinda Carvalho.

Encontro de forças
progressistas e de esquerda
da Europa em MADRID

DIA 6
DE JULHO

Excursão
de autocarro
com partida dia
5 às 7h30
do CT Vitória /
Lisboa
e regresso na
noite de 6
(Informações:
cam. Isaura
Moreira, CT
Vitória, tel.
3562715)

A Exposição

A FESTA
DO AVANTE!

e uma Banca
especial com materiais
alusivos estão à tua
espera no

Audatório do CT
do PCP do SEIXAL
De 21 a 30 de Junho
/Festas Populares
de S. Pedro

De 2ª a 6ª das 21h
às 23h30. Sáb. e dom.
também das 15 às 18h

ABRANTES

Apresentação dos candidatos da CDU à freguesia
de Mouriscas: dia 29 às 13h, na Esc. C+S de
Mouriscas, com a presença de Francisco
Domingos, candidato à presidência da CM de
Abrantes.

BRAGA

Joane - Reunião de candidatos e simpatizantes da
freguesia: dia 27 às 21h, na Esc. Primária de
Montelhão.

Ribeirão - Reunião de candidatos e simpatizantes
da freguesia: dia 29 às 10h, na sede da Junta de
Freguesia.

LISBOA

Almoço de apresentação dos candidatos do PCP à freguesia da Ameixoeira:
dia 28, no CT do Lumiar.

LOURES

Jantar de apresentação da lista da CDU à Freguesia de Camarate, com a
presença de Demétrio Alves e Bernardino Soares: dia 27 às 20h, no "Águias
de Camarate".

Jantar de apresentação da lista da CDU à Freguesia de Pontinha, com a
presença de Demétrio Alves, Fátima Amaral e José Casanova: dia 26 às
20h30h, na Esc. Primária do Bairro Falcão.

Apresentação da lista da CDU à Freguesia de S. João da Talha, com a
presença de Dantas Ferreira e Paulo Piteira: dia 28 às 16h, nas Piscinas
Municipais de Vale Figueira.

Loures - Sessão com Reformados no Centro de Dia de Loures, com a
participação de Maria do Carmo Guilherme, actual presidente e candidata à
JF: dia 30 às 15h.

MAFRA

Sardinhada CDU, com a presença de José Casanova, em casa do cam. Piorro,
Praia dos Coxos/Ribamar

OEIRAS

Apresentação da 1ª candidata da CDU à freguesia de Linda-a-Velha: hoje, dia
26, às 18h, no Restaurante "Chinês Jardim", com a presença de Arnaldo
Pereira e da candidata, Adélia Goulart.

Apresentação do cabeça de lista da CDU à freguesia de Porto Salvo: dia 28 às
17h, na Soc. Instrução Musical de Porto Salvo, com a participação de Arnaldo
Pereira.

Almoço-festa de apresentação do cabeça de lista da CDU à freguesia de Paço
de Arcos: dia 29 às 12h, no Jardim de Paço de Arcos, com a participação de
Arnaldo Pereira e de José Casanova. Música com o Grupo Três de Abril.

OURIQUE

Apresentação de candidatos aos órgãos autárquicos do concelho, com a
presença de Luís Sá: dia 29 às 18h, no Fórum Municipal.

V. F. DE XIRA

Apresentação pública dos Candidatos Jovens aos órgãos autárquicos do
concelho: promovida pela Juventude CDU, dia 29, às 16h, no Bar Casa de
Pasto.

V. N. FAMILICÃO

Jantar de apresentação dos candidatos às freguesias de Oliv. Sta. Maria,
Castelões, Oliv. S. Mateus, Pedome: dia 28 às 20h, no Restaurante Duas
Helenas, com a presença de Manuel Barbosa da Silva e Carla Alexandra,
candidatos à CM e AM de Famicão.

V. N. GAIA

Almoço de apresentação dos cabeças de listas da CDU às autarquias do
concelho: dia 29 às 12h30, na Esc. Sec. Almeida Garrett (ex-Liceu de Gaia),
com a participação de Octávio Teixeira (Inscrições: CT de Gaia, tel. 3794345)

Nos próximos dias

Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU e com a JCP

O Secretário-geral do PCP participa como convidado, no decurso desta semana, em iniciativas da CDU em Lisboa, no distrito de Coimbra e na Azambuja.

Hoje mesmo, dia 26, estará presente no almoço que decorrerá a bordo do "Albacora", em viagem no Estuário do Tejo, com a participação de candidatos e eleitos nos municípios de toda a Área Metropolitana de Lisboa, membros da Junta Metropolitana e Assembleia Metropolitana e dirigentes do PCP e da CDU, sendo propósito primeiro da iniciativa a divulgação das propostas da Coligação para esta Região. O local de embarque é a doca de Alcântara, junto à Gare Marítima, com partida às 12h30 e regresso cerca das 15h

Sexta-feira, dia 27, à noite, Carlos Carvalhas estará no Jardim das Sereias, em Coimbra, onde decorre "A

Esquerda é uma Festa" - mais uma edição desta iniciativa de convívio e cultura promovida pela CDU, com um espectáculo musical diversificado, exposição e venda de livros, um bar onde é possível jantar ou cear, um espaço da Juventude CDU.

Cerca das 23h Carlos Carvalhas usará da palavra, assim como Jorge Alarcão e Jorge Gouveia Monteiro, candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Coimbra.

Entretanto, após uma breve passagem por Montemor-o-Velho - cerca das 18h30, no Largo da Câmara, onde se encontrará com candidatos e apoiantes da Coligação - o Secretário-geral do PCP participa num jantar-convívio da CDU na

CDU é obra!

Figueira da Foz (com início às 20h, no Restaurante Europa).

Carlos Carvalhas participa ainda, domingo, dia 29, na Azambuja, num almoço-convívio da CDU, durante o qual será feita a apresentação dos candidatos municipais e de freguesia do concelho. O almoço realiza-se a partir das 12h30 no Restaurante D. Dinis (Estrada Nacional, entre Azambuja e Cartaxo, frente à bifurcação para Aveiras de Cima).

Ainda no domingo, Carlos Carvalhas estará presente a partir das 15h, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, na reunião da Direcção Nacional da JCP que ali tem lugar, participando na Conferência de Imprensa que no final divulgará as conclusões da reunião.



Dia 27 às 20h, no Terraço do Vitória Arraial Popular

promovido pelo Sector de
Serviços da ORL do PCP

Dia 27 às 19h30, no Jardim de Queluz Arraial Popular

festejando a elevação de
Queluz a cidade
e a criação das freguesias
de Monte Abraão
e Massamá

Marchas populares Grupo Musical 3 de Abril Sardinhada

Sessão CDU às 21h30
com a participação de
Sergio Soares, Lino
Paulo, José Casanova

Dia 29 no Barreiro

(Quinta dos
Amassadores /
Sto. António da
Charneca
Pic-nic CDU

10 h - Desporto
12h30 - Almoço
15h - Intervenção
política
de Luís Sá
15h30 - Música
com Tony Costa

Dia 29 no Cacém (Jardim de Infância Popular, junto à JF de Aqualva- -Cacém)

Festa-convívio
da JUVENTUDE CDU
Música com 3 bandas
do concelho
Sardinhada e Churrasco

CDU / PAREDES em "Diálogos com o Futuro"

- para debate de problemas
locais
e de política autárquica no
concelho
- com a participação de
personalidades
de diferentes áreas políticas
ligadas ao concelho

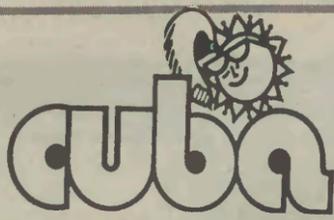
Dia 27 às 21h, na Academia de Música

EXPOSIÇÃO

VENDA de ARTES

PLÁSTICAS

no Vitória/Espaço Cultural
promovida pelo
Sector Intelectual
de Lisboa
até 26 de Junho



Associação de Amizade
Portugal-Cuba

As melhores viagens VERÃO 97

7 noites em Havana; 7 noites em Varadero
Visita à cidade de Havana - Excursão de um dia a Pinar del Rio
Visitas de natureza social
Para informações e reservas: Tel. / Fax 385 73 05

TELEVISÃO

Quinta, 26

RTP 1

08.00 Notas para Si
08.30 Mulher do Sr. Ministro
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Hércules e a Rainha
(de Bruno Vailati, It/1959, com Steve Reeves, Sylvia Koscina, Sylvia Lopez. Histórico)
15.30 Alondra
16.20 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 Seleção RTP
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Filhos do Vento
21.45 Concurso 1, 2, 3
23.55 24 Horas
00.55 Magazine
01.30 No Calor da Noite
02.25 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 86-60-86
17.05 Euronews
17.35 Infantil
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Aventuras do Séc. XX
20.00 Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.30 A Morte de um Apostador Chinês
(de John Cassavetes, EUA/1976, com Ben Gazzara, Timothy Agoglia, Carey, Seymour Cassel. Policial.)
00.20 Falatório

SIC

10.10 Buêréré
11.30 Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Jogar em Casa
14.20 Raven
15.10 Jogar em Casa
16.30 Buêréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.20 A Indomada
23.00 O Sargento de Ferro
(de Clint Eastwood, EUA/1986, com Clint Eastwood, Marsha Mason, Everett McGill, Moses Gunn. Drama)
01.00 Último Jornal
01.10 Escrita em Dia
02.30 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.35 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Esquadrão Classe A
19.05 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Perfeito Alibi
(de Kevin Meyer, EUA/1994, com Terri Garr, Hector Elizondo, Alex McArthur, Lydie Denier. Drama)
24.00 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
01.30 Futebol (Copa da América / Meias-finais)

Sexta, 27

RTP 1

08.00 Notas para Si
08.30 Mulher do Sr. Ministro
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 O Jho Clínico
14.25 Hércules
(de Pietro Francisci, It/1957, com Steve Reeves, Sylvia Koscina, Gianna Maria Canale. Histórico)
16.15 Alondra
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 Lelé e Zequinha
18.30 Isto Só Vídeo
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Lições do Tonecas
21.25 Filhos do Vento
22.20 Jogosa sem Fronteiras
00.10 24 Horas
01.10 Kickboxer 4: O Agressor
(de Albert Pyun, EUA/1993, com Sasha Mitchell, Kamal Krifja, Nicholas Guest. Artes Marciais)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Aventuras do Séc. XX
20.00 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.30 Noite de Estrela
(de John Cassavetes, EUA/1978, com Gena Rowlands, John Cassavetes, Ben Gazzara, Joan Blondel. Ver Destaque)
00.55 Falatório
01.50 Rumo ao Sul

SIC

10.10 Buêréré
11.30 Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Jogar em Casa
14.20 Walker
15.10 Jogar em Casa
16.30 Buêréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Malucos do Riso
21.20 A Indomada
22.20 Confissões
23.30 Os Donos da Bola
01.00 Último Jornal
01.25 Um Homem de Sorte
02.45 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.35 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Esquadrão Classe A
19.05 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 FX
23.00 VR5, Realidade Virtual
24.00 A Menina do Papá
(de Martin Klotz, EUA/1996, com William Katt, Michele Greene, Roxana Zal, Mimi Craven. Drama)
02.00 TVI Jornal

Sábado, 28

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.25 Companhia dos Animais
12.00 Fórmula 1 - GP de França
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Especial U2
15.25 Confissões de Adolescentes
16.00 Jornal Jovem
16.55 Alta Voltagem
17.25 2001
18.15 86-60-86
18.50 Super Bébés
19.25 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Meu Querido Avô
21.25 Há Horas Felizes
22.30 Desfile das Marchas
Populares de Lisboa
00.15 Segredos da Ecuridão
01.10 24 Horas
02.05 Onde É que Pára... a Noiva
(de Jonathan Senger, EUA/1990, com Betty White, Leslie Nielsen, Ed Begley. Telefilme)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.05 Gente Remota
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
18.50 Onda Curta
(Saint-Germain des Prés. Curta-metragem de Orson Welles, EUA/1955. Ver Destaque)
19.25 Dinheiro Vivo
19.55 Foyer - «Hollywood Love»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 A Missão
(de Roland Joffé, EUA/1986, com Robert De Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally, Aidan Quinn, Cheri Lunge. Ver Destaque)
02.05 Música Maestro - "Sinfonias de Beethoven / Bernstein" (Parte 1)

SIC

08.00 Buêréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Animais São Gente Gira
14.20 Hércules
15.30 A Sentinela
16.30 Walker
17.40 O Regresso do Rebelde
(de Buddy Van Horn, EUA/1980, com Clint Eastwood, Sondra Locke, William Smith. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.55 Salsa e Merengue
22.00 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
02.00 The Doors, O Mito de Uma Geração
(de Oliver Stone, EUA/1991, com Val Kilmer, Frank Whaley, Meg Ryan, Kyle MacLachlan. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
12.00 Novos Ventos
12.30 Notícias
12.50 Contas à Vida
13.25 Contra-Ataque
15.00 Ele e Ela
(de Robert Silberting, EUA/1989, com Donna Mills, Andrew Clarke, John Melton, Collette Mann. Telefilme)
16.55 Uma Família às Direitas
17.20 Lar, Louco Lar
17.50 Competente e Descarada
18.15 O 3º Calhau a Contar do Sol
18.45 Estrelas de Hollywood
19.25 Lanterna Mágica
20.00 Futebol: Barcelona-Bétis (Final da Taça do Rei)
22.00 Telejornal
22.30 Malcom X
(de Spike Lee, EUA/1992, com Denzel Washington, Angela Bassett)

Domingo, 29

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.45 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Fórmula 1 - GP de França
15.00 Made in Portugal
16.05 Confissões de Adolescentes
16.04 O Caminho das Estrelas
17.30 As Aventuras de Tarzan
18.30 Amores e Rebelião
19.25 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Informação (Compacto)
21.05 Casa de Artistas
22.20 Filhos do Vento
23.15 O Polvo VII
01.00 24 Horas
01.50 Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Desporto 2
12.10 Máquinas
12.40 Quilómetro Zero
13.30 Jornal d'África
14.00 Musical - "Tribute to Buddy Holly"
15.00 Desporto 2
18.10 Três Espelhos
(de Ladislav Vajda, Port./1947, com João Villaret, Paola Barbara, Rafael Duran, Carlen Dolores, Raul de Carvalho. Policial)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Robert Graves»
21.00 Terra Estranha
21.55 Horizontes da Memória
22.25 Teatro: "Os Gladiadores"
23.55 Vidas do Século: «Olof Palme»

SIC

08.30 Buêréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z Especial
15.00 Xena, a Princesa Guerreira
16.00 A Balada de Nova Iorque
17.00 Cidade Escaldante
18.10 Esquadrão Lunar
(de Boaz Davidzon, EUA/1994, com Michael Paré, Billy Drago. Acção / Ficção Científica)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Boxe: Holyfield-Mike Tyson
21.00 Mundo VIP
21.40 Salsa e Merengue
22.50 Robocop 3 - Fora da Lei
(de Fred Dekker, EUA/1993, com Robert Burke, Nancy Allen, Rip Torn, John Castle, Jill Hennessy. Acção / Ficção Científica)
00.50 Último Jornal
01.25 Boxe: Holyfield-Mike Tyson
02.25 João Soares

TVI

09.30 Animação
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 É Urgente Salvar o Planeta
15.30 A Lenda de Bruce Lee
(de Reymon Chow, Hong-Kong/1984, com Bruce Lee. Artes Marciais / Compilação)
17.35 Os Mistérios de Bill Cosby
18.40 Desafios
19.00 Futebol - Copa da América
20.50 Telejornal
22.00 Futebol - Final da Copa da América
23.55 Notícia Escaldante

O regresso de Bernstein com mais uma série das suas históricas gravações com a Filarmónica de Viena. Agora é a integral das sinfonias de Beethoven (noite de sábado - às 02h - RTP2)

Segunda, 30

RTP 1

08.30 A Mulher do Sr. Ministro
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Os Perigos de Paulina
(de Herbert Leonard e Joshua Shelley, EUA/1967, com Pat Boone, Terry Thomas, Pamela Austin. Comédia / Aventuras)
15.15 Alondra
16.10 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 Seleção RTP
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.50 Filhos do Vento
22.35 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.05 Perigo... Reacção em Cadeia
(de Mike Nichols, EUA/1983, com Meryl Sreep, Kurt Russell, Cher, Craig T. Nelson, Diana Scarwid. Ver Destaque.)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Aventuras do Séc. XX
17.30 Agente Secreto
18.20 Infantil
20.00 Metade do Mundo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 Chungking Express
(de Kar-Wai Wong, Hong-Kong/1996, com Takeshi Kaneshiro, Brigitte Lin, Tony Leung, Faye Huang. Ver Destaque)
00.40 Falatório

SIC

10.10 Buêréré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.30 A Lei de Land
15.30 No Caminho das Estrelas
16.30 Buêréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
21.45 Paródia Nacional
23.15 Esta Semana
01.05 Último Jornal
01.30 Transplante - Uma História do Coração
02.30 Primeiros Anos
03.50 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.35 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Esquadrão Classe A
19.10 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Um Homem sem Passado
23.45 PSI Factor
00.45 TVI Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.30 A Balada de Hill Street

Terça, 1

RTP 1

08.30 A Mulher do Sr. Ministro
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 As Neves de Kilimanjaro
(de Henry King, EUA/1952, com Gregory Peck, Susan Hayward, Ava Gardner, Hildegard Neff, Leo G. Carroll. Ver Destaque)
15.25 Alondra
16.15 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 Seleção RTP
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Isto Só Vídeo
21.35 Filhos do Vento
22.25 Herman Enciclopédia
23.30 Anúncios de Graça
00.10 24 Horas
01.20 Um Mundo de Sonhos
(de John N. Smith, Can./1987)

RTP 2

14.00 Ténis - Torneio de Wimbledon
15.00 Informação Gestual
17.00 Aventuras do Séc. XX
17.30 O Santo
18.20 Infantil
20.00 Metade do Mundo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 Chungking Express
(de Kar-Wai Wong, Hong-Kong/1996, com Takeshi Kaneshiro, Brigitte Lin, Tony Leung, Faye Huang. Ver Destaque)
00.40 Falatório

SIC

10.10 Buêréré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.30 A Lei de Land
15.30 No Caminho das Estrelas
16.30 Buêréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
21.45 Paródia Nacional
23.15 Esta Semana
01.05 Último Jornal
01.30 Transplante - Uma História do Coração
02.30 Primeiros Anos
03.50 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.35 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Esquadrão Classe A
19.10 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Um Homem sem Passado
23.45 PSI Factor
00.45 TVI Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.30 A Balada de Hill Street

Quarta, 2

RTP 1

08.00 Notas para Si
08.30 Mulher do Sr. Ministro
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 O Leão Africano
(documentário de James Algar, EUA/1955). Ver Destaque)
15.25 Alondra
16.15 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 Seleção RTP
19.00 País País
19.30 Vamos Jogar no Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Lelé e Zequinha
21.30 Filhos do Vento
22.20 Enviado Especial
23.20 Uma Loura que Vale Ouro
(de Russell Mulcahy, EUA/1993, com Kim Basinger, Val Kilmer, Terence Stamp. Policial.)
01.10 24 Horas
02.10 No Calor da Noite

RTP 2

14.00 Ténis - Torneio de Wimbledon
16.00 Informação Gestual
17.00 Aventuras do Séc. XX
18.20 Infantil
20.00 Metade do Mundo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 A Triade de Xangai
(de Zhang Yimou, China/1995, com Gong Li, Li Baotian, Li Suetian, Wang Xiao Xiao. Ver Destaque)
01.00 Vidas do Século - "Jackie"

SIC

10.10 Buêréré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.30 A Lei de Land
15.30 No Caminho das Estrelas
16.30 Buêréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
22.00 Cantigas da Rua
23.15 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.50 A Noite da Má-Língua
02.10 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.35 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Esquadrão Classe A
19.10 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Mr. Destiny
(de James Orr, EUA/1990, com James Belushi, Michael Caine, Linda Hamilton, Jon Lovitz. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
01.35 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



“Os Gladiadores” - uma peça “política” de Alfredo Cortês encenada por Artur Ramos, domingo à noite na RTP2

Especial U2: sábado à tarde na RTP1

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Noite de Estreia

(Sexta, 22.40, RTP2)

Meu dito, meu feito! Tal como aqui havíamos previsto na semana passada, comprovou-se mais uma vez (a propósito da programação deste ciclo dedicado a John Cassavetes) que a RTP permanece incapaz - em termos de organização interna, com automático reflexo nas informações que presta aos meios de comunicação social escrita - de prever com apenas 30 dias (!) de antecedência a ordem dos filmes que anuncia para o mês seguinte. Quanto a este derradeiro filme do ciclo, Cassavetes debruça-se, mais uma vez, sobre uma das suas recorrentes personagens «à beira do abismo», desta vez uma consagrada atriz (admiravelmente interpretada por Gena Rowlands), em fim de carreira e irremediavelmente tomada pela dependência do álcool, a qual fica desfeita pela morte de um fiel espectador-admirador na noite de estreia de uma nova peça. Ao lado de Rowlands, os louros dos outros papéis principais vão para Ben Gazzara, Joan Blondel e o próprio Cassavetes.

Saint-Germain des Près

(Sábado, 18.55, RTP2)

A RTP não nos diz se se trata do arranque de um qualquer ciclo de curtas-metragens, das várias realizadas nos anos 50 por Orson Welles, sobre temáticas e locais pertencentes a outras paragens e regiões culturais que não os EUA - e que, para além de nos mais pequenos pormenores serem tocados pelo génio do cineasta, não deixavam ao mesmo tempo de desvendar a sua irreprimível tendência, de certo modo cabotina, para se filmar a si próprio, como parte integrante do documentário. Mas, mesmo que esta transmissão constitua um mero acaso, chama-se a atenção para esta visão de Welles do mítico bairro de Paris, no que foi auxiliado por Art Buchwald - um célebre cronista do «New York Herald Tribune». O cineasta percorre, assim, diversos locais de culto da capital francesa e encontra-se com personalidades como Cocteau ou Gréco, ao mesmo tempo que ali experimenta os reflexos do Jazz que lhe chegavam da pátria. A não perder.

Malcolm X

(Sábado, 22.35, TVI)

Baseado na biografia do célebre líder negro - e tendo a sua estreia sido antecedida de uma das maiores polémicas jamais desenroladas no mundo do espectáculo - este filme de Spike Lee transformou-se, sem dúvida, numa das mais conseguidas biografias levadas ao cinema até aos nossos dias e foi realizado num tom épico que adequadamente corresponde ao retratado e contribui para a reposição do seu verdadeiro papel na luta pelos direitos cívicos do povo afro-americano. A interpretação de Denzel Washington, sem jamais tentar tirar partido dos efeitos de representação, é brilhante e de grande fôlego dramático e compõe com grande sentido do pormenor e naturalidade a personagem de Malcolm X até ao seu assassinato em 1965, tomando mais explícitas as várias fases da sua trágica e polémica trajetória cívica, política e religiosa, desde os primeiros tempos de jovem igual a tantos outros até à derradeira etapa do grande dirigente e orador nas ruas, nas igrejas, nas universidades.

A Missão

(Sábado, 22.55, RTP2)

Já passou várias vezes nos diversos canais nacionais, entre os quais provavelmente este, pelo que pouco há a acrescentar ao que aqui tem sido dito sobre este filme. Com acção situada em plena América Latina, em meados do séc. XVIII, ele conta-nos a história das relações entre um traficante de escravos e o padre de uma missão na sua luta contra a anexação dos territórios índios pelas tropas dos invasores espanhóis. Mas, para além da excelência da admirável sequência final do ataque à aldeia, todo o grandioso enquadramento paisagístico (que serve de base a uma sincera, mas por vezes ingénua, mensagem ecológica) reduz as personagens à pequenez de simples elementos do cenário envolvente, o que constitui frequentes motivos de desilusão. O filme tem vedetas de peso, como Robert De Niro ou Jeremy Irons.

The Doors - O Mito de Uma Geração

(Sábado, 02.00, SIC)

Encenada por Oliver Stone em forma de documentário ficcionado, esta é uma obra que se debruça sobre a carreira de Jim Morrison e seus companheiros, membros dos Doors, um dos mais emblemáticos grupos de rock dos anos 60. A desenvoltura da câmara e a destreza da montagem continuam a ser a «pedra de toque» de Oliver Stone.



Val Kilmer, no papel de Jim Morrison, no filme «The Doors - O Mito de Uma Geração», de Oliver Stone



Um fotograma de «Malcolm X», um filme de Spike Lee

Com Val Kilmer e Meg Ryan, entre outros.

Adeus, Minha Concubina

(Segunda, 22.40, RTP2)

Com a transmissão desta obra de Cheng Kaige, começa aqui um ciclo dedicado ao cinema das várias Chinas. Tudo começa com Adeus, Minha Concubina, celebrada e premiada obra de um dos maiores representantes do actual cinema da República Popular da

China. Neste filme, cujo argumento abranje mais de meio século da história moderna do país, desde as vésperas e a eclosão da II Guerra Mundial até aos nossos dias, passando pela tomada do poder pelos comunistas chineses e pela Revolução Cultural, este movimentado e contraditório pano de fundo da História reflecte-se admiravelmente no aparentemente fechado mundo da Ópera de Pequim. Aqui, ao longo dos anos, desde a sua entrada como rapazes órfãos para a sua escola de representar, vamos encontrar dois artistas - um deles, homossexual, especializado no papel de travesti da Concubina, o outro, heterossexual, especializado no papel do Rei - dois dos principais protagonistas de uma clássica obra chinesa. Fotografado com particular esplendor - recorde-se que, em Xangai, existe ainda em funcionamento o último laboratório do sistema Technicolor em todo o mundo - e realizado com enorme sensibilidade, Adeus, Minha Concubina, que conheceu algumas limitações de exibição na China, foi premiado com o Grande Prémio do Festival de Cannes de 93.

Reacção em Cadeia

(Segunda, 01.05, RTP1)

As brilhantes interpretações de um grupo de actores e atrizes em excelente forma são o elemento que dá mais força a um filme cuja



O cineasta Zhang Yimou e a actriz Gong Li, duas das primeiras figuras do ciclo sobre o cinema chinês (RTP 2)



Kurt Russell e Meryl Streep, principais intérpretes de «Reacção em Cadeia», filme de Mike Nichols

temática é inegavelmente importante mas que, sem aquela contribuição, resultaria algo falhado, sobretudo porque nem sempre os mecanismos de encenação encontrados por Mike Nichols conseguem ultrapassar a sua lentidão e a sua decorrente duração, aparentemente desproporcionada. Meryl Streep tem aqui um dos seus mais impressionantes papéis desempenhando a dramática e corajosa figura de Karen Silkwood, uma operária de uma fábrica de materiais radioactivos que, lutando corajosamente contra os perigos do «nuclear» morreu, em 1974, em consequência das radiações que sofreu - num caso extraído da vida real que apaixonou a opinião pública norte-americana, designadamente pelo longo tempo (dez anos) que a tramitação jurídica ocupou no apuramento das responsabilidades.

As Neves do Kilimanjaro

(Terça, 13.45, RTP1)

Harry Street, um repórter e escritor em busca de aventuras por todo o mundo, encontra, em Paris, Cynthia pela qual se apaixonou e que segue até Espanha até ocorrer a tragédia da sua morte em consequências da guerra civil. É então que trava conhecimento com Helen com a qual parte para África na esperança vã de tentar esquecer Cynthia. Entretanto, a ocorrência de um ferimento grave que pode colocar a sua vida em perigo faz-lhe descobrir as qualidades da sua mulher, a ponto de finalmente esquecer Cynthia. Com uma encenação a um tempo eficaz e espectacular, o cineasta King Vidor consegue dar-nos a visão da Espanha afligida pelo drama guerra civil e a grandeza da paisagem africana - dois terrenos da predilecção de Ernest Hemingway, autor do romance que serviu de inspiração para este filme e que, neste caso, não é traído na sua passagem para o cinema. A interpretação, brilhante, está a cargo de Gregory Peck, Ava Gardner e Susan Hayward.

Chungking Express

(Terça, 22.40, RTP2)

Que dizer de um cineasta chinês que, do ponto de vista da forma, parece aproximar-se de Godard e que, quanto ao processo de desenvolver e fazer representar os diálogos, faz lembrar Cassavetes? Sem dúvida que esta mescla complexa que encontramos num tal cineasta, como se revela ser Kar-Wai Wong, deve constituir um desafio ao espectador. É esse desafio que aparenta constituir o pano de fundo de Chungking Express, a evolução paralela de duas histórias da noite, passadas em deambulações pelo mundo do «coma em pé», dos bares, dos «shoppings» e da «selva de cimento» que é Hong-Kong. Ao contrário de John Woo ou de Jackie Chan - dois expoentes da cinematografia daquela (dentro de horas) ex-colónia britânica, considerados mais próximos do cinema comercial - Wai Wong, mesmo não deixando de demonstrar amplamente a desenvoltura proporcionada por esta indústria de ponta naquele território, parece revelar uma escrita cinematográfica bem mais ambiciosa do ponto de vista das paixões, citações e referências cinéfilas. A confirmar.

O Leão Africano

(Quarta, 13.45, RTP1)

Realizado em 1955 pelos Estúdios Disney, este documentário sobre a natureza, dirigido por um casal de cientistas - Alfred e Elma Milotte - é um dos melhores exemplares deste género cinematográfico, no qual foi escalpelizado passo a passo, durante um ano, o habitat do leão africano no decurso das várias estações.

Mr. Destiny

(Quarta, 22.00, TVI)

Parece tratar-se de mais um filme em jeito de comédia que, contando a história de um cidadão que «por artes de puro sortilégio» regressa ao passado para tentar emendar a mão ao destino, se inspira na «encenação do maravilhoso» que encontramos em alguns excelentes exemplos do cinema clássico americano. Com James Belushi, Michael Caine e Linda Hamilton.

A Tríade de Xangai

(Quarta, 22.40, RTP2)

Mais fraco que os dois primeiros filmes deste ciclo diz-se ser A Tríade de Xangai - uma história passada nos meandros impenetráveis e obscuros do mundo dos gangsters em plena Xangai. Contado através dos olhos de um jovem adolescente que vem da província para ser criado de Bijou, cantora de cabaret e amante de um «padrinho» da mafia local, o filme parece sofrer, no contexto concreto, precisamente desse processo narrativo e dessa visão unilateral que não pode por natureza abordar mais do que os olhos do jovem vêem e, quando o faz, destrói irremediavelmente a lógica interna do próprio dispositivo dramático. Mesmo assim, o filme não deixa de ser visualmente impressionante - em particular nas deambulações da câmara nas sequências dos decadentes interiores noctívagos - uma característica que é uma evidência em muitas das obras mais recentes daquela proveniência. Tal como em Adeus, Minha Concubina, a principal intérprete feminina é a deslumbrante Gong Li.

■ Francisco Costa

Variedades

Muito boa gente se queixa - a meu ver com inteira razão - pelo facto de a RTP ter deixado à exclusiva responsabilidade do seu segundo canal aquilo que às vezes se nos apresenta como autêntico «frete» no cumprimento das suas obrigações mínimas em termos de serviço público. Mas, às vezes, damos por nós a olhar ali para coisas inqualificáveis, igualmente difíceis de imaginar como sendo passíveis de transmissão até nesse arremedo de «serviço público» que continua a ser o primeiro canal da RTP - porque essas coisas não deixam de ser, afinal, mais próprias do «lixo televisivo» dos privados.

É o caso de «O Amor em Hollywood», uma série que vem ocupando o espaço «Foyer» na RTP 2. E o espanto é tanto maior quanto aquele espaço nos habituara à transmissão de trabalhos de fundo, muitas vezes de carácter ensaístico ou documental, e quase sempre a propósito de outros programas ou ciclos de grande qualidade e prestígio nas áreas do teatro, da música ou do cinema, por exemplo, que a RTP 2 decidira programar nessa própria noite ou durante as semanas seguintes. Um espaço extremamente útil porque, no fundo, era uma solução adequada para preparar o espectador quanto a uma melhor aceitação do papel histórico de tal ou tal autor em qualquer daquelas áreas ou para uma mais perfeita compreensão de tal ou tal obra ou escola estética e que constituía, enfim, uma alternativa possível aos comentários de especialistas nacionais de relevo que a RTP em tempos convidava para fazer anteceder essas transmissões e que, quase por completo, ela fizera desaparecer dos nossos ecrãs - naquilo que, também neste campo, constitui mais um exemplo da progressiva substituição das capacidades nacionais nos campos da investigação e do ensaísmo por produtos pré-fabricados, às vezes sem dúvida vistosos, mas que não dão nenhum trabalho a «desenlutar»!

Entretanto, a questão fundamental está em saber se esses produtos (como se verá tantas vezes menos vistosos do que poderia antever-se) têm a dignidade e a qualidade minimamente suficientes para justificar o afastamento dos ecrãs nacionais de reputados especialistas portugueses nessas matérias. E a este propósito não posso deixar passar em claro um inenarrável documentário que, na primeira semana de Junho, foi incluído num outro espaço habitualmente prestigiado da RTP 2 - o programa «Artes e Letras» - o qual se destinava a enquadrar a transmissão que imediatamente iria seguir-se da primeira ópera («O Ouro do Reno») pertencente à tetralogia «O Anel dos Nibelungos», de Richard Wagner, transmissão que aquele canal começou a fazer na íntegra a partir de relativamente recentes e excepcionais produções destas óperas apresentadas no Festival de Bayreuth. (A propósito, tendo já passado três semanas, quando é que chega «A Valquíria»?)

Gato por lebre

O problema é que as melhores intenções são às vezes atraídas pela desastrosa falta de qualidade dos produtos televisivos de que se faz uso. E, neste caso, esse tal documentário de origem alemã (ou austríaca?), debruçando-se como é natural sobre a lenda dos Nibelungos, revelava-se paupérrimo sobre todos os pontos de vista: imagem, som, documentação e insuficiente ou incompetente enquadramento histórico, para já não falar de uma primária e inqualificável realização. Uma verdadeira lástima! Neste sentido - pese embora o formato por vezes antitelesivo de uma apresentação em estúdio desenquadrada da desejável iconografia (mesmo que essa opção sempre tenha sido da pura responsabilidade da RTP) - qualquer intervenção «ao vivo» de comentadores e especialistas como o saudoso Luís M. Alves, agora com lugar marcado no «Acontece», ou até Pontes Leça, teria sido preferível como introdução capaz e indispensável às exigências que, em termos de recepção, representa para o espectador não melómano uma tetralogia como «O

revelações

memórias

Anel». Assim se viu de que forma também uma rubrica como «Artes e Letras» foi desaproveitada e subvertida na sua habitual função.

Sexo e videotape

Vinha este arazoado retrospectivo a propósito dessa tal enormidade que, sob o título «O Amor em Hollywood», foi ou ainda está (?) a ser exibida em

«Foyer». Mesmo que um tal título faça pensar numa série que poderia apenas privilegiar os amores e as paixões que assolaram e assolam as grandes vedetas do celulóide, os homens e mulheres célebres de uma das inegáveis capitais do cinema mundial como é Hollywood - temática de duvidosa relevância mas que, apesar de tudo, poderia «ter pernas para andar» - o facto é que tanto a sua forma como o conteúdo que revela são completamente inaceitáveis de figurar num espaço como «Foyer». Por que o chamariz do título em nada corresponde ao busílico da questão! O que ali se vê e ouve são verdadeiras vulgaridades que exclusivamente têm a ver com as actividades marginais ao mundo do cinema - apenas apresentado como alibi e pano de fundo, enquanto uma das mais destacadas actividades comerciais e industriais da região - já que, do que se trata, é de exhibir com total despudor o «discorrer» e as «actividades» de proxenetas, prostitutas, ex-strippers, festas íntimas de «solteiros», aviões de aluguer destinados a fantasias sexuais, agências de casamentos, aluguer de pópós para «engate» de rua, conselheiros de sexo e vendedores de talismãs e elixires para melhoramento de desempenhos nesta área, etc., etc. - tudo mais ou menos caucionado, de forma oportunista e mercantil, pelas intervenções de meia dúzia de «comediantes» e «actores» e «actrizes», de terceira e quarta categoria, em entrevistas dignas dos mais rasteiros tablóides ou revistas de «caras» que não vêem «corações». Se me permitem o termo, «fatela» é a única qualificação que tal série me suscita - coisa que é totalmente inadmissível num canal com as responsabilidades culturais da RTP 2 e que só pode demonstrar que, na melhor das hipóteses, ninguém viu antecipadamente o que mandou para o ar!

As histórias da História

Bem diversa é a intenção de uma série como «As Aventuras do Século XX», produzida pela BBC e que a mesma RTP 2 está a transmitir. Dizer-vos em que dia e hora ou com que regularidade é que é mais difícil, já que os três primeiros episódios foram transmitidos sem qualquer critério neste aspecto, mediando entre os 1º e 2º epi-



sódios dez dias e do 2º para o 3º apenas 24 horas! Tudo indica que, infelizmente, se trata de produto para «tapar buracos». Mas não nos precipitemos, é preciso confirmar.

O esquema desta série, que não ultrapassa meros critérios de arrumação de «curiosidades» do século e não se revela particularmente inventiva ou exigente na sua concepção e feitura, é extremamente simples, o que não quer dizer ineficaz ou inútil. Pelo contrário. Percebe-se que, no conjunto de séries televisivas que seguramente começarão a marcar o aproximar da passagem de milénio, ela se insere na perspectiva de fazer balanços de acontecimentos temáticos, através da utilização mais ou menos engenhosa de imagens e sons de arquivo.

Sob o chamativo subtítulo genérico «Casos que Entusiasmaram o Mundo» - uma tradução de certo modo forçada e literal do original - cada episódio da série ocupa-se de um tema concreto em particular. Assim, por exemplo, o primeiro episódio («Asas Sobre o Oceano») era dedicado a uma panorâmica pelas variadíssimas tentativas, coroadas de êxito ou defraudadas pelo desastre e pela tragédia, de travessia do Atlântico em avião, de Leste para Ocidente ou em sentido contrário. E como demonstração de que a série não privilegia apenas determinados arquivos em detrimento de outros, foi bom termos visto (das dezenas e dezenas de tentativas levadas a cabo desde 1910) imagens não apenas óbvias como as do voo de Charles Lindberg em 1927 como até as da travessia do Atlântico Sul de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. O segundo episódio era dedicado ao pára-quedaismo, com imagens surpreendentes (pela «idade» dos originais) reveladoras de pioneirismos insuspeitados neste campo, como o dos saltos em queda livre, muito mais antigos do que poderia supor-se. Já o terceiro episódio se debruçava sobre um tema histórico particularmente insólito: a paulatina caça e descoberta, ao longo de todos estes anos e desde o final da II Guerra Mundial, de militares japoneses, muitos deles isolados da pátria e do conhecimento quanto à evolução do mundo exterior, escondidos, às vezes isolados ou aos pares, nas selvas da Birmânia, Malásia, Índias Orientais Holandesas, Filipinas e nos confins das muitas ilhas do Pacífico!

Para muitos dos espectadores, esta foi a recordação (ou a revelação) de casos dramáticos e inacreditáveis, cuja visão refrescou a memória ou avivou consciências. Se uma série com as ambições desta pode reavivar ou despertar estas revelações, certamente que ela é bem-vinda, em qualquer canal.

ESCAPARATE

CULTURAS

Os árabes entre nós

Integrado no «Ciclo Mediterrâneos» e subordinado ao título genérico «Os Árabes entre Nós», realizar-se-á a partir de amanhã à noite e decorrerá até final da primeira semana de Julho um conjunto de manifestações culturais árabes. Segundo o programa da iniciativa - que terá lugar no Grande Auditório da Culturgest (em Lisboa) - «na realidade, existe, na bacia do mediterrâneo - que engloba os países árabes -, uma actividade cultural complexa, mas importante, e que já não é possível ignorar sem o risco de amputarmos uma criatividade única e invulgar, mesmo quando apenas tem visibilidade no exílio».



Uma cena de «Les Amoureux du Café Désert» (Tunísia)

com sessões às 15, 17, 19 e 21.30; três espectáculos de teatro - «Algérie en Éclats» (Argélia), Julia Domna (Líbano) e «Les Amoureux du Café Désert» (Tunísia), respectivamente em 30.06 e 1.07, 2.07 e 3.07 e 4.07 e 5.07, às 21.30; um concerto de música marroquina pelo «Ensemble Weshm» (6.07, 21.30); e um «Workshop» sobre azulejaria árabe (em colaboração com o Museu Nacional do Azulejo), em data a anunciar.

MÚSICA E DANÇA

Bailado nacional no CCB...

Parcialmente criada na Holanda no European Dance Development Center durante uma residência em Janeiro, Fevereiro e Março deste ano (e já apresentada na Holanda e na Alemanha), subirá à cena do Pequeno Auditório do CCB uma coreografia de Amélia Bentes intitulada «Fun Da Mental», pelo «Fórum Dança», com música original de Quim Preto, figurinos de Claude de Emanuel, desenho de luzes de João Paulo Xavier e interpretação de Peter Michael Dietz, Cecília Vallejos, Verónica Chaves, José Carlos Marques, Carla Sampaio e Amélia Bentes.

... seguido de um concerto da Metropolitana de Lisboa

Sob a direcção de Miguel Graça Moura, seu maestro titular, e com a participação do violinista português Gerardo Ribeiro, realizar-se-á no próximo Domingo, 29, pelas 21.30, no Pequeno

Auditório do Centro Cultural de Belém, um concerto cujo repertório totalmente composto por Robert Schuman compreenderá as seguintes obras:

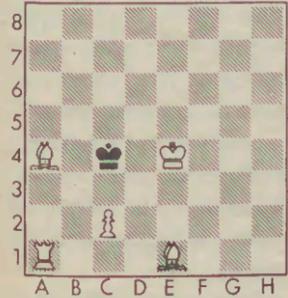
«Abertura, Scherzo e Finale»; Concerto para Violino em Ré menor; e Fantasia em Dó Maior op. 131.



XADREZ

DCXVI - 26 DE JUNHO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X25 Por: JOHN BROWN OF BRIDPORT III. London News, 24.VI.1853

Pr.: Rex Solus; Rç4 Br.: [5]: Pç2 - Bs. a4, é1 - Ta1 - R64



Mate em 3 (três) lances

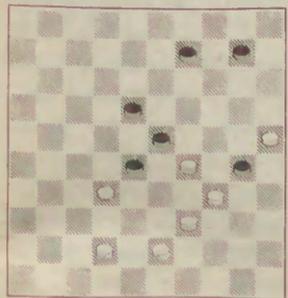
SOLUÇÃO DO Nº 1997X25 (J.B. of B.) 1. Bd7!, Rç5; 2. Ta7!, Rd6 / Rb6/Rç4; 3. Bb4# / Bf2# / Tç7#

A. de M. M.

DAMAS

DCXVI - 26 DE JUNHO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997D25 Por: A. Uvarov - Moscovo [URSS] L'Effort nº 144, Julho-Ag., 1972

Pr.: [6]: 9-10-18-23-28-30 Br.: [7]: 25-29-32-34-39-42-43



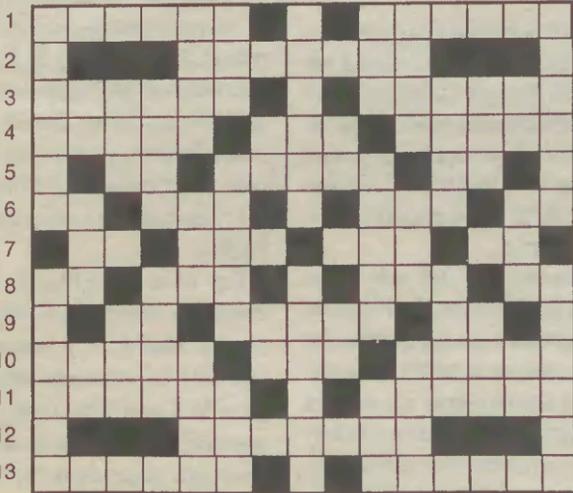
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D25 [A.U.] 1. 30-33!, f3e6-7! 15x44+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Empregado subalterno de uma comunidade religiosa ou tribunal eclesiástico; fábricas (bras.). 2 - Canal ou aparelho genital feminino, ao longo do qual passam os óvulos. 3 - Jogo de vinte e oito peças rectangulares com diversos pontos marcados; antigo imposto pago em cereais (pl.). 4 - Irritada; parte inferior do chapéu; azeitona. 5 - Naquele lugar, afia no rebolo; áquele. 6 - Nesse lugar; ribeira portuguesa; rasteiro; existes. 7 - Basta; que me pertence; apelido de poeta português; antiga nota dó. 8 - Utenílio de cozinha; filtra; planos laterais do avião; actínio (s.q.). 9 - Interj. de dor; instrumento geralmente de bronze, em forma de campânula, que produz sons mais ou menos fortes quando se percute com o badalo (pl.); nota musical. 10 - Tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel (pl.); título nobiliárquico inglês; descascar. 11 - Aves trepadoras; desaparecera. 12 - Tornar irmão ou semelhante. 13 - Elegantes; grade de ripas para segurar parreiras e plantas trepadeiras.

VERTICAIS: 1 - Cansaço resultante de um esforço qualquer, molusco lamelibrânquio, marinho, da fam. dos aviculídeos, muito abundante nos fundos próximos das costas portuguesas. 2 - Suf. de agente; rochedo (bras.); atmosfera. 3 - Enfermidade; fileira. 4 - Abaladas; remar para trás. 5 - Tecido grosso e forte de que se fazem as velas dos navios, toldos, etc.; ombro (pref.); passas para fora. 6 - Germe (fig.); medida de uma superfície (pl.); senhora (abrev.). 7 - Amerício (s.q.); caminhais. 8 - Produto natural ou artificial para fertilização de terras (pl.); unificadas. 9 - Alumínio (s.q.); profissão (pref.). 10 - Joeira; penhor; ilha do arquipélago de Cabo Verde. 11 - Inércia; aqui está; imaculada. 12 - Carta ou documento escrito numa só folha (pl.); a outra vida. 13 - Ninho; acolá. 14 - Avenida (abrev.); letra grega; aspecto. 15 - Nome vulgar de uma planta da fam. das amarilidáceas, muito cultivada em Angola e Moçambique (pl.); máscara carnavalesca.

est.; pura. 12 - Olat; alem. 13 - Nio; alt. 14 - Nio; alt. 15 - Siat; stat; caraga.

VERTICAIS: 1 - Fédiga; palata. 2 - Ort. tit. ar. 3 - Mail. ala. 4 - Idas. clar. 5 - Longa. omor. 6 - Ovi. areas. 7 - Am. ts. 8 - Adubos; unidas. 9 - Al. lor. 10 - Uta; arras; sal. 11 - Sono; sinos. 12 - Talas; str; pelar. 13 - Irmanar. 14 - Araras; sumira. 15 - Atrous; lalada.

HORIZONTAIS: 1 - Fâmulo; usinas. 2 - Oviduo. 3 - Domini; amonas. 4 - Irada; abar. 5 - La; amon; ao. 6 - At; sor; res; es. 7 - Tã; men; art; ut. 8 - Pd; coa; sas; 9 - At; olva. 10 - Amon; ao. 11 - Pd; coa; sas; 12 - Ovi. lor. 13 - Nio; alt. 14 - Nio; alt. 15 - Siat; stat; caraga.

SOLUÇÃO

Festival em Almada



Vai realizar-se entre os próximos dias 4 e 18 de Julho mais uma edição, a 14ª, do Festival Internacional de Teatro de Almada, numa organização conjunta da Companhia de Teatro de Almada e da Câmara Municipal daquele concelho. Neste festival, serão apresentados um conjunto de 41 espectáculos a cargo de um total de 38 companhias portuguesas e estrangeiras oriundas de 10 países: além de Portugal, Espanha, Itália, França, Bélgica, Reino Unido, Tunísia, Colômbia, Brasil e Chile. Este ano, o festival estender-se-á pela primeira vez a Lisboa e ao Teatro da Trindade graças a um protocolo estabelecido com o INATEL. Atenção especial está a despertar a ópera cómica «Shameless», pela Companhia de Ópera de Londres, o grande êxito da temporada de 96 neste domínio e que, por iniciativa do Festival, com o apoio do INATEL, estará também em Lisboa e no Porto.

Particularmente relevante será a homenagem este ano prestada no âmbito do Festival à actriz Fernanda Alves, uma das maiores actrizes nacionais a propósito da qual Maria Helena Seródio escreveu: «Fernanda Alves é referência importante no teatro português: dela recordamos muitas personagens, a quem emprestou o seu brilho e talento.»

Outro destaque vai para a representação de «La Noche» («A Noite»), de José Saramago, e cuja acção decorre durante a madrugada do 25 de Abril de 74. Numa encenação de Joaquín Vida e a cargo da sua companhia (Madrid), esta peça foi há 18 anos estreada pela Companhia de Teatro de Almada.



A actriz Fernanda Alves

JAZZ

O Jazz regressa ao Estoril

Precisamente de hoje a oito dias, entre 3 e 12 de Julho, e terminado o festival «Matosinhos em Jazz '97», terá início o segundo grande festival de Jazz desta temporada - a XVI edição de «Estoril Jazz / Jazz Num Dia de Verão», um dos mais antigos e prestigiados levados a cabo no nosso país que este ano apresenta o seguinte cartaz: quinta-feira 3 o trio do grande pianista norte-americano McCoy Tyner; sexta-feira 4 a evocação da grande orquestra de Woody Herman, agora sob a direcção do saxofonista Frank Tiberi; quarta-feira 9 a actuação do grupo «Forte Apache Band», sob a direcção do trompetista Jerry Gonzalez; quinta-feira uma noite que decorrerá sob o lema «West Coast Evening», com veteranos da escola do Jazz West Coast como Bud Shank (saxofone), Conte Candoli (trompete) e, ainda, a cantora Sue Raney; no sábado 12 um concerto duplo com o quinteto do contrabaixista português Carlos Barretto na primeira parte e o grupo «Gumbo Nouveau» dirigido pelo trompetista de Nova Orleães Nicholas Payton. Todos estes concertos

que começarão às 22 horas representam o regresso do Festival ao Auditório do Parque Palmela (Estoril), um renovado auditório ao ar livre. Entretanto, também para as 22 horas, mas agora a exemplo do ano passado no Centro Cultural de Belém, estão reservados dois outros concertos deste festival com a participação de dois nomes históricos: a cantora Abbey Lincoln (sábado 12) e a big band dirigida pelo saxofonista-tenor Frank Foster (sexta-feira 11). Um bom festival em perspectiva!

O último Jazz das «Festas»

Entretanto, ainda poderão assistir à actuação do trio Kirk Lightsey (piano), Carlos Barretto (contrabaixo) e Famoudou Don Moye (bateria) que hoje, amanhã e sábado actuarão na cave do Hot Clube de Portugal (Praça da Alegria, Lisboa). Esta será a última actividade jazzística incluída no programa deste ano das «Festas de Lisboa».



McCoy Tyner e Kirk Lightsey, dois grandes pianistas com presença em Lisboa

LIVROS

Ardor Guerreiro

Na Caminho, mais um livro de Antonio Muñoz Molina, na colecção Uma Terra Sem Amos. Neste romance, o autor espanhol que na mesma colecção publicou a intrigante Beatus Ille, apresen-



ta-se ao público português em tradução de Maria Isabel Barreno, escreve na primeira pessoa e leva o leitor ao universo militar que no virar dos anos 79/80 se esboroava no país vizinho, quando o exército espanhol vivia as dificuldades e contradições da transição do franquismo para uma sociedade que adoptava as regras formais de uma democracia. Os dramas que no livro escolhem como arena o País Basco - então como hoje devastado pela sangrenta luta pela independência -, não cessaram depois que Molina pôs o último ponto final no seu romance, vinicamente autobiográfico. Um romance em que se desvenda uma Espanha contraditória e diversa, conflitual e dramática. Mesmo aqui tão perto.



A Escrita para Crianças

A prestigiada colecção Educação, da Caminho, lança agora um livro de Glória Bastos - A Escrita para Crianças em Portugal no Século XIX. Três estudos compõem este volume que pretende contribuir para uma mais clara visão desta área particular da literatura portuguesa, que hoje consegue, mercê do interesse e do trabalho de muitos novos autores, um êxito assinalável. Como era no século passado? Glória Bastos - actualmente assistente na Universidade Aberta, em Lisboa, com Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas e preparando o doutoramento na área de Didáctica da Literatura - identifica no primeiro ensaio os contextos e orientações que determinaram o aparecimento de algumas obras significativas e, nos seguintes, detêm-se sobre aspectos específicos do âmbito da produção editorial. Um livro para estudar.

ÚLTIMAS

União de facto na AR

ATALHE
DE FOICE

O Dia Um

Já não bastava o Alçada Baptista a querer ir-nos ao Hino, afundando-lhe os canhões.

Um grupo não identificado de «notáveis», chefiado por Freitas do Amaral, pretende agora mexer-nos no 10 de Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

Que está inadequado - dizem os notáveis - tanto no dia como na comemoração.

A data devia mudar para 24 de Junho e a designação para «Dia Um da Nacionalidade». E porquê?

Nada mais óbvio: o dia 24 de Junho é o aniversário da batalha de S. Mamede. Ora quem diz batalha de S. Mamede diz D. Afonso Henriques a derrotar a mãe nos arredores de Guimarães, quem diz D. Afonso Henriques a derrotar a mãe nos arredores de Guimarães diz D. Afonso Henriques a afirmar o seu direito ao Condado Portucalense, quem diz D. Afonso Henriques a afirmar o seu direito ao Condado Portucalense diz «Dia Um da Nacionalidade».

Et voilà!

Eis o «Dia Um», que por acaso é a 24.

Todavia, há a reconhecer - e este argumento adicional não deixa de ser relevante, apesar de não invocado pelos notáveis - que a data de 24 de Junho é nitidamente superior à de 10 de Junho: tem qualquer coisa como 14 dias a mais.

Corrida que está a lebre do 10 de Junho, aprez-nos sugerir ao grupo de notáveis mais algumas pistas onde libertar as suas demandas simbólico-refundacionistas. Por que não propor a pá como símbolo nacional, em memória da grande padeira, passando os nossos manuais escolares a chamar aos castelhanos, sei lá, os «tostadinhos de Aljubarrota», os «papo-secos de Castela» ou os «cacetes da Brites»?

E que tal instituir o «Dia da Telha» em louvor a Mem Ramires, o cavaleiro de Afonso Henriques que, para se introduzir à sorrelha com o seu grupo de assalto no castelo de Santarém, utilizou o telhado de um oleiro com oficina encostada às muralhas mais descuradas pelas sentinelas mouras? O facto de estar envolvida uma casa de oleiro torna o «Dia da Telha» ainda mais abrangente, do ponto de vista simbólico.

Teríamos, só aqui, umas comemorações de estalo. Já imaginaram, ó notáveis, o País inteiro alegremente à pazada a comemorar o «Dia Um» no dia 24, varrendo em alternativa e larga vantagem todos os telhados do burgo no apropriado «Dia da Telha»?!

Afirmarções patrióticas desta envergadura confinariam definitivamente o «Dia D» à palhaçada hollywoodesca em que os americanos o transformaram, com dividendos óbvios para a nossa afirmação no espaço europeu.

Ocorre-nos, igualmente, festejar a conquista do Algarve com o «Dia do Corridinho Mouro», extrair da gesta marítima o «Dia do Biscoito», assinalar a reconstrução pombalina de Lisboa com o «Dia do Abano», fazer da fuga da corte de D. João VI para o Brasil o «Dia do Rotário», garantir a nossa ascendência em Viriato com o «Dia do Pastor Lusitano», afirmar os nossos pergaminhos jurássicos com o «Dia do Galinha» ou dos «Ovos da Lourinhã». O que é preciso é não perdermos tempo com questões supérfluas como o desmantelamento do aparelho produtivo nacional, a apropriação do País pelo capital financeiro, a concentração da riqueza na mão dos monopolistas, a entrega dos recursos estratégicos aos interesses capitalistas, a instalação da lei da selva nas relações laborais, a proliferação do trabalho precário, do desemprego e da miséria, a falta de saídas profissionais para a juventude, a crise do Ensino, a degradação das responsabilidades sociais do Estado e etc., etc.

Ainda bem que há notáveis - estes e outros, muito mais identificados - a velar para que o povo português não se distraia do essencial.

■ HC

A Assembleia da República debateu ontem a problemática da família, em três projectos da autoria do PCP, Partido Ecologista «Os Verdes» e Partido Popular. A propósito, o «Avante!» ouviu a deputada Odete Santos sobre o tema em análise à hora do fecho da nossa edição. Reproduzimos alguns extractos do seu depoimento.

«O Grupo Parlamentar do PCP, em anteriores legislaturas, apresentou iniciativas legislativas visando a consagração de direitos para as uniões de facto na área social. A última das iniciativas foi apresentada na última legislativa e destinava-se a facilitar o acesso às prestações por morte da Segurança Social. Na verdade, o Decreto-Regulamentar 1/94 do último Governo PSD transformou num calvário, para as uniões de facto, a prova do direito às prestações. A Jurisprudência de alguns Tribunais tem obrigado à propositura de duas acções judiciais, ainda por cima não simultâneas, para se conseguir a magra pensão de sobrevivência. O nosso anterior Projecto de Lei simplificava essa prova.

«A iniciativa legislativa que o PCP apresentou nesta legislatura é o resultado de uma aprofundada discussão interna, que vem de longe, e tem por isso um âmbito mais vasto do que as anteriores.

(...) «O PCP entende que a existência de numerosas famílias em união de facto, recomenda ao legislador a produção de um regime jurídico, aproximado do casamento, que ponha à disposição das uniões de facto, quando os casais assim o entendam, os instrumentos jurídicos necessários à resolução de problemas, que surgem com a dissolução da união por morte ou por ruptura.

Abono de família Uma chocante injustiça

A propaganda em torno do novo sistema de prestações familiares, desenvolvida nos últimos dois meses pelo Governo, saldou-se em 'muita parra e pouca uva'. Para a imensa maioria dos agregados familiares, o tão propalado aumento dos abonos fica por um saldo de 80\$00 mensais (2,8%), com a passagem de um abono de família de 2.770\$00 mensais para um subsídio a crianças e jovens de 2.850\$00, ainda por cima acompanhado da extinção de vários dos subsídios existentes.

Num primeiro comentário à matéria apresentada na Assembleia da República pelo ministro Ferro Rodrigues, o PCP assinala que «se está, não perante um reforço global das prestações familiares», mas «perante um esquema de mera redistribuição da massa global de recursos» provenientes do Orçamento da Segurança Social já antes destinados a essa finalidade, «com base na extinção de um conjunto de subsídios (casamento, nascimento e aleitação) até aqui existentes». Qualquer coisa como 'baralhar e dar de novo'.

O PCP, em nota sobre o assunto, faz notar, por outro lado, que os escalões de rendimento agora fixados deixam de fora do reforço das prestações, propositadamente, «não apenas a imensa maioria dos agregados familiares», mas também centenas de milhares de agregados com rendimentos muito baixos ou mesmo pobres. É o caso dos agregados com um rendimento de 85 mil escudos, que passam a ser considerados como não carecendo ou merecendo uma melhoria significativa dos subsídios a crianças e jovens. Uma «chocante injustiça», refere o PCP.

Não à moeda única

Realiza-se hoje, no Hotel Roma, a sessão de lançamento do livro de Sérgio Ribeiro "Não à moeda única - um contributo", da Editoria "Avante!". O livro é apresentado pelo Dr. Herberto Goulart.

No passado dia 23, Sérgio Ribeiro participou, em Lisboa, num debate com dirigentes e activistas sindicais da Alimentação, Bebidas e Tabacos, organizado pela FSIABT/CGTP-IN. Em foco estiveram os reflexos negativos, no sector, da moeda única e dos critérios de Maastricht.



Encontro de activistas sindicais com Sérgio Ribeiro

«O PCP preocupou-se em flexibilizar as normas que regem as relações entre casais casados, por forma a tornar facultativo, tanto quanto possível, o recurso às normas.

«Inadmissível seria criar um registo das uniões de facto, como o chegou a anunciar a Juventude Socialista. Isso violaria mesmo o artigo 23º do Pacto Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Civis, Sociais e Culturais que veda a imposição de estados civis aos cidadãos.

«Entendemos que o nosso Projecto respeita a liberdade dos que não quiseram recorrer às regras do casamento.

«Mas, como se diz no Relatório Final do Colóquio promovido em 1981, pelo Conselho da Europa sobre a problemática das uniões de facto.»

«Toda a manifestação de liberdade encontra limitações... decorrentes antes de mais da sua conciliação com a liberdade dos outros... Na união de facto a primeira fonte de responsabilidade diz respeito à posição de cada um dos membros do casal relativamente ao outro. A relação mantém-se livremente mas não sem responsabilidade. Não é permitido abandonar ao capricho e ao livre arbítrio individual, à irresponsabilidade, a sorte daqueles que não escolheram o casamento.

«A jurisprudência por toda a parte do mundo, e também em Portugal, fez-se eco do recurso à lei, nomeadamente por parte das mulheres na situação de ruptura da união de facto. As mulheres que sentem a exploração do seu trabalho, nele incluído o trabalho doméstico.

«O falso moralismo, ainda que acobertado sob protestos de respeito pela liberdade dos casais, não pode continuar a sustentar a aparente neutralidade do direito civil que continua a ser, apesar de tudo, o suporte dos financeiramente mais fortes.»

Toxicodependência PCP propõe medidas de emergência

«Os problemas de toxicodependência e medidas de emergência para a sua prevenção», foi o tema de uma conferência de imprensa promovida ontem pelo PCP, por ocasião do Dia Internacional das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito e o Abuso de Drogas e que contou com a participação de Francisco Lopes, da Comissão Política.

Em nota distribuída à comunicação social, a Comissão Nacional do PCP para as Questões da Toxicodependência e do Narcotráfico começa por sublinhar que o que está em causa, antes do mais, «é uma sociedade doente, geradora de toxicodependência, cuja organização é cada vez mais nociva para milhões de pessoas».

O documento coloca uma série de interrogações e afirma que «não contemporizamos, nem nos resignamos a uma sociedade que produz toxicodependência, ou a políticas que tenham como perspectiva o ser humano alienado, dominado e destruído pela droga ou que aceitam e se conformam com a sua inevitabilidade. Pensamos que quaisquer que sejam, as estratégias a desenvolver devem ter como objectivo enfrentar e fazer recuar a toxicodependência, evitando que mais pessoas, particularmente jovens, caiam na dependência das drogas, e procurando saí-

das para aqueles que se deixaram enredar nesse percurso dramático».

Considerando necessário o debate, o PCP afirma ser sobretudo necessário agir. E defende que «a situação existente em Portugal impõe medidas de emergência para enfrentar este flagelo, no plano da prevenção primária, do atendimento e tratamento, na reinserção social de toxicodependentes e no combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais».

Neste quadro, o PCP defende, nomeadamente, de par da implementação de políticas que dêem «perspectivas de futuro aos jovens», a realização de um estudo nacional, a adopção de medidas de prevenção primária, a «consideração que o toxicodependente tem direito a ser tratado e recuperado» e a criação de condições para concretização desse direito, a consideração dos mais diversos métodos de tratamento, a adopção de um plano em meio prisional, a eliminação das penas de prisão por consumo de droga, o reforço dos meios para combate ao tráfico, a intervenção de Portugal no quadro internacional.

